

HISTÓRIA DO CEARÁ

CULTURA, SOCIEDADE E POLÍTICA DO SERTÃO AO LITORAL



ORGANIZADORAS

MARIA LARISSSE ELIAS DA SILVA

ANA ELIZABETE MOREIRA DE FARIAS

JUSSARA VIANA BEZERRA FERREIRA

HISTÓRIA DO CEARÁ

CULTURA, SOCIEDADE E POLÍTICA DO SERTÃO AO LITORAL



ORGANIZADORAS

MARIA LARISSSE ELIAS DA SILVA

ANA ELIZABETE MOREIRA DE FARIAS

JUSSARA VIANA BEZERRA FERREIRA



AMPLLA
EDITORA



2025 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Revisão: Os autores

História do Ceará: cultura, sociedade e política do sertão ao litoral está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

ISBN: 978-65-5381-280-2

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-0

Ampla Editora

Campina Grande – PB – Brasil

contato@amplaeditora.com.br

www.amplaeditora.com.br



2025

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia

Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba

Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba

Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará

Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz

Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará

Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande

Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso

Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Universidade Regional do Cariri

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia

Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande

Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrasio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi- rido

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí

Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas

Mário C zar de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Michele Antunes – Universidade Feevale

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International

Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Aut noma do Estado do México

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Ramón da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras

Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí

Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco

Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



2025 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Revisão: Os autores

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

H673

História do Ceará: cultura, sociedade e política do sertão ao litoral /
Organização de Maria Larisse Elias da Silva, Ana Elizabete Moreira de Farias,
Jussara Viana Bezerra Ferreira. – Campina Grande/PB: Ampla, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-280-2

DOI 10.51859/ampla.hcc802.1125-0

1. História do Ceará. 2. Política. 3. Cultura. I. Silva, Maria Larisse Elias da
(Organizadora). II. Farias, Ana Elizabete Moreira de (Organizadora). III. Ferreira,
Jussara Viana Bezerra (Organizadora). IV. Título.

CDD 981.31

Índice para catálogo sistemático

I. História do Ceará

Ampla Editora

Campina Grande – PB – Brasil

contato@amplaeditora.com.br

www.amplaeditora.com.br



Apresentação

Este volume reúne estudos que atravessam diversos recortes cronológicos e analíticos sobre a História do Ceará, tendo como eixos temáticos a cultura, a política e a sociedade. Logo no início, em “A Confederação do Equador do Ceará: um ensaio”, Reginaldo Alves de Araújo discute como esse levante de 1824 refletiu não apenas disputas nacionais, mas também interesses internos ao território cearense. Seguindo pelo Segundo Reinado, o artigo “Desta vez podemos dar graças à deus que não correu sangue cearense”: práticas políticas na vila de São João do Príncipe, Província do Ceará, de Maria Larisse Elias da Silva, Ana Elizabete Moreira de Farias e Jussara Viana Bezerra Ferreira, analisa a manipulação eleitoral e o papel das famílias tradicionais no sertão cearense. Na mesma época, “A Política no Brasil Imperial e as Eleições em Telha (1860)”, de Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas, expõe embates políticos que conectam uma pequena vila aos debates centrais do Império.

Já no final do século XIX, “Riachos da República na Província: linguagens políticas e perspectivas civilizatórias nos periódicos das associações intelectuais fortalezenses (1887-1900)”, de Vinícius Barbosa Lima, demonstra como os conceitos de civilização se transformaram em poderoso operador político na capital. Por sua vez, em “Práticas Políticas na Imprensa Sobralense na Primeira Metade do Século XX: uma breve discussão sobre cultura política no jornal *A Lucta*”, Ana Elizabete Moreira de Farias evidencia como a imprensa local agiu na consolidação de valores e narrativas de poder em Sobral. Avançando na cronologia, Francisco Wilton Moreira dos Santos, em “Cartografias do medo: os sertões de Senador Pompeu na rota do cangaço (Ceará, 1920)”, discute o medo e a violência no sertão sob a lente dos jornais cearenses.

O tema das relações de gênero e do sistema judiciário emerge em “Judiciário e relações de gênero: o caso de José Rosa e Maria Perpétua (Ceará, 1930)”, de Lucas Pereira de Oliveira, que explora as violências sexuais e o papel do Judiciário no sertão central. Na região do Cariri, Josefa Nunes Pinheiro e Sauloéber Társio de Souza, em “J. de Figueiredo Filho: um intelectual católico na imprensa do cariri cearense”, investigam a atuação de um defensor da fé católica nos jornais entre 1939

e 1949. Fechando o arco cronológico e lançando um olhar ao presente, “Qual o lugar da teoria da história na historiografia dos sertões de Crateús? Notas sobre teoria em espaços não hegemônicos”, de Caio Lucas Morais Pinheiro e Aline Duarte da Graça Rizzo, discute a importância das reflexões teóricas na prática historiográfica regional.

O conjunto destes trabalhos contribui significativamente para os estudos sobre a história do Ceará ao articular fenômenos políticos, culturais e sociais em diferentes temporalidades. O diálogo entre análises empíricas e reflexões teóricas oferece novas perspectivas sobre as relações de poder e a construção de identidades no estado. Assim, esta obra representa a tônica dos debates específicos de cada época e indica caminhos de investigação capazes de enriquecer as pesquisas futuras, fortalecendo a compreensão do Ceará e do Nordeste brasileiro em suas múltiplas dimensões e temporalidades.

Maria Larisse Elias da Silva
Ana Elizabete Moreira de Farias
Jussara Viana Bezerra Ferreira

Sumário

CAPÍTULO I - A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR DO CEARÁ: UM ENSAIO	10
<i>Reginaldo Alves de Araújo</i>	
CAPÍTULO II - “DESTA VEZ PODEMOS DAR GRAÇAS À DEUS QUE NÃO CORREU SANGUE CEARENSE”: PRÁTICAS POLÍTICAS NA VILA DE SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, PROVÍNCIA DO CEARÁ	25
<i>Maria Larisse Elias da Silva Ana Elizabete Moreira de Farias Jussara Viana Bezerra Ferreira</i>	
CAPÍTULO III - A POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL E AS ELEIÇÕES EM TELHA (1860)	43
<i>Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas</i>	
CAPÍTULO IV - OS RIACHOS DA REPÚBLICA NA PROVÍNCIA: LINGUAGENS POLÍTICAS E PERSPECTIVAS CIVILIZATÓRIAS NOS PERIÓDICOS DAS ASSOCIAÇÕES INTELCTUAIS FORTALEZENSES (1887-1900)	56
<i>Vinícius Barbosa Lima</i>	
CAPÍTULO V - PRÁTICAS POLÍTICAS NA IMPRENSA SOBRALENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CULTURA POLÍTICA NO JORNAL A LUCTA	67
<i>Ana Elizabete Moreira de Farias</i>	
CAPÍTULO VI - CARTOGRAFIAS DO MEDO: OS SERTÕES DE SENADOR POMPEU NA ROTA DO CANGAÇO (CEARÁ, 1920)	82
<i>Francisco Wilton Moreira dos Santos</i>	
CAPÍTULO VII - JUDICIÁRIO E RELAÇÕES DE GÊNERO: O CASO DE JOSÉ ROSA E MARIA PERPÉTUA (CEARÁ, 1930)	96
<i>Lucas Pereira de Oliveira</i>	
CAPÍTULO VIII - J. DE FIGUEIREDO FILHO: UM INTELCTUAL CATÓLICO NA IMPRENSA DO CARIRI CEARENSE	108
<i>Josefa Nunes Pinheiro Saulóber Társio de Souza</i>	
CAPÍTULO IX - QUAL O LUGAR DA TEORIA DA HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA DOS SERTÕES DE CRATEÚS? NOTAS SOBRE TEORIA EM ESPAÇOS NÃO HEGEMÔNICOS	123
<i>Caio Lucas Morais Pinheiro Aline Duarte da Graça Rizzo</i>	

Capítulo I

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR DO CEARÁ: UM ENSAIO THE CEARÁ EQUATOR CONFEDERATION: AN ESSAY

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-1

Reginaldo Alves de Araújo*

*Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Mestre em História pela mesma instituição.
E-mail: reginaldocidade2016@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A primeiríssima questão que precisa ser dita sobre a Confederação do Equador do Ceará é que esta não é um apêndice do movimento pernambucano, e como tal não tem como ser explicada a partir dos acontecimentos e motivações e relações de forças desenroladas em Pernambuco¹. A Confederação do Equador do Ceará tem especificidades que só podem ser compreendidas a partir dos estudos do contexto local. Todavia, evidentemente, os dois eventos convergem para uma aliança em troca de propósitos em comum: resistir ao centralismo em curso promovido por Pedro de Alcântara e zelar por um governo com maior autonomia local, assim como pela presença destes interesses locais no governo nacional que se formava.

Portanto, em minha tese, o movimento político de 1824 ocorrido no Ceará, criando um governo contrário aquele nomeado pelo então Imperador Pedro I, tanto teria algumas peculiaridades que o distingue da Confederação do Equador de Pernambuco, bem como só poderia ser entendido como parte do processo de lutas de Independência do Brasil na região e de formação do Estado brasileiro, que na verdade se estenderia até aproximadamente 1835. Neste mesmo sentido, minha tese questiona o caráter separatista e necessariamente republicano do citado acontecimento de 1824 por entender que ele foi um movimento plural, e como tal, de fato havia no interior do mesmo posicionamentos republicanos, como aparentemente o eram o Padre Loiola de Albuquerque e Melo (padre Mororó) e o próprio Tristão de Alencar, mas também havia posicionamentos, também marcantes e influentes, de pessoas que reivindicavam tão somente uma espécie de federalismo monárquico, como por exemplo parece ser o posicionamento do padre José Martiniano de Alencar, do próprio José

¹ Além das publicações do Instituto de Ceará, um dos textos mais influentes que defende esta tese é o artigo de Maria do Carmo R. Araújo “A Participação do Ceará na Confederação do Equador (1994).

Pereira Filgueiras e muitos outros membros da elite senhorial da província. Além, evidentemente, da adesão daqueles que buscavam formas de vantagens econômicas, como atesta a grande quantidade de “mudanças de lado” ocorridas a partir do momento que as forças oficiais chegaram ao Ceará.

Entre estas diferentes formas de engajamento no evento, entre Julho e Outubro, o discurso em defesa de um republicanismo foi, de fato, ganhando espaço, em especial na imprensa e nos panfletos². Todavia, é preciso pontuar dois fatores: primeiro, nem os confederados do Ceará ou de Pernambuco chegaram a instalar um governo Republicano propriamente dito, no sentido de que não houve uma proclamação republicana, previsto para ser proposto em uma possível assembleia constituinte a ser marcada entre as províncias participantes, onde se decidiria não só o modelo político a ser seguido, como a forma de vínculo com as demais províncias do Brasil.

Como tal assembleia nunca aconteceu, não é possível afirmar o que não existiu. Mesmo assim, ao que parece, a implementação de uma república nunca foi a prioridade, mas antes a restauração de uma autonomia administrativa provincial e a implementação de um federalismo, tal qual havia sido instituído brevemente entre 1822 e 1824 com a implementação de juntas administrativas eletivas nas províncias. Muito menos houve qualquer menção de separação do restante do país por parte dos confederados, seja do Ceará, seja de Pernambuco. Claro, evidentemente, podemos falar em conjecturas mediante uma convocação de uma assembleia constituinte entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, mas não tratar o plano “improvisado”, pois reativo, como um acontecimento consolidado. Até porque, o que se falava de forma mais sólida desde a primeira hora, era contra o “imperialismo” do Rio de Janeiro e contra a traição do Imperador destituir a Assembleia constituinte e as juntas administrativas, associado ao grande temor de restabelecimento do domínio colonial português. Porém a ideia de uma unidade brasileira nunca foi abandonada pelos confederados, de tal forma que em todas as correspondências dos confederados do Ceará, sempre se referia ao tempo da Independência do Brasil com a expressão “terceiro ano da Independência”, “primeiro da Liberdade”. Logo, a proposta era manter a autonomia local, sem romper com o restante do país.

De toda forma, em termos ideológicos, a Confederação do Equador foi uma soma de interesses distintos e contraditórios, ao qual só cabe ao pesquisador que se aventurar por seus caminhos manter a cautela ao tentar classificá-la, pois, como esta não se consolidou nem muito

² Sobre o papel da imprensa na Confederação do Equador, ver especialmente o trabalho de Weber Porfírio (2019).

menos produziu manifestos ou um código de leis, tudo ficou no campo das conjecturas, que poderiam ou não terem sido implementadas. Neste sentido, em meio a diversidade de posicionamentos e recorrendo ao conceito de Tipos Ideais do Marx Weber, acredito que o mais seguro é entendermos a Confederação do Equador do Ceará muito mais como um movimento reativo às ações tomadas pelo Imperador ao destituir a Junta Administrativa e a Assembleia Constituinte de 1824, do que uma proposta concretamente republicana. Mas, claro, tanto é possível que convergisse para uma implementação de um governo republicano se a esta fosse dado o tempo necessário, como também o contrário. Logo, como não é possível pensarmos em uma história do que não aconteceu, seria mais honesto de nossa parte falarmos de propostas ou tendências federalistas e republicanas dos confederados, mas não de uma suposta “Decretação da República” nas províncias envolvidas, ou muito menos em criação de um governo “independente”, como o é largamente defendido por nossos pares.

O que existiu, aí sim, foram manifestações e posicionamentos muito claramente favoráveis ao republicanismo, em meio a muitos outros que falavam mais centralmente em convocar uma nova assembleia constituinte e na oficialização e reconhecimento dos governos eleitos na província. Mas predominantemente foram às vozes em defesa do republicanismo que se procurou dar espaço na imprensa imperial da época, como forma de associar o movimento ao radicalismo para desqualificá-lo perante a opinião pública, principalmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e as demais ditas províncias do Norte que hesitavam em aderir ao movimento. Todavia, a principal bandeira dos confederados, como dito, não era a proclamação de um governo republicano, mas o questionamento ao ataque sofrido às autonomias das províncias e a destituição da Assembleia constituinte de 1823. Ou seja, era uma reação a um golpe de Estado implementado por Pedro de Alcântara e os áulicos da Corte.

Portanto, é sempre bom lembrarmos que este grupo que tomou a frente do citado movimento no Ceará estava no poder desde 1822, e que, portanto, não foram eles quem deram um golpe político para destituir o governo monárquico na província, mas antes, quem o sofreu. Ou seja, é o grupo de Tristão e Filgueiras, assim como o é o de Manuel de Carvalho, Natividade Saldanha, Frei Caneca etc., em Pernambuco, as vítimas do processo, e não os causadores. No Ceará, desde Novembro de 1822, quando um levante a partir das vilas do Icó e Crato derrubaram o governo de José Raimundo dos Passos Porbém Barbosa e instituíram governos de casas sertanejas (as Juntas do Sertão) através de uma força de senhores de terra do sertão que ocuparam Fortaleza, destituindo assim o grupo que estava no poder na Capital da província ligado ao comércio e que, na altura da Independência apoiaram predominantemente a permanência dos vínculos com Lisboa, hesitando em aderir ao projeto de Independência do Rio.

Justamente pelo apontado acima, a própria forma como este grupo de sertanejos chegou ao poder já aponta para uma outra questão: José Pereira Filgueira e Tristão de Alencar se sentiram duplamente traídos pelo jovem imperador. Traídos justamente por Pedro I ter colocado no poder de volta um membro daqueles contra os quais eles, Filgueiras e Tristão, haviam lutado e destituído do governo da província por se manterem simpáticos às Cortes de Lisboa frente a proposta do Rio de Janeiro de criação de um governo brasileiro (o presidente nomeado por Pedro I, Pedro José da Costa Barros, era filho homônimo de um dos principais nomes dos comerciantes de Fortaleza, muito embora não nos conste que tenha apoiado os revolucionários do Porto, porém pertencia ao mesmo grupo e contava com forte apoio daqueles que levantaram a bandeira da Revolução Portuguesa, na cidade de Fortaleza). Bem como, evidentemente, o ato de tirar das funções militares e administrativas justamente aqueles que haviam entrado em guerra contra os simpáticos a Lisboa.

Logo, para os locais, as ações de Pedro de Alcântara é que foram vistas como traição. Traição não só por lhes negar o direito de elaborarem, através de seus representantes, uma constituição, mas principalmente por lhes negarem as funções de governo provincial. Além disso, surgiu na época a estória de que havia uma força vinda de Portugal para restaurar o domínio sobre sua ex-colônia e D. Pedro recolheu os navios de guerra que estavam sitiando Recife, em Pernambuco, para que estes fizessem a defesa do Rio de Janeiro e em seguida deu declarações afirmando que cada província estaria por si. Declaração que foi vista, mais uma vez, como uma traição, pois foi entendida, tanto no Ceará, como em Pernambuco, como o Imperador estando abandonando as províncias do então Norte à sorte dos possíveis ataques portugueses.

Portanto aqueles acontecimentos quase que ininterruptamente se ligavam de forma muito direta às lutas de Independência na região, pois a marcha liderada por senhores de terra com suas milícias e ordenanças, para a destituição da Junta administrativa de Porbém Barbosa ocorreu em Novembro de 1822, seguida de uma segunda marcha em direção ao Maranhão liderado por José Pereira Filgueiras para lutar contra as tropas do General português Fidié. Luta esta que perdurou até julho de 1823, onde só então as forças de Filgueiras voltaram para o Ceará, justamente para receber as notícias da traição do Imperador, sendo que em março de 1824 a província fica sabendo da destituição da Junta administrativa através da nomeação do Citado Costa Barros, somando-se à insatisfação da destituição da Assembleia Constituinte em fins do ano anterior. Talvez ali, se o jovem monarca tivesse apenas confirmado os membros da junta como governo na província, não existiria uma Confederação. Ou pelo menos, não no Ceará.

De toda forma, para aqueles senhores de terra, a Confederação do Equador fazia parte do mesmo esforço de se constituir um governo autônomo da província. O que significa dizer

formar um governo deles, dos senhores locais, na província. Portanto, as ações do jovem imperador foram marcadas, na visão dos locais, por uma junção de traições, uma vez que ele nomeou para o governo local justamente um membro do grupo que havia se oposto a Independência (ou pelo menos era isso que os membros das casas sertanejas que estavam no poder acreditavam), bem como ao abandonar a província a sua própria sorte, mediante uma suposta ameaça de recolonização por parte de Portugal.

Voltando à questão das diferenças nos motivos que levaram à Confederação do Equador do Ceará em relação à Pernambuco, a explicação que associa insatisfação financeira dos comerciantes e senhores de engenho de Olinda e Recife com os impostos criados para financiar a instalação da Corte no Rio de Janeiro (Leite, 1989; Neves 2011), ou ainda a perda de território com a autonomia das províncias do Ceará e Paraíba, não faz o menor sentido como motivações para a participação do Ceará naquele movimento, pois a província estava em franca expansão econômica desde sua separação da província de Pernambuco em 1799.

Se os comerciantes de Recife perderam os significativos lucros do algodão, charque, cachaça e peles que vinham do Ceará, justamente por estes serem exportados pelos portos pernambucanos, no Ceará a percepção é exatamente oposta, uma vez que a província só prosperou, tanto com sua elevação à condição de província autônoma devido sua separação de Pernambuco e a subsequente possibilidade de negociar diretamente com a metrópole, bem como com a Abertura dos Portos em 1808, de tal forma que em 1824 existia uma sólida classe de mercadores com pretensões, aí sim, de ampliarem suas influências políticas (Araújo, 2018, p. 115-116). As motivações das insatisfações de determinadas casas senhoriais do Ceará com os rumos tomados por Pedro de Alcantara está muito mais na conta dos interesses por parte dos locais de participarem do governo e, evidentemente, o sentimento de traição associado aos posicionamentos do imperador tanto em seu movimento de centralização política com a destituição da Assembleia Constituinte, bem como com a nomeação de um delegado do imperador para o governo provincial.

2. UMA GUERRA CIVIL CONTRA O GOVERNO CENTRAL

Assim como a Revolução Francesa não foi a implementação de uma proposta Iluminista, mais antes o resultado da crise do Antigo Regime que já não respondia aos anseios do complexo mundo que se formava desde o século XVI, a Confederação do Equador também não foi um evento de implementação de um suposto projeto republicano contra o autoritarismo de Pedro I. Foi antes uma reação, uma resposta aos acontecimentos provocados pelo citado imperador, e está intimamente ligada às Lutas de Independência na região.

Portanto, seguindo o passo a passo desta reação, em tão logo as notícias de um Golpe de Estado promovido por Pedro I contra a Assembleia Constituinte chegou ao Ceará, as reações foram imediatas, ao ponto de vilas como Campo Maior (Quixeramobim) “proclamar” um governo “republicano” em nome do “Clero, Nobreza e Povo” já em 09 de Janeiro de 1824. Seguindo com a descrição dos acontecimentos, em 14 de Abril do mesmo ano chega ao Ceará Pedro José da Costa Barros como presidente da província nomeado pelo D. Pedro I. No dia seguinte, 15 de abril, Costa Barros é apoiado pelos comerciantes de Fortaleza, que a partir da Câmara da cidade decreta o fim do governo das Juntas Administrativas e dá posse ao citado “delegado do Imperador”. Apoiando e sacramentando aquele ato estavam João Facundo de Castro Menezes, Joaquim José Barbosa, o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito, Manuel José Martins Ribeiro Júnior, Jerônimo Delgado Esteves, José Narciso Xavier Torres, Francisco Xavier Torres, João da Silva Pereira, Manuel Antônio Diniz e José de Abreu, todos membros do grupo dos mercadores de Aracati e Fortaleza, ou próximos a estes por vínculos de casamento. O citado grupo, unido a tropa de primeira linha da capital da província, destituem a recente eleita junta de Tristão Alencar e nomeiam Costa Barros. Aqueles eram justamente o mesmo grupo que havia sido retirado do poder dois anos antes, quando as tropas de Filgueiras e Tristão ocuparam Fortaleza a partir de um levante vindo do Icó e Crato.

Em outras palavras, os comerciários de Fortaleza aproveitaram as ações tomadas por Pedro I para voltarem ao poder e destituírem o governo das casas sertanejas que, literalmente, haviam invadido e ocupado a capital do Ceará desde Novembro de 1822. Todavia, vendo o ato como uma traição, em aproximadamente 29 do mesmo mês, as forças de Filgueiras cercam a sede do precoce governo, prendem Costa Barros e todos que o apoiaram, os remetendo para o Rio de Janeiro. E é aqui, em 29 de Abril de 1824 que tem início a Rebelião Cearense contra o governo central, e não em 02 de julho, data atribuída ao início da Confederação do Equador em Pernambuco, quando Manuel de Carvalho Paz de Andrade decreta oficialmente o início do citado movimento ao publicar a ata do Grande Conselho. Ainda assim, a rebelião cearense segue caminhos relativamente distintos daqueles tomados pelo movimento pernambucano até 26 de agosto, quando só então aceitam “fazer causa comum” com o governo de Manuel de Carvalho.

Outra especificidade do Ceará, é que a resistência aos confederados da província foi predominantemente local, sendo as forças enviadas pelo mercenário escocês Tomas Alexander Cochrane, mil soldados que deixou especificamente na guarnição de Fortaleza, apenas uma espécie de símbolo para integrar os demais movimentos de resistência aos Confederados em uma causa comum (Araújo, 2018, p. 268).

De tal forma que em 12 de maio de 1824, Tristão Gonçalves de Alencar já relata a existência de uma rebelião ao seu governo no Icó, liderada por João André Teixeira Mendes e Manuel Antônio de Amorim, que formaram o que estes chamavam de governo temporário do Icó; e outra rebelião no Crato liderada por Joaquim Pinto Madeira. Aliás, em correspondência de 30 de abril de 1823, portanto um ano antes, Tristão já falava desta rebelião ao seu governo liderada por Pinto Madeira na Comarca do Crato, que atacava simpáticos a ele, Tristão, sempre usando estratégias de guerrilha com atentados isolados, mas que mantiveram uma constância durante todo o governo Pinheiro Landim e Tristão Gonçalves. A existência dessas guerrilhas em princípios de 1823, bem como sua continuidade em 1824, somando força aos esforços dos apoiadores do governo central em combater a Junta de Tristão e Filgueiras, é um dos mais fortes indicativos de que isto que se chama no Ceará de Confederação do Equador é, na visão daqueles homens, a continuação das lutas de Independência e de formação de um governo Brasileiro, posto que não há sequer uma pausa entre os embates contra a Junta administrativa que se colocou favorável a Independência em fins de 1822 e as forças que os enfrentaram na província. Mesmo quando os emancipacionistas de 22 se transformaram em confederados em agosto de 1824 ao se aliarem com Pernambuco, as principais forças de resistência ao grupo de Tristão e Filgueiras sempre foram locais, de tal forma que, a nosso ver, não seria contraditório entender a Confederação como uma luta tardia pela Independência do Brasil, pois na visão daqueles que participavam daquele processo, não havia distinção. Era a mesma luta para “não mais serem escravos” do despotismo.

Foram estas forças que se autodefiniam como governos paralelos, muitos deles, inclusive, participaram da marcha de 1822 que derrubou a Junta Administrativa de Porbém Barbosa, onde então acreditavam que estavam lutando contra o constitucionalismo, de tal forma que o apoio de Filgueiras e Tristão ao projeto constitucional de D. Pedro foi visto como uma traição por Pinto Madeira, João André Teixeira Mendes e Manuel Antônio de Amorim, que formaram respectivamente no Icó e Crato a principal força de combate aos Confederados: no caso o segundo governo temporário do Icó, liderado por Teixeira Mendes, e a milícia do Rio dos Peixes, liderada por Pinto Madeira.

No entanto foi a notícia em princípios de 1824 de que o governo da Junta do Sertão não contava com o apoio do Rio de Janeiro, que fez a província entrar em frenesi, fortificando enormemente os posicionamentos daqueles que combatiam o, a partir de então, governo rebelde do sertão. Em 24 de setembro de 1824, já nos momentos finais da rebelião, o carmelita pernambucano Frei Caneca, liderando uma comissão para procurar ajuda das forças de Filgueiras no Ceará, deparou-se com um cenário desolador. Praticamente todas as vilas da

região do Cariri cearense estavam destruídas, sucessivos ataques das tropas da Serra dos Pereiros liderados por Pinto Madeira incendiaram as casas daqueles simpáticos aos confederados.

A situação não era diferente ao longo da Ribeira do Jaguaribe até Aracati. No entorno do Icó, as forças de Teixeira Mendes e Manuel de Amorim, massacravam as poucas ordenanças que permaneciam fieis a Tristão, além de atacarem vez por outra a vila do Crato, aliados a Mathias Francisco de Amorim, Manuel Tavares Muniz, Manuel João de Campos e João de Caldas Campos, moradores do Jardim. Todos os citados eram proprietários de terras locais que, desde Setembro, engrossaram as lutas contra os confederados. Como defensor da continuidade dos vínculos com Portugal, Teixeira Mendes se opôs na primeira hora ao governo Filgueiras/Tristão, e em 1823, bem antes de iniciar a Confederação propriamente dita, Tristão de Alencar, marcou um encontro com senhor de terras do Icó para conversarem, garantindo-lhe toda a segurança, mas não manteve a promessa. Segundo Theberge (2001), “Praticaram contra ele as maiores violências, espancaram-no a ponto de o deixarem por morto”, sendo que não foi só Teixeira Mendes a ser espancado, como também sua casa foi invadida por tropas expedicionárias que retornavam do Maranhão, e toda sua família sofreu alguma forma de violência. Ou seja, a resistência de homens como Teixeira Mendes a Tristão alimentava não só divergências ideológicas, mas também rancores bem pessoais.

Na Serra da Ibiapaba, coube a família Mourão, então liderada por Alexandre da Silva Mourão (pai) e Antônio da Silva Mourão, darem combate aos simpáticos e membro dos Confederados. Mais próximo à Capital, os patriotas não faziam muito diferente, a Vila de Aracati, por exemplo, então a mais próspera e populosa vila do Ceará, foi completamente esvaziada com sua população fugindo para uma localidade que ficara conhecida como “Retiro Grande”. Mesmo assim, os patriotas também incendiaram as casas da vila. Na fazenda cajus novos, aproximadamente 150 homens de Filgueiras foram mortos por uma emboscada de Pinto Madeira, que deixou os corpos espalhados ao longo da fazenda. Frei Caneca ainda descreve o empalhamento do cadáver do pernambucano Feliciano Barbosa na frente da igreja da povoação de Umari, no Cariri. Os eventos com mutilação de cadáver espalhando partes de corpos por vilas tornaram-se comuns. No ataque de Pinto Madeira ao Crato, por exemplo, este fez um colar de mãos de patriotas assassinados e deixou dependurado no cruzeiro da igreja da Cidade, retirou a bandeira do Império do Brasil da casa de câmara e dependurou a bandeira do Império português em Setembro de 1824. Do lado dos confederados, cronistas como Pedro Theberge lembram que os prisioneiros de Jardim capturados por soldados de Tristão: “Metiam-nos em

um quadrado e os espancavam a cacete até expirarem” (Theberges, 2001, Tomo II, p. 125). Porém o citado historiador não dar números ou cita a fonte de tal informação.

Em seu trabalho “História da Província do Ceará” Tristão de Alencar Araripe (2002) faz um comparativo entre os diferentes arrolamentos e, segundo este, em 1819 Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira calculou a população do Ceará em 201.170 habitantes, enquanto em 1828, o presidente Nunes Berford calculou a mesma população em 105.303 mil. Assim, mesmo considerando a possibilidade de erros grosseiros nas contagens, estes não seriam grandes o bastante para darem conta de uma ausência de quase 50% da população.

Todavia, tamanha baixa populacional não se deveu apenas a Confederação, a maioria, na verdade, morreram ou abandonaram a província na seca de 1826. Como as mortes durante a Confederação do Equador nunca foram contabilizadas, sequer estimativas foram feitas, as descrições de época, como as citadas acima, possibilitam suposições de que elas foram bem numerosas, de tal forma que os arrolamentos de 1819 e 1828 são sim uma pista sólida para entendermos que uma série de acontecimentos catastróficos se abateu sobre o Ceará que ou matou ou afugentou a população da província, e uma delas foi sem sombra de dúvidas a Confederação, com o extermínio generalizado de povoações inteiras e fugas de outras.

Internamente, tão logo o grupo de José Pereira Filgueiras e Tristão de Alencar Araripe destituíram o então presidente da província nomeado por D. Pedro, o militar e comerciante Pedro José da Costa Barros, teve início uma série de resistências ao governo Rebelde desde que este destituiu o Delegado do Imperador. Aparecendo focos de resistência especialmente em Icó, Barbalho, Ipu e Aracati; que promoveram intensa luta contra os confederados desde a primeira hora. No entanto, a Confederação do Equador do Ceará, como Guerra Civil, nunca representou uma luta integrada, mais uma soma de várias batalhas em nível de cada vila entre aqueles que apoiavam e rejeitavam. Sendo assim, falar que o movimento político de 1824 representou uma mera adesão do Ceará a um projeto político de Pernambuco é não só uma visão genérica e, portanto, superficial, como trata-se de negar os interesses e motivos locais. O que aconteceu é que houve uma rebelião no Ceará, provocado especificamente por insatisfações e antagonismos próprios das relações de força na província, e esta rebelião se somou ao movimento pernambucano, por este também estar insatisfeito aos rumos que o governo do Rio de Janeiro estava tomando.

Claro, no entanto, que estes movimentos se influenciaram mutuamente, mas não dá para se falar em uma liderança e organização política a partir de Pernambuco, e encarar o Ceará como uma espécie de “apêndice” político dos interesses pernambucanos. O que ocorria era uma série de movimentos provocados por insatisfações internas que se somavam e se apoiavam

mutuamente, mas sem o estabelecimento de um centro de organização. No entanto, podemos supor que, se aquela aglomeração contraditória de movimentos e posicionamentos, que passou a se definir como Confederação do Equador, obtivesse êxito, possivelmente a liderança de Pernambuco de fato se afirmaria até pela natural liderança econômica na região bem como pelo histórico de aproximações entre o Ceará e a citada província. Mas em julho de 1824 o que ocorria eram rebeliões distintas por motivos distintos que se somaram por terem uma causa em comum: lutar contra a centralização política em curso, esta com um forte apelo colonialista vinda do Rio de Janeiro.

3. UMA REVOLUÇÃO REPUBLICANA?

A leitura mais largamente aceita na historiografia sobre a Confederação do Equador é a que afirma que esta foi ao mesmo tempo um movimento separatista e republicano, que teria “proclamado” a República em Pernambuco, Ceará, partes do Piauí e Rio Grande do Norte. Tal interpretação toma como base, principalmente, no caso de Pernambuco, os textos de Frei Caneca no seu *Tiphys Pernambucano* e, no caso do Ceará, os escritos do padre Inácio de Loiola Albuquerque e Mello (o Padre Mororó) no *Diário do Governo do Ceará*, além, claro, da ata do grande conselho de 06 de julho de 1824, para Pernambuco (que, por sinal, neste último caso, não cita nem pretensões separatistas nem muito menos republicanas) e o Conselho de 26 de Agosto no Ceará (ai sim, com citações de pretensões republicanas).

De fato, quando nos deparamos com os textos especialmente dos jornais, há uma forte influência do ideário republicano, inclusive com a publicação de possíveis leis a serem implementadas, como por exemplo a publicada pelo Frei Caneca no *Typhis Pernambucano* nº XXIV, de 1º de julho de 1824, com o título de “Base para a formação do pacto social, redigido por uma sociedade de homens de letras”, com explicitas bases republicanas e liberais clássicas, como a ideia de um “direito natural”: “Art.1º Os direitos naturais, civis e políticos do homem são a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão”. Vale a pena acompanhar alguns dos artigos propostos por Caneca

2º A liberdade consiste em poder fazer tudo, contanto que não seja contrário aos direitos de outro. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada um homem só tem limites naquilo que assegura aos outros membros o gozo destes mesmos direitos.

3º. A conservação da liberdade depende da submissão à lei que é a expressão da vontade geral. Tudo o que não é proibido pela lei, não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não ordena.

4º A todo homem é livre manifestar os seus sentimentos e a sua opinião sobre qualquer coisa.

5º A liberdade de imprensa, ou outro qualquer meio de publicar estes sentimentos, não pode ser proibido, suspenso nem limitado.

6º A igualdade consiste em que cada um possa gozar dos mesmos direitos.

7º A lei deve ser igual para todos, recompensando ou punindo, protegendo ou reprimindo.

8º Todos os cidadãos são admissíveis a todos os lugares, empregos e funções públicas. Os povos livres não conhecem outro motivo de preferência. Senão os talentos e virtudes.

9º A segurança consiste na proteção concedida pela sociedade a cada um cidadão, para conservação da sua pessoa, dos seus bens e dos seus direitos.

10º. Nenhuma pessoa deve ser chamada a juízo, acusada, presa sem detida, senão nos casos determinados pela lei, e segundo as formas que ela tem prescrito. Outro qualquer ato, exercitado contra um cidadão, é arbitrário e, por consequência, tirânico (Caneca, 1984, p. 209).

A publicação das “leis” propostas por Frei Caneca segue em mais duas edições do Typhis Pernambucano, além disso, o prelo também publicou trechos da constituição do México, as propostas de leis criadas no tempo da Revolução Pernambucana (1817), os artigos da Constituição brasileira destituída por D. Pedro, citações de Montesquieu, Rousseau e muitos outros iluministas europeus clássicos. É claro que há aí uma robusta presença das tradições humanistas e liberais que, a época, faziam parte de uma grande circulação de ideias em uma escala global, consequência das interações culturais e econômicas promovidas pelo processo de formação do sistema mundo moderno.

Do lado cearense a presença de ideais republicanos costumava ser ainda mais fortes

Eu F. juro aos Santos Evangelhos voluntaria, e solenemente defender, e guardar a Religião Católica e Apostólica Romana. Juro dar a última gota de sangue para manter, e ser fiel a Confederação do Equador que é a união das quatro províncias ao Norte do Cabo de Santo Agostinho, e as demais que para o futuro se forem unindo debaixo da forma do Governo que estabelecer a Assembleia constituinte. Juro fazer crua guerra ao despotismo imperial, que pretende usurpar nossos Direitos, escravizar-nos, e o brigarnos (sic) a fazer a união do Brasil com Portugal, a qual jamais admitiremos por nenhum título que seja. Juro enfim fazer guerra eterna a todo despotismo, que se opuser a Liberdade da nossa Pátria, e igualmente obedecer ao Governo Supremo Salvador. Assim Deus me ajude (Brito, 2006, p. 181).³

Em diferentes momentos houve falas de Tristão em defesa da implantação de um novo governo, citando abertamente sua predileção pela implementação de uma República, mas sempre tomando o cuidado de afirmar que tal governo seria decidido, podendo ser aceito ou não, por uma assembleia constituinte a ser convocada entre os eleitores das quatro províncias: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e todas as demais que quiserem participar: “e assim apresentou o senhor presidente um plano de nova forma de governo, para ser discutido livremente com imunidade de pessoa e de opinião de ser ou não aprovado pelo Congresso. (Ibidem)” Todavia esta segunda parte de convocação de uma “Assembleia Constituinte” entre as quatro províncias centrais, não chegou a acontecer, principalmente, no caso do Ceará, em decorrência da forte resistência interna da província, assim como não se faz

³ Juramento à Confederação do Equador transcrito a partir do Doc. CEARÁ. Sessão Extraordinária e Grande Conselho Provincial em 26 de Agosto de 1824.

referência em momento algum a uma separação ou independência das províncias confederadas ao restante do Império, mas em uma luta contra a volta do Brasil à condição de colônia portuguesa, sendo, portanto, ponto central esta crença em uma “recolonização” em curso por parte de Portugal, e que tal ação estaria contando com o apoio de Pedro de Alcântara, além de se propor o estabelecimento de uma relação federalista entre as províncias do Brasil, inspirando-se no modelo estadunidense. De tal forma que, no Ceará, desde de 26 de agosto, nas correspondências oficiais de Tristão e Filgueiras passaram a escrever, depois da data da correspondência, os termos “3º ano da Independência, 1º da liberdade”, ao mesmo tempo, portanto, mantendo o vínculo com o restante do Brasil, mas destacando que para os confederados, 1824 representava uma luta pela autonomia administrativa e contra a centralização.

A defesa desta interpretação de que não houve uma proclamação republicana durante a Confederação do Equador, seja por não ter havido tempo hábil para tal, seja por tais ideias não serem dominantes entre os envolvidos naquele movimento, não é uma novidade. Historiadores como os pernambucanos Denis Bernardes (2006) e Evaldo Cabral de Mello (2014), já tiveram, em diferentes momentos, esta interpretação. Todavia tem crescido o discurso que entende o citado movimento como tendo, literalmente, promovido o separatismo das províncias confederadas, bem como proclamado e instalado um governo republicano (Farias, 2006; Leite, 1989; Candido, 2018).

Sobre estas proclamações ou defesas de mudanças políticas neste contexto da Independência é preciso termos, como historiadores, muito cuidado ao simplesmente reafirmarmos discursos de críticos daqueles movimentos, ou se dar destaque demasiado à discursos que apontam antes para pretensões, mas que não se consolidaram por não ter havido suas implementações. Explicando melhor: a Confederação do Equador não implementou uma República, nem muito menos decretou a separação das quatro províncias citadas do restante do país. O que existiu, antes, foi uma série de discursos presente em jornais e panfletos, ou declamados ora em favor do republicanismo, ora do federalismo, ora ainda ao respeito ao constitucionalismo e contra a centralização do governo no Rio ou em Lisboa. Logo, eram discursos diversos, que tinham em comum a insatisfação contra as ações de Pedro I, mas sempre destacando que o novo modelo político a ser implementado seria decidido através de uma Assembleia Constituinte a ser convocada entre as províncias do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de todas aquelas do Brasil que quisessem se juntar a estas, para assim se estabelecer uma relação federalista entre si e o restante do país.

Nós, historiadores, não podemos criar características que não existiam em nossas análises. Afinal de conta, se as fontes foram consideravelmente ampliadas e a teoria passou a ter papel central na construção da escrita da história, ainda não é possível contornar os vestígios históricos. Logo, eticamente, não é apropriado afirmarmos que houve uma implementação de um governo republicano no Nordeste brasileiro em 1824, uma vez que a Assembleia Constituinte para decidir sobre tal nunca ocorreu, mas antes havia apenas pretensões de algumas lideranças, que por sua vez seriam necessariamente submetidas a toda sorte de negociações com representantes das citadas províncias. Havia, aí sim, fortes defesas do republicanismo, mas ainda assim não foram estas os motivos da Confederação, uma vez que esta foi antes um movimento de reação às medidas tomadas por D. Pedro com a destituição da Assembleia Constituinte de 1823 e a decretação do fim das Juntas Administrativas Provinciais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para firmarmos posição, ao mesmo tempo que podemos falar de um republicanismo presente na Confederação do Equador, ou na presença de ideários humanistas naquele espaço que depois veio a ser o Nordeste brasileiro, é preciso entender que a ação dos confederados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba contra o governo central, foi uma reação local à uma medida tomada pelo governo Central, e não uma medida de rebeldes que, tentando implementar o republicanismo, destituía o governo imperial na região, decretando assim e ao mesmo tempo a separação das províncias citadas do restante do Brasil, e a proclamação de uma República. Antes disto, a Confederação do Equador, de uma forma geral, foi uma reação local a um Golpe de Estado promovido pelo recém-empossado imperador D. Pedro I e os áulicos da Corte. Inclusive, tal golpe contou no Ceará com o forte apoio dos comerciários de Fortaleza e Aracati, assim como contou com o apoio de amplos setores das elites províncias das províncias do Sul, até porque, se não contasse com uma ampla base de apoio, não teria tido êxito.

Afirmar isso significa dizer que, em 1824 não existia um projeto republicano, ou muito menos uma elite Iluminista no Nordeste, pronta a tomar o poder ou morrer tentando, mas antes grupos de senhores locais, alguns destes ligados ao comércio, outros à criação de gado, mas todos com vínculos de governança que remontavam ao período colonial, e que se viram de imediato compelidos a dar resposta a uma força centralizadora que os queria controlar e limitar suas influências em suas regiões.

Além disto, falar da Confederação do Equador é falar também de um mar de posicionamentos, que tinham em comum a insatisfação contra o centralismo político de Pedro I. É entender que não houve uma Proclamação da República, nem muito menos uma separação

do Nordeste do restante do Brasil (afirmações que, a nosso ver, estariam muito mais no campo dos mitos do que da História), mas sim posicionamentos em defesa do republicanismo, da mesma forma que existiam posicionamentos em defesa da permanência da situação imperial e em favor da convocação de uma nova Assembleia Constituinte, além da restauração da experiência das Juntas Administrativas, somando a uma compreensão de que o Brasil estaria em vias de ser reconquistado por Portugal. Se esta, de fato, foi implementada ou não uma República, não temos como saber, pois não nos cabe falarmos do que não existiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850.** (1862), Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **A parte no partido: relações de poder e política na formação do Estado nacional brasileiro, na província do Ceará (1821-1841).** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo: Hucitec: Fapesp: Recife: UFPE, 2006.

BRITO, Jorge (org.). **Diário do Governo do Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura / Museu do Ceará, 2006, p. 181-186.

CANECA, Joaquim do Amor Divino. Typhis Pernambucano. 1º de julho de 1824. In: **Typhis Pernambucano: edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador.** Senado Federa, 1984, p. 209-227.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A plebe heterogênea da independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824). **Almonack**, Guarulhos, n. 20, p. 194-215, 2018.

FARIAS, Amy Caldwell. **Mergulho no letes: uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LEITE, Clacyra Lazzari. **Pernambuco 1824.** Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.** 2ª ed., São Paulo: 34, 2014.

PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. **(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais 'O Spectador Brasileiro' (RJ) e o 'Diário do Governo do Ceará' em 1824.** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Alberto da Costa. **Crise colonial e Independência: 1808-2010.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

THÉBERGE, P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará.** V. II (Edição fac-sim). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

SOBRE O AUTOR:

Reginaldo Alves de Araújo: Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Mestre em História pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Professor Efetivo na área da História na Secretaria de Estado de Educação do Ceará (SEDUC). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos Oitocentistas (SEBO-CNPq-UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9808602377251879>. E-mail: reginaldocidade2016@gmail.com. Contribuição de autoria: Interpretação, escrita e revisão crítica.

COMO CITAR:

ARAÚJO, Reginaldo Alves. A Confederação do Equador do Ceará: Um Ensaio. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral**. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 10-24. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-1

Capítulo II

“DESTA VEZ PODEMOS DAR GRAÇAS À DEUS QUE NÃO CORREU SANGUE CEARENSE”: PRÁTICAS POLÍTICAS NA VILA DE SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, PROVÍNCIA DO CEARÁ

“THIS TIME WE CAN THANK GOD THAT NO CEARÁ BLOOD WAS SHED”: POLITICAL PRACTICES IN THE VILLAGE OF SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, PROVINCE OF CEARÁ

DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-2

Maria Larisse Elias da Silva *
Ana Elizabete Moreira de Farias **
Jussara Viana Bezerra Ferreira ***

* Doutoranda em História. Universidade Federal Fluminense (UFF) / Universidade de Lisboa (ULisboa). E-mail: lawrenceelias1996@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5478-9321>.

** Doutoranda em História. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anaelizabete82@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9408-9347>.

*** Graduada em História. Universidade Vale do Acaraú (UVA). Professora na Secretaria de Educação do Estado do Ceará. E-mail: jussaraacopi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2907-1589>.

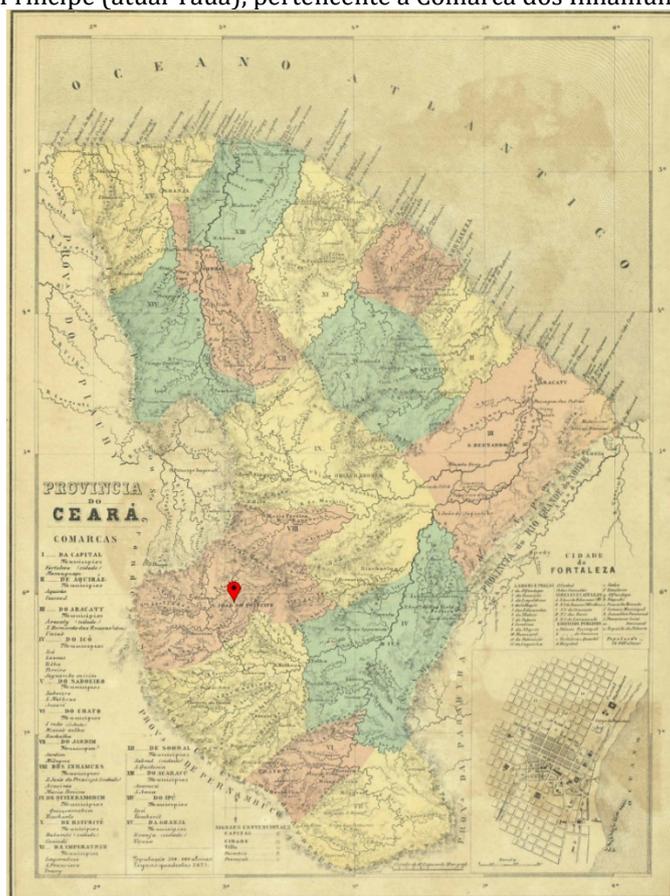
1. INTRODUÇÃO

A estrutura política da então Província do Ceará durante o Segundo Reinado do Brasil Império foi diversa e orquestrada sob a influência das diferentes dinâmicas sociais e políticas oriundas das vilas mais distantes do litoral. Por isso, pensando em aprofundar o debate acerca das práticas eleitorais promovidas nessas regiões, selecionamos a vila de São João do Príncipe¹, pertencente à Comarca dos Inhamuns², para tentar visualizar a partir da imprensa cearense como os grupos políticos atuavam durante as eleições em meados do século XIX.

¹ É importante salientar que, neste artigo, adotamos o nome de “São João do Príncipe” pois o município só passou a denominar-se “Tauá” a partir da Lei Estadual n.º 485, de 14-10-1892.

² A Comarca dos Inhamuns possuía três municípios anexados: São João do Príncipe, Maria Pereira e Arneiroz.

Figura 1 – Mapa da Província do Ceará no Segundo Reinado, com destaque para o município de São João do Príncipe (atual Tauá), pertencente à Comarca dos Inhamuns.



Fonte: Almeida (1868).

A realidade política da então Província do Ceará durante o Segundo Reinado (1840-1889) foi marcada por intensas disputas de poder, que se manifestavam tanto na capital quanto no sertão. A vila de São João do Príncipe (atual Tauá), situada na Comarca dos Inhamuns, constitui um exemplo privilegiado para aprender como as elites locais exerciam seu domínio político e econômico, lançando mão de estratégias que iam desde a manipulação de atas eleitorais até a negociação de votos entre facções concorrentes. Por meio das fontes documentais e, sobretudo, da imprensa cearense do período – representada por jornais como *O Cearense* – é possível perceber que, ainda que se seguissem as diretrizes mais amplas do Império, os sertões desenvolviam práticas políticas próprias, ancoradas em relações familiares, clientelistas e de liderança local.

A historiografia recente, ao analisar o sistema censitário de votação e o funcionamento da Guarda Nacional, demonstra que as eleições no Segundo Reinado não se restringiam a formalidades ou a um mero jogo de aparência (Graham, 1997). Pelo contrário, as disputas eleitorais revelavam interesses concretos de grupos políticos que, a despeito de se filiarem a partidos – como os liberais ou conservadores –, atuavam com estratégias adaptadas às realidades e aos conflitos de cada localidade. Ademais, conceitos como o de “culturas políticas”,

conforme discutido pelo teórico Serge Berstein (1998), lançam luz sobre a pluralidade de significados, valores e representações que norteavam essas práticas eleitorais no Ceará oitocentista. Tais perspectivas evidenciam que a política provinciana não pode ser vista apenas como um reflexo do cenário nacional, mas antes como um espaço de negociação contínua, onde interesses globais e locais se entrecruzavam.

Nesse sentido, este artigo propõe-se a examinar de que forma esses arranjos políticos se manifestaram na vila de São João do Príncipe ao longo da segunda metade do século XIX, tomando como ponto de partida as discussões veiculadas pela imprensa, em especial o periódico *O Cearense*, e a atuação das elites locais na administração pública. Ao dar ênfase às práticas políticas empregadas – desde a antecipação das atas eleitorais até a partilha de votos entre adversários –, buscamos compreender os significados sociais e simbólicos atribuídos às eleições no sertão cearense, bem como a relevância que esses embates possuíam para a configuração do poder provincial e imperial. Por fim, espera-se contribuir para o debate historiográfico sobre a formação das culturas políticas no Brasil Império, evidenciando a complexa interação entre diferentes atores, seus interesses e as contingências geográficas e sociais nas regiões interioranas do Ceará.

2. O CONCEITO DE *CULTURAS POLÍTICAS* E SUAS APLICABILIDADES NA CENA ELEITORAL OITOCENTISTA

Esta seção dedica-se a apresentar e discutir os diferentes modos com os quais o conceito de culturas políticas interagiu nos cenários eleitorais do Brasil, durante o Segundo Reinado. Assim, é significativo dizer que a historiografia política tem aperfeiçoado, ao longo do tempo, as diferentes formas de compreender o conceito para além de uma base epistemológica.

Por isso, iniciamos o debate com um texto de Serge Berstein (1998) chamado “A cultura política”, no qual o autor chama a nossa atenção para as significâncias do termo, a sua evolução e a sua serventia no campo da História. Um primeiro ponto que, na perspectiva do autor, merece o nosso olhar diz respeito ao fato de que a noção de cultura política auxilia o historiador a problematizar as condutas políticas ao longo do tempo. Tal pontuação, por si só, ajuda-nos a compreender que os personagens que atuam na seara eleitoral não são cristalizados, ou seja, possuem comportamentos que podem ser alterados em decorrência de diversos condicionantes internos e externos a si.

Mas o que seria, então, cultura política? Para Berstein (1998, p. 350), ela trata-se de “[...] um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite

adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.” É a partir da cultura política que podemos estabelecer as conexões entre os indivíduos e as circunstâncias que os movem na trama política, considerando não uma narrativa única como fiel e verdadeira, mas acreditando na força das representações que cada homem exprime acerca de um dado contexto.

A partir disso, Berstein (1998) chama a nossa atenção para um segundo ponto: a intersecção entre representação e pluralidade. Pois, em sua visão, não é possível globalizar uma noção de cultura, uma vez que

por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país (Berstein, 1998, p. 350).

Isso sugere que a perspectiva teórica de 'culturas políticas' não contempla, simplesmente, ideologias fixas ou tradições imutáveis, mas é moldada e caracterizada pelas representações, ou seja, pelas imagens, narrativas, símbolos, ações e discursos que circulam e são protagonizados na sociedade. Essas representações ajudam, no entanto, a construir e a comunicar os valores, crenças e práticas que caracterizam o universo político e social em que os sujeitos estão inseridos.

Entendemos, portanto, que em qualquer momento histórico e recorte espacial, existem múltiplas culturas políticas coexistindo, interagindo e interferindo umas nas outras. Isso implica dizer que não há uma única cultura política dominante ou homogênea, mas sim um espectro de culturas políticas que refletem a diversidade de experiências, perspectivas e interesses dentro de uma sociedade (Berstein, 1998).

A complexidade e a dinamicidade das culturas políticas são formadas por representações inerentemente plurais. Pois, segundo Berstein (1998, p. 350) “[...] todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros...”. mas se as culturas políticas se formam no seio das sociedades, como pensar essa intersecção de signos que compõem as culturas políticas, tendo como foco um país/nação?

Tendo em mente esse questionamento, o próprio autor nos oferece uma reflexão para pensarmos as estreitas ligações e suas imbricações com o momento histórico em que são forjadas/constituídas em sociedade

é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas (Berstein, 1998, p. 354).

Disso, podemos entender que apesar dessa pluralidade, há um conjunto de valores comuns que pode ser compartilhado por diferentes grupos. Esses valores formam uma "área dos valores partilhados" que, dependendo do momento histórico, pode ser mais ou menos ampla. Tal perspectiva coaduna com as considerações de Eliane Dutra (2002, p. 27), ao dizer que "[...] as culturas políticas facultam a definição de formas de pertencimento político e podem conduzir à criação de profundas solidariedades."

Assim, quando essa área comum de valores é significativa, surge uma cultura política dominante. Essa cultura política dominante tem a capacidade de influenciar e moldar outras culturas políticas presentes na sociedade, ainda que em diferentes graus. Em outras palavras, Berstein (1998) argumenta que, embora existam diversas culturas políticas, há uma força central que, por meio de valores amplamente aceitos, exerce influência sobre as demais, criando uma coesão dentro da diversidade. E neste artigo, nós acreditamos que as experiências dos indivíduos estavam em consonância com o processo de aceitação de valores e práticas políticas orquestradas. Dito isso, compreender os diferentes sentidos políticos presentes nas eleições durante parte do Segundo Reinado, nos ajuda a construir uma tecitura das dinâmicas eleitorais no oitocentos.

2.1. Os sentidos políticos das eleições no Segundo Reinado

A historiografia contemporânea, especialmente os estudos dos últimos trinta anos, tem buscado desmistificar a ideia de que as eleições eram eventos meramente formais ou jogos simbólicos, destacando sua relevância no político e na construção de culturas políticas no império (Graham, 1997; Rosas, 2002; Munari, 2020).

O próprio Graham (1997) em seu estudo clássico sobre as eleições no Brasil do século XIX, já sinalizava que a presença do clientelismo como um fator que, em sua perspectiva, servia para o Gabinete governante vencer as eleições. Isso se dava porque formava-se uma teia de dependência entre os representantes do governo, os chefes locais e aquelas pessoas que, de alguma forma, se caracterizavam como agregados desses últimos. Mas apesar do clientelismo, existia a compreensão por parte da elite política de que as eleições eram necessárias, afinal, se o comando do poder fosse de fato definido, não haveria necessidade do pleito.

Essa barganha pelo voto também foi sinalizada por Rosas (2002), ao mencionar que o próprio movimento clientelar possuía nuances diversas entre o eleitor urbano e o rural, no caso da Província de Pernambuco. Pois "Enquanto este **[o rural]** se achava numa posição de total subordinação aos chefes políticos, a quem devia obediência por habitar suas terras e delas depender para sua sobrevivência, o votante urbano já se dava ao luxo de negociar seu voto em

moeda corrente mesmo.” (Rosas, 2002, p. 86, grifos nossos). Esses laços, por sua vez, não eram eternos. As eleições poderiam configurar tanto a consolidação dos mesmos como também a própria ruptura, uma vez que apesar da maior favorecida ser a classe dominante, aos membros das classes populares não lhes faltava astúcia para negociar e tomar posse de sua parte na partilha de interesses (Rosas, 2002).

Distanciando-se um pouco desse foco no clientelismo e do “falseamento institucional” das eleições, Munari (2020, p. 3) abordou que no caso da Província de São Paulo, é preciso considerar o fato de que apesar de a participação popular estar muitas vezes ligada ao clientelismo, não é possível dizer que sua finalidade era a de “[...] exercer a função do Estado em sua interpretação.”, ou seja, a representação política.

Assim, a partir de Munari (2020), podemos compreender que os eleitores não eram apenas objeto de disputa, pelo contrário, eles participavam muitas vezes ativamente dessas contendas travadas no clima turbulento das ruas, nas assembleias paroquiais e, igualmente, nos espaços institucionais daquele tempo. Tais embates podiam deflagrar-se em choques violentos, fora dos limites da legalidade, ou acontecer dentro do arcabouço jurídico moldado pelas diversas leis eleitorais então vigentes, assim como nos espaços da imprensa da época.

Entendemos, então, que os “sentidos políticos” aqui mencionados referem-se ao significado e às funções atribuídas a determinados eventos, práticas ou instituições no contexto das relações de poder e da dinâmica eleitoral da sociedade brasileira. No caso do Segundo Reinado no Brasil Imperial (1840-1889), os sentidos políticos das eleições, instituições e práticas refletem como esses elementos estavam interligados com os interesses das elites e muitas vezes das camadas populares, além da legitimação do poder monárquico e as disputas políticas da época. Ao analisar os sentidos políticos de quaisquer características, busca-se entender não apenas suas funções formais, mas também como esses arcabouços eram percebidos, instrumentalizados, contestados e/ou manipulados pelos atores envolvidos.

É importante mencionar que durante o Segundo Reinado, as eleições foram regidas por um sistema censitário, o que limitou a participação eleitoral a uma parcela restrita da população que detivesse determinado poderio econômico. Esse sistema reforçava a atuação e o domínio das oligarquias regionais, assim como a manutenção de uma política muitas vezes centralizadora que sustentava o poder imperial. As eleições, portanto, serviram como um instrumento para a legitimação do poder do imperador e das elites políticas, ao mesmo tempo em que funcionavam como mecanismos de negociação entre as diversas facções políticas do país e os grupos populares.

Um dos aspectos centrais destacados pelas pesquisas recentes, além da dinâmica das fraudes eleitorais, do controle local exercido pelos “coronéis”, figuras que têm grande influência sobre os eleitorais e sobre o resultado das eleições, é a capacidade e a astúcia para a mobilização em nome dos próprios interesses por parte das camadas populares que tinham o direito ao voto. O voto, que era aberto (não secreto), apesar de ter facilitado a manipulação e o controle, criando um sistema eleitoral permeado por práticas clientelistas e patrimonialistas, também era uma moeda de troca espontânea, sem pressão chantagem por parte dos chefes locais. A historiografia recente também confirma que, apesar das limitações, o sistema eleitoral do Segundo Reinado não era necessariamente inócuo. Ele permitiu a criação de palcos de disputas políticas entre liberais e conservadores – partidos que, embora compartilhassem muitos interesses, representavam visões às vezes distintas de como o poder poderia ser instrumentalizado.

Outro ponto de destaque nas pesquisas recentes é a análise das eleições enquanto espaço de formação de uma opinião pública e de uma cultura política nacional que, em diferentes momentos, interagiu com as questões locais e regionais. O desenvolvimento da imprensa e a participação de intelectuais na política desenvolvida para que as eleições não fossem apenas um momento de exercício do poder formal, mas também de debates sobre questões de interesse público, como a escravidão, o federalismo e a modernização do país. O período eleitoral foi, assim, uma oportunidade para a articulação de ideias e para a mobilização de setores da sociedade, mesmo que de forma limitada.

Portanto, as eleições no Segundo Reinado tiveram um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que reforçaram as estruturas de poder oligárquicas e centralizadoras, ofereceram oportunidades para a emergência de um debate político e para a articulação de projetos de nação. As pesquisas historiográficas recentes ressaltaram a complexidade desse processo, mostrando como as práticas eleitorais, apesar de suas limitações, desempenharam um papel importante na conformação da política imperial e na formação da sociedade brasileira do século XIX.

3. AS PRÁTICAS POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES DE SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE

3.1. A Vila de São João do Príncipe na Província do Ceará

São João do Príncipe, situada no sertão do Ceará, foi elevada à condição de vila no início do século XIX. Esse processo, descrito nas fontes documentais a partir de uma autorização régia, teve como finalidade manter a ordem social e organizar administrativamente os povoados

dispersos da região. As decisões do governo régio eram pautadas por interesses de controle social, especialmente com relação aos criminosos que se refugiavam nos sertões distantes dos centros administrativos (Chandler, 1980). Nesse cenário, o que conhecemos hoje como Tauá, emergiu como uma vila de destaque, ao mesmo tempo que enfrentava tensões locais desencadeadas pela competição entre os povoados vizinhos e a resistência das elites locais.

Assim, durante o século XIX, a política na Vila de São João do Príncipe foi amplamente dominada por elites locais, muitas delas constituídas por grandes proprietários de terras e senhores criadores de gado (Silva, 2023). As famílias Alves Feitosa, Rodrigues de Carvalho e Chaves Júnior, por exemplo, tiveram um papel central na administração pública e no poder político local, ocupando cargos importantes tanto no âmbito municipal quanto provincial.

Entre as décadas de 1850 e 1880, essas famílias controlaram diversas instâncias políticas, utilizando a economia do gado como base para a sustentação do seu poder. A criação de gado não só fomentava a economia local, mas também era um dos principais pontos de articulação política e social no sertão cearense. Freitas (1970), ao abordar as elites locais do sertão nordestino com ênfase no Ceará, aponta que a base do poder dessas famílias estava no controle da terra e dos recursos naturais, como a água e as pastagens, elementos essenciais para a economia agropecuária da região.

Os estudos de Melo (2012), apontam ainda para a importância da configuração do poder local nas vilas do interior, como São João do Príncipe. Para a autora, o poder dessas elites locais não estava apenas vinculado ao controle econômico, mas também ao monopólio das estruturas jurídicas e militares, como os cargos de juiz ordinário e sargento-mor, que estavam diretamente ligados à organização e manutenção da ordem na vila.

De acordo com a pesquisa de Silva (2023), a escolha de Tauá como sede da vila teve razões tanto administrativas quanto práticas, devido à sua localização e à presença de uma população apta a ocupar os cargos administrativos. Além disso, a existência de uma capela e a formação de um núcleo familiar consolidado foram fundamentais para sua elevação. Essa consolidação refletia uma tentativa das autoridades provinciais de organizar e controlar melhor os sertões cearenses, combatendo práticas subversivas e consolidando a ocupação territorial.

A elevação da Vila de São João do Príncipe no século XIX exemplifica o processo de formação das vilas no interior nordestino, onde as dinâmicas locais e as relações de poder entre famílias tradicionais desempenharam um papel central na configuração política e social. A ascensão dessas famílias ao poder político local, muitas vezes baseadas em sua posse de terras e na economia do gado, garantiu a essas elites o controle sobre a administração pública por

várias décadas. A historiografia regional ainda destaca o papel dessas elites como mediadoras entre o poder central e a realidade local, o que permitiu a manutenção da ordem e da coesão social nas regiões mais afastadas do litoral.

Nesse sentido, acreditamos que a dominação das elites locais no cenário eleitoral da Vila de São João do Príncipe (Tauhá) e da Comarca dos Inhamuns durante o século XIX insere-se no contexto mais amplo das práticas políticas da Província do Ceará. Neste período, o sistema eleitoral brasileiro era restrito e excludente, favorecendo a perpetuação das oligarquias regionais no poder. A configuração do sistema político cearense, aliado à estrutura social e econômica do sertão, possibilitou que algumas famílias se tornassem dominantes na esfera política local e provincial.

Uma vez que o sistema eleitoral do Império brasileiro, regulamentado a partir do Ato Adicional de 1834 e da Lei de 1846, era baseado no voto censitário, ou seja, apenas homens livres, maiores de 25 anos e que comprovassem uma determinada renda podiam votar. Com isso, essa restrição ao voto impediu que a grande maioria da população, composta por pobres, negros, mestiços e escravizados, participasse das eleições. No caso da Província do Ceará, e especialmente nas regiões mais afastadas do sertão, o controle eleitoral ficava nas mãos de poucas famílias, que manipulavam o processo para manter sua influência, conforme aconteceu em São João do Príncipe, por exemplo.

Assim, é preciso compreender que a participação das elites locais, constituídas principalmente por grandes proprietários de terras e senhores de gado, estavam intimamente ligadas à estrutura de poder imperial. Pois elas funcionavam como intermediárias entre o governo central e a população local, utilizando o sistema eleitoral para garantir sua permanência no poder. A historiografia, como bem pontua Emília Viotti da Costa em seu estudo sobre a política no Brasil Imperial, ressalta que essas elites agiam dentro de uma lógica clientelista e patrimonialista, onde o voto era controlado por meio de favores, alianças e a coerção de seus dependentes.

No caso da Vila de São João do Príncipe e da Comarca dos Inhamuns, as famílias Alves Feitosa, Rodrigues de Carvalho e Chaves Júnior eram as principais detentoras do poder econômico e político. Através do controle da terra e da criação de gado, essas famílias consolidaram uma rede de influência que lhes permitiu dominar o cenário eleitoral. Seus membros frequentemente ocupavam cargos públicos, como vereadores, juízes ordinários e comandantes da Guarda Nacional, instituição fundamental para a manutenção da ordem no sertão e para o controle político local.

Silva (2023), aponta que o domínio dessas famílias no sertão cearense era sustentado por uma combinação de poder econômico, controle sobre as estruturas judiciárias e eleitorais, além da manutenção de uma base de apoio composta por pequenos proprietários e agregados. O controle do processo eleitoral permitia que essas elites garantissem a eleição de seus representantes para cargos municipais e provinciais, perpetuando um ciclo de poder.

No cenário provincial, a dominação das elites locais não era um fenômeno isolado. O Ceará, assim como outras províncias do Brasil, assistiu à consolidação de oligarquias regionais que se mantinham no poder por meio do controle do sistema eleitoral e da manipulação dos votos. O sertão cearense, apesar de geograficamente distante dos centros administrativos da província, possuía uma importância estratégica na economia, especialmente pela produção pecuária, o que aumentava o interesse das elites locais em participar das disputas eleitorais provinciais.

Um exemplo disso foi a participação das famílias da Comarca dos Inhamuns nas disputas eleitorais provinciais. As alianças entre essas elites sertanejas e as facções políticas de Fortaleza, capital da província, eram comuns e garantiam a manutenção de seus interesses na esfera política provincial. Como aponta o Silva (2023), o sistema eleitoral do Império brasileiro permitia a existência de um “coronelismo eleitoral”, em que os grandes proprietários de terras manipulavam o processo para garantir a eleição de seus candidatos e a exclusão de qualquer oposição. No entanto, defendemos que apesar de existirem tais práticas clientelares, havia também a participação da camada popular votante buscando negociar sua moeda de interesses com os chefes locais e coronéis.

Assim, apesar de as eleições no século XIX serem marcadas por uma série de práticas irregulares, como fraudes, compra de votos, intimidação de eleitores e violência política, é preciso dizer ainda que os arranjos das negociações se faziam presentes, permeando rotineiramente esses espaços eleitorais. As elites locais, que por um lado utilizavam seus recursos e a força de suas redes de clientelismo para garantir os resultados eleitorais a seu favor, também eram submetidas à situações de embargo e embaraço quando não correspondiam os interesses das camadas populares às vezes consideradas “submissas”.

Apesar da cultura da dominação das elites locais, o cenário eleitoral no sertão cearense não era isento de tensões e disputas por diferentes personagens de classes sociais distintas. A rivalidade entre famílias e facções políticas locais gerava conflitos que, muitas vezes, resultavam em episódios de violência política ou quebra de laços e vínculos entre famílias mais modestas e as de elite. Durante a segunda metade do século XIX, disputas internas entre diferentes ramos das elites locais de São João do Príncipe e da Comarca dos Inhamuns eram

frequentes, especialmente quando havia divergências sobre a indicação de candidatos para os cargos eletivos. Nesse cenário, a fidelidade do indivíduo protegido por seu patrão era posta em disputa e esse personagem menos favorecido, muitas vezes, via o momento como uma oportunidade para angariar interesses próprios.

As facções políticas provinciais, principalmente liberais e conservadores, utilizavam-se dessas rivalidades locais para conquistar apoio no sertão. No entanto, muitas vezes (apesar de não ser na maioria dos processos) o controle das elites locais sobre o processo eleitoral garantia que essas disputas não ameaçassem diretamente sua posição de poder. Chandler (1980), em seu estudo sobre o sertão cearense, não concorda muito com essa perspectiva da atuação mais ativa das camadas populares, pois para ele as eleições, apesar de seu caráter competitivo, eram amplamente manipuladas, e o resultado final quase sempre refletia os interesses das elites dominantes.

O cenário eleitoral de São João do Príncipe e da Comarca dos Inhamuns no século XIX refletia uma realidade mais ampla de concentração de poder nas mãos de elites locais, que, por meio do controle do voto e de suas redes clientelistas, muitas vezes conseguia fazer perpetuar sua dominação política. As práticas eleitorais restritivas no quesito econômico, a exclusão da maioria da população do processo político e a manipulação das eleições eram características centrais do sistema eleitoral imperial. No sertão cearense, essas práticas eram instrumentalizadas pelas grandes famílias de proprietários de terras e criadores de gado, que, ao longo do século XIX, consolidaram seu poder tanto no âmbito local quanto provincial.

A historiografia regional sobre o tema, como os estudos de Silva (2023), revela que essas dinâmicas de poder não eram exclusivas do sertão, mas faziam parte de uma estrutura política mais ampla, na qual as elites locais atuavam como intermediárias entre o governo central e as populações rurais. Essa estrutura política, baseada no voto censitário e na exclusão, só seria profundamente alterada com as reformas eleitorais e sociais do início do século XX.

Dito isto, no tópico a seguir discutiremos alguns dos aspectos presentes na imprensa cearense que vislumbraram não apenas o olhar que os editores dos jornais tinham sobre esses acontecimentos na vila de São João do Príncipe, mas também o modo como seus interlocutores narravam e compreendiam as práticas políticas durante as eleições locais.

3.2. O olhar da imprensa sobre a política local

O jornal *O Cearense*, vinculado ao Partido Liberal, ganhou destaque na província pela sua circularidade nas diferentes regiões. Ele, por sua vez, não poupava espaço para retratar as querelas políticas oriundas dos períodos eleitorais, fosse na capital ou no sertão. Isso não foi

diferente quando as primeiras notícias acerca das tensões na vila de São João do Príncipe, também chamada de Tauhá, começaram a chegar para os editores do periódico.

Na edição 1415, de 15 de fevereiro de 1861, a coluna “*Noticiário*” teceu uma série de comentários a respeito das práticas políticas que vinham ocorrendo em diversas localidades da província e não deixou de mencionar e opinar sobre os fatos na recôndita vila dos Inhamuns, como podemos visualizar a seguir.

No Tauhá porém muitos dias antes já a acta estava lavrada em casa do juiz de direito com os eleitores, e suplentes designados. No dia da eleição, dizem que nem o juiz de paz foi a igreja. ‘É assim que o governo queria que se fizesse a eleição de toda província, mas em favor dos carcarás... Que miséria!’ (O Cearense, ed. 1415, de 15 de fev. de 1861, p. 3).

Percebemos que existia um interesse por parte dos editores do jornal em criar uma ideia de que o então presidente da província (7 de outubro de 1859 a 9 de abril de 1861), o sr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves – também conhecido como Visconde de São Luís –, do Partido Conservador, orquestrava os resultados políticos em favor de seu partido a partir dos agentes do governo, entre eles, o juiz de paz e o de direito. Por meio da narrativa presente no trecho acima, o periódico deu a entender que eles serviam como possíveis associados políticos, tendo em vista os favores dados durante os pleitos eleitorais.

De um lado, entendemos que essa sina para atribuir responsabilidades era muito característica da imprensa oitocentista e a da Província do Ceará não estaria imune disso. No entanto, é preciso observar que práticas políticas de feitura antecipada das atas eleitorais, conforme pontuado no periódico, diz muito não apenas sobre os modos de fazer política em âmbito local, mas como isso contribuía ao mesmo tempo para a cultura política do império do Brasil, mesmo que muitas vezes estivesse munida de aspectos que se faziam específicos do calor daquela cena geograficamente localizada nos sertões da província.

No dia 15 de abril do corrente ano, o assunto voltou a tomar as páginas do jornal a partir de uma carta enviada pelos leitores do periódico, os quais assinaram o documento como Joaquim Leopoldino d’Araújo Chaves³ e Leonardo C. d’Oliveira Castro Jatobá⁴. Em uma longa correspondência, os autores apresentaram um esclarecimento oriundo de personagens locais acerca dos fatos que outrora haviam percorrido a capital da província. Para eles, foi importante evidenciar “[...] nosso procedimento e assim protestarmos contra a acusação feita ao **digno juiz**

³ Nascido em 1819, ele era um coronel da Vila de São João do Príncipe (Tauhá) e criador de gado na região, tendo como propriedade a Fazenda Mutuquinha. Além disso, atuou como juiz municipal da referida Comarca em 1866. Seu falecimento se deu em 1879, após o agravamento de problemas de saúde (Costa, 2021).

⁴ Até a finalização deste artigo, não conseguimos localizar informações concretas acerca deste personagem. Pelo jornal, fica pontuado como major, porém, não podemos afirmar que esta era a sua ocupação.

de direito desta comarca, que se portou perfeitamente bem nos negócios eleitorais.” (O Cearense, ed. 1430, de 9 de abr. de 1861, p. 3, grifos nossos). Com isso, vemos uma primeira tentativa de resguardar a honra do juiz de direito, o Dr. Francisco Bernardo de Carvalho; atitude que não se vê, portanto, com o juiz de paz. Tal manobra de defesa chama a nossa atenção e questionamo-nos, então, o seguinte: O então representante administrativo do governo provincial havia construído laços políticos locais? Não responderemos o questionamento neste momento, mas visualizamos aqui a manutenção de perfis de honra sendo não apenas criados, mas resguardados por grupos locais com o intuito não apenas de dizer que eram sujeitos honestos, mas que os processos eleitorais locais eram feitos por pessoas com dignidade e incorruptíveis.

Na carta assinada pelo coronel e pelo “major”, os autores negam a participação e condução do Visconde de São Luís, afirmando que a comunicação anterior tratava-se, por sua vez, de uma notícia falsa, como vemos a seguir “[...] **tudo isto é falso, como também falso** é que o Dr. Francisco Bernardo de Carvalho, digno juiz de direito desta comarca tivesse assistido muitos dias antes a lavrar-se as atas da eleição em sua casa, onde se designaram os eleitores e suplentes.” (O Cearense, ed. 1430, de 9 de abr. de 1861, p. 3, grifos nossos). Pelas fontes que nos constam para a produção deste artigo, não podemos e nem queremos alcançar uma possível verdade dos fatos, mas, pelas narrativas que foram tecidas ao longo dos dias, podemos inferir que a imprensa cearense também era operacionalizada por diferentes práticas políticas para movimentar as tramas que, de maneira nenhuma, desvencilhavam o local do provincial, como vemos no caso em tela.

Entre as práticas políticas operacionalizadas nesse processo eleitoral em São João do Príncipe, de acordo com as narrativas do coronel e do major, podemos mencionar ainda a suposta atitude da oposição, que

[...] porém contando com a quase totalidade do povo deste termo vencemos a eleição de setembro a despeito da escandalosa qualificação que fizeram nossos adversários, que não satisfeitos em **excluírem nossa gente** quase toda, **qualificaram muquecas de carateiús, e escravos de Marrecas**, afora o Sr. Alferes Rolim, major no Icó, a onde foi até mesário na eleição de setembro, que **por estar para casar com a filha da viúva Paiva foi aqui qualificado**. Subiu o escândalo a ponto de **qualificar-se um criminoso, vaqueiro do ex-juiz de paz presidente da mesa**, que andava foragido em Piauí donde veio depois da qualificação para ser livre, como foi por prescrição concedida por seu parente juiz municipal José Fernandes Vieira Bastos (O Cearense, ed. 1430, de 9 de abr. de 1861, p. 3, grifos nossos).

A partir do recorte apresentado na citação acima, podemos inferir que algumas das práticas eleitorais mencionadas faziam parte não apenas de uma cultura política local. Mas integrava, por sua vez, aspectos culturais mais amplos com os quais podemos mencionar certa

semelhança com as tensões e tramas políticas na Província da Bahia (Graham, 1997), assim como as que aconteceram também na Província do Ceará, com a conturbação eleitoral na década de 1860, outrora pesquisada por Freitas (2011).

Assim, no caso em tela, podemos listar entre as práticas políticas presentes nas narrativas acerca do cotidiano eleitoral da vila de São João do Príncipe: a qualificação de pessoas de outros lugares e a exclusão de indivíduos locais. Além disso, fica evidente a teia familista associada ao processo eleitoral, quando se têm entre os supostos qualificados o genro de uma viúva da região e o vaqueiro do ex-juiz de paz, que, por sua vez, era também o presidente da mesa.

Sabe-se, portanto, que houve um momento de negociação dupla negociação em que os liberais locais aliados de Tomaz Pompeu de Souza Brasil foram primeiramente compelidos a dedicar o apoio ao conselheiro Alencar, em vistas da relação que possuíam com Pompeu, e, em um segundo momento, foram contatados pela oposição. A fidelidade à Pompeu foi posta em prova, uma vez que: “[...] demos uma prova de confiança ao nosso candidato e ao nosso amigo pondo a votação daqui a sua disposição.” (O Cearense, ed. 1430, de 9 de abr. de 1861, p. 3). A proposta dos conservadores serviu como termômetro da relação entre os liberais, esfriando qualquer tentativa de traição interna, mas, por outro lado, também acalmou as rivalidades partidárias, uma vez que o juiz de direito, o Dr. Francisco Bernardo de Carvalho propôs uma divisão dos votos.

Fernandes Vieira, homem forte do partido conservador, aceitou a partilha proposta pelo juiz de direito de ficar com a garantia de votos de 13 eleitores dos liberais e, com isso, os ânimos assentaram. Todavia, esse clima de sossego não tardaria a acabar, tendo em vista que o conselheiro Alencar e o major Jatobá ficaram sabendo da partilha e não gostaram nenhum pouco de como fora realizada.

A indignação dos homens da capital, naquele momento representados pelo conselheiro Alencar e pelo presidente da Província, foi respondida à altura pelos liberais locais da região dos Inhamuns

Nunca se tratou de conciliação e nem será isto possível ainda atento o estado desta comarca, e sofrimento de nossa família. Nunca também Exm. Sr. presidente da província, conselheiro Alencar, e juiz de direito nos impuserão, ou forçarão-nos a uma conciliação, e nem nós somos homens de recebermos imposição de ninguém. A partilha da eleição daqui foi só, e unicamente devida ao juiz de direito da comarca, com o que entendemos que prestou um grande serviço ao governo, a sua comarca, e a nós mesmo, sem embargos de persuadir-nos a fazermos uma pequena concessão a nossos adversários; por isso o fruto dessa pequena concessão se encaminhou a nosso fim (O Cearense, ed. 1430, de 9 de abr. de 1861, p. 3).

Os liberais da capital se revoltaram com o grupo liberal da comarca dos Inhamuns em virtude de um acordo local selado com os conservadores na parte dos Fernandes Vieira. Então, tanto o conselheiro Alencar como o presidente da Província passaram a questionar a relação e influência de Pompeu com os grupos de São João do Príncipe. Além disso, ficou ainda mais evidente que nem sempre um mesmo grupo político, como por exemplo os liberais, concordavam em suas decisões em âmbito local e provincial. Essas discordâncias representavam o clima instável da política no segundo reinado, mostrando que as redes relacionais do local com a capital também poderiam se abalar a depender dos interesses que estivessem em jogo. Assim, retribuição de “favores” e “consideração” poderiam servir ao lado do oponente a depender de quem requisitasse essa concessão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas ao longo deste artigo demonstram que a dinâmica política na vila de São João do Príncipe, durante o Segundo Reinado, não pode ser compreendida apenas como um reflexo imediato dos grandes embates nacionais. Pelo contrário, as práticas políticas locais evidenciam negociações complexas, acordos entre grupos rivais e mecanismos de manipulação que tinham por objetivo assegurar a manutenção do poder das elites regionais. Tais estratégias - como a lavratura antecipada de atas eleitorais, a partilha de votos e a tentativa de legitimação por meio da imprensa - revelam uma rede de relações clientelistas e familiares intrincada, em que os interesses econômicos (baseados sobretudo na criação de gado e na posse de terras) se fundiam aos arranjos políticos e sociais em âmbito provincial.

O estudo de fontes jornalísticas, especialmente do periódico *O Cearense*, permite vislumbrar como esses acontecimentos ressoavam na capital da província e, simultaneamente, evidencia as respostas e narrativas construídas pelas lideranças do sertão. Nesse sentido, a imprensa aparecia como arena de disputa, servindo tanto para denunciar práticas irregulares quanto para defender a honra e a atuação de certas autoridades, a depender das facções envolvidas. Por outro lado, a adoção do conceito de culturas políticas, tal como proposto por teóricos como Serge Bernstein, contribui para aprofundar o entendimento das múltiplas representações e valores que estruturavam o processo eleitoral no Ceará oitocentista, mostrando que as condutas políticas não eram estanques nem homogêneas, mas moldadas conforme as necessidades e conjunturas de cada localidade.

Destarte, as tensões políticas e eleitorais em São João do Príncipe evidenciam uma dimensão essencial da formação do Estado no Brasil Imperial, na qual as fronteiras entre o público e o privado, entre o local e o provincial, se mostravam fluidas. Se, por um lado, era

preciso atender às expectativas e exigências do governo central, por outro, havia forte influência dos interesses e alianças construídos na esfera local. Como conclusão, verificar esse jogo de forças nos sertões do Ceará amplia a compreensão do funcionamento do sistema eleitoral e das estruturas de poder no Segundo Reinado, ressaltando a importância de estudos regionais para a construção de uma narrativa mais plural e complexa sobre a história política brasileira.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

O CEARENSE. **O Sr. Dr. José Assenço**. Anno XV, Edição 1415, de 15 de fevereiro de 1861. Typographia Brasileira de Paiva & C.^a, Rua Amélia N. Fortaleza: Província do Ceará, 1861, p. 3. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=709506&PagFis=4962&Pesq=%22Tauh%c3%a1%22>. Acesso em: 15 mar. 2025.

O CEARENSE. **Tauhá. 21 de março de 1861**. Anno XV, Edição 1430, de 9 de abril de 1861. Typographia Brasileira de Paiva & C.^a, Rua Amélia N. Fortaleza: Província do Ceará, 1861, p. 3. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=%22Tauh%C3%A1%22&pagfis=5016>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Fontes Memorialísticas

COSTA, Leonardo. **Joaquim Leopoldino de Araújo Chaves, cel**. Geni, 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Joaquim-Leopoldino-de-Ara%C3%BAjo-Chaves-cel/6000000086484675882>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FREITAS, Gomes de. Os primitivos donos da terra dos Inhamuns. **Revista do Instituto do Ceará** – ANNO LXXXIV, Fortaleza, 1970, p. 151-155. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1970/1970-PrimitivosDonosTerraInhamuns.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Bibliografias

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do imperio do Brazil**. Instituto philomathico, 1868.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930, Tradução de Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, v. 28, p. 13-28, 2002. Disponível em:
https://www.historia.uff.br/stricto/files/historiaeculturaspoliticas_ElianaDutra.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. **A exaltação dos eleitos**: evolução eleitoral e política do império (Ceará 1846-1860). 2011, 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6133/1/2011-DIS-BCNFREITAS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MELO, Cristiane e Castro Feitosa. A memória dos conflitos territoriais entre famílias na construção da sociedade nos Sertões dos Inhamuns. In: **XI Encontro Cearense de História da Educação e I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação**. Fortaleza, 2012, p. 1644-1659. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24857/3/2012_art_cecfmelo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

MUNARI, Rodrigo Marzano. Eleições em São Paulo do século XIX: uma pletera de leis, votantes e votos em disputa. **Revista Ágora**, v. 31, n. 1, 2020, p. 1-23. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/29010>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROSAS, Suzana Cavani. Eleições, cidadania e cultura política no segundo reinado. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 20, v. 1, 2002, p. 83-101. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24863>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, Paulo César. **Tauá uma breve história**: do século XVIII ao XXI. 1. Ed. – Tauá: Editora do Autor, 2023.

SOBRE AS AUTORAS:

Maria Larisse Elias da Silva: Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Pesquisadora Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO-CNPq-UFPB) e do Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania (NEMIC-UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5478-9321>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6574917208870934>. E-mail: lawrenceelias1996@gmail.com. Contribuição de autoria: Concepção, análise, interpretação dos dados e escrita.

Ana Elizabete Moreira de Farias: Doutoranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Mestra em História pela mesma instituição. Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG). Professora Efetiva na área da História na Prefeitura Municipal de Baixio-CE. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO-CNPq-UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9408-9347>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5961928440780504>. E-mail: anaelizabete82@gmail.com. Contribuição de autoria: Interpretação, escrita e revisão crítica.

Jussara Viana Bezerra Ferreira: Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurius (FAK). Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora de História na Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC) e na Escola Educandário Emília de Lima Pinho. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2907-1589>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7670852230853633>. E-mail: jussaraacopi@gmail.com. Contribuição de autoria: Interpretação, escrita e revisão crítica.

COMO CITAR:

SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra. “Desta vez podemos dar Graças à Deus que não correu sangue cearense”: Práticas políticas na vila de São João do Príncipe, Província do Ceará. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral**. Campina Grande: Ampla Editora, 2025, p. 25-42. DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-2

Capítulo III

A POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL E AS ELEIÇÕES EM TELHA (1860) POLITICS IN IMPERIAL BRAZIL AND ELECTIONS IN TELHA (1860)

DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-3

Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas *

* Doutor em História – Universidade Federal Fluminense – UFF; Professor na Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE. Membro do grupo de estudos Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista – SEBO. Email: brunonojosa@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO: AS ELEIÇÕES DE TELHA (1860)

No ano de 1860 um fato ocorrido em uma pequena localidade do sertão cearense ganhou páginas de noticiários, figurou em relatos de viajantes e inflamou discursos parlamentares na capital do Império. Tratava-se de um conflito armado conflagrado em meio às eleições daquele ano. O local era a vila de Telha, que ocupava o espaço hoje correspondente à cidade de Iguatu. O embate em questão ocorreu nas cercanias da paróquia da vila, onde acontecia a votação para a escolha dos deputados gerais que representariam a província do Ceará em âmbito nacional. O número de mortos e feridos é incerto, com relatos variando entre 8 e 14 mortos, enquanto os feridos passariam dos 30. O que há de concreto, entretanto, é que havia uma óbvia motivação política naquele fato.

Até 1864, apenas dois partidos figuravam entre as legendas políticas do Império, sendo eles o partido Liberal e o partido Conservador. Foi justamente entre pessoas ligadas aos dois partidos rivais que se deflagrou o tiroteio da vila de Telha, em setembro de 1860. Acerca de seus detalhes, cronistas como João Brígido buscaram elaborar explicações e até mesmo caracterizar o clima daqueles dias. Para Brígido, a “luta” teria ocorrido especialmente por conta de desentendimentos associados à rivalidade entre os grupos e ao uso de bebidas alcólicas. Explica o cronista que os liberais foram proibidos de votar no dia 7 (no qual deveriam ocorrer as eleições) em ocasião de desordem relatada pelo chefe conservador Antônio Cândido Barreto e pelo subdelegado Leonel, que, por sua vez, seria também subchefe daquele mesmo partido. Na manhã do dia seguinte às eleições, alguns membros do partido Liberal, entre eles a sua liderança local, teriam bebido “um copito de aguardente” antes de subirem em seus cavalos e voltarem aos seus sítios. Essa “má refeição” seria o estopim do conflito, com ânimos se exaltando em torno da indignação liberal pelo impedimento na votação. Conquanto Brígido evidenciasse que as lideranças conservadoras tenham feito o emprego violência no dia 7 e

contribuído para a “hecatombe horrorosa” que sucedeu, as ofensas e provocações realizadas por liberais no dia 8 teriam escalado para um morticínio quase que por um mero infortúnio (Brígido, 1969, p. 490-491).

Outros relatos, contudo, buscam explicações ainda mais explícitas para esse conflito eleitoral. Os comentários em cartas, relatórios de presidente de província e jornais se multiplicaram tendo como mote as eleições ocorridas no ano de 1860. Não somente no Ceará se falava de Telha. Guilherme Schüch, que veio a receber o título de barão de Capanema, à época das eleições chefe da seção geológica da Comissão Científica de Exploração¹, trocou correspondências com o poeta e etnógrafo Gonçalves Dias e relatou, em tom irônico que “na Telha houve apenas oito mortos (alguns dizem 13)” (Apud: Porto Alegre, 2006, p. 89). Além dos relatos presentes nas correspondências com Dias e Cansanção de Sinimbu, eminente figura da política nacional, Capanema também comentou sobre esses eventos em seu chamado “Zig-Zag”, uma espécie de coluna regularmente publicada no Diário do Rio de Janeiro, periódico de alcance nacional. A Corte, interessada que era nos sucessos eleitorais ocorridos em cada província, assim como na senda política cearense, fizera questão de estar a par dos seus detalhes.

Os escritos de Gustavo Schüch revelam uma das principais consequências imediatas daquela escaramuça em termos políticos: o seu uso para a sustentação de determinados discursos. Como era fato que a vila de Telha estava sob influência do partido Conservador naquele momento, bem como a própria província do Ceará, não foi tarefa árdua para entusiastas do partido Liberal apontarem seus rivais como principais responsáveis pelo que havia ali ocorrido. Capanema gerava sua interpretação dos fatos de Telha com o escopo de referendar as imperfeições que apontara para o partido Conservador não somente na província, mas em toda a extensão do Império. O cientista deu atenção não apenas à descrição do evento em específico, o que fez de maneira literária e requintada, mas também à crítica sutil dos acontecimentos.

Embora utilizasse o processo eleitoral como símbolo da suposta balbúrdia governamental do presidente Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, principal alvo de seus apontamentos, Capanema não restringia as críticas ao “senhor Totônio”; as duras repreensões eram estendidas também ao próprio partido Conservador. A noção de política para o cientista ganhava um sentido próprio e dialogava com as suas noções de ciência. Historicamente

¹ A Imperial Comissão Científica de Exploração era uma iniciativa do imperador D. Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondia a efetivação de ideais de ciência e civilização. Tinha como objetivo a catalogação, o registro e a compreensão de diversos detalhes do território brasileiro. Suas seções incluíam: geológica, botânica, astronômica, geográfica, etnográfica, mineralógica e zoológica.

apelidado de “partido caranguejo”, o partido Conservador para Capanema teria o predicado de retrógrado perante as tentativas sucessivas de civilização do Brasil, um país ainda novo enquanto unidade independente. Nesse sentido, até mesmo as dificuldades que o cientista encontrava no percurso das explorações da *Comissão* no Ceará eram atribuídas ao suposto compromisso com o atraso que teriam os homens desse partido, simbolizado na figura do presidente da província.

A Telha, vila lá do Quixelô, é por sua natureza um lugar oficialmente pacífico. Parece que foi a menina dos olhos do Exmo. Sr. Governador Totônio, porque não eriçou de baionetas o adro da Matriz. Constatou também a lagoa piscosa do Aguatu pariu muito caranguejo e pitaçu para o dia da luta, como se chama por cá o dia em que o povo tem de provar qual o poder de sua soberania (Apud: Porto Alegre, 2006, p. 187).

Por outro lado, membros do partido Conservador, como o próprio presidente Nunes Gonçalves, também chegaram a comentar o fato e promover seu próprio discurso político em torno dele. Igualmente aqui, existia a apropriação do fato para determinado fim. Encontraremos uma representação diferente daquela de Capanema nos relatórios presidenciais de Nunes Gonçalves e de seu sucessor, Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Especificamente, os assuntos eleitorais estiveram presentes no tópico de “tranqüilidade e segurança pública” dos balanços, tarefas sob responsabilidade do presidente e de seus subordinados. Neste caso, Nunes Gonçalves estava na posição de se ver obrigado a esclarecer as eleições problemáticas que ocorreram sob a sua administração.

Sobre o conflito de Telha, Nunes Gonçalves falou dos “tristes acontecimentos” que estremeceram a ordem pública com “a convicção de que unicamente de causas inopinadas e acidentais foram eles o resultado” (Gonçalves, 1861). O presidente buscava minimizar de todas as formas os danos que os jornais e intelectuais filiados ao partido Liberal fizeram questão de enaltecer com quadros, números e exageros descritivos. Com certa habilidade, Gonçalves reverte a situação dentro da sua fala; afirma que o “ardor das paixões políticas”, que ocasionalmente geraria conflitos completamente fortuitos, é na verdade, um solene testemunho que o Ceará dá “de sua civilização e do bom senso de seus habitantes”. Os comentários do presidente têm intuito claro de dar um ponto final aos rumores em torno do evento em Telha, em uma supostamente “feliz solução da crise eleitoral”.

De maneira semelhante, seu sucessor no governo, o também conservador Duarte de Azevedo, já em primeiro relatório apresentado no exercício da função, refere-se ao evento em Telha e traz vestígios acerca da repercussão do acontecimento e dos debates gerados em seu entorno

Falham porém os mais bem combinados cálculos da prudência humana, e o sinistro acontecimento que teve lugar na vila da Telha [...] e que ora se acha no domínio público veio ensangüentar a luta do povo, comprometer por instantes a ordem pública, e tornar violenta uma disputa, que por sua natureza, e para honra e glória dos vencedores e dos vencidos, somente se deverá decidir pela força da opinião (Azevedo, 1861).

Como se vê, Azevedo avalia que a administração anterior teve todas as cautelas durante a organização do pleito. Suas explicações comungam com as “causas inopinadas” de Gonçalves. A este, aliás, tece os elogios de ser um “ilustrado e zeloso cavalheiro”, totalmente comprometido com a supervisão da província. O discurso dos presidentes pouco se aventura em suposições referentes às causas do evento, tendo maior preocupação em enaltecer a paz e a tranquilidade supostamente inalteráveis. Para os administradores, o episódio de Telha não fora outra coisa senão condição transitória. Nunes Gonçalves apenas insinua que alguns “interesses” puderam estar em disputa, assim como o inflamar de “paixões políticas sempre violentas” deve ter concorrido na erupção da peleja.

2. O EMBATE DE REPRESENTAÇÕES EM TORNO DAS ELEIÇÕES DE TELHA.

Achei curioso dizer a comissão: << Na parochia da Telha as eleições correrão regularmente. >> Seria melhor dizer – reina a paz e Varsovia. – Na Telha, depois que o espingardeamento dos liberaes os convenceu de que a constituição e as leis não forão feitas para eles, e de que não tinham o direito de votar, toda e qualquer eleição posteriormente feita devia correr mui placidamente. Para que mais sangue derramado? (Annaes do Parlamento Brasileiro, 18 de abril de 1861).

Era com essas palavras que o deputado liberal Silveira Lobo, eleito pela província de Minas Gerais, registrava seus protestos sobre a aprovação das eleições ocorridas no Ceará. Um dia antes, em 17 de abril, era assinado por diversos deputados um parecer parlamentar, baseado nas atas eleitorais do Ceará, que dava notícia de poucas turbulências na província. Foi extremamente acalorada a sessão da Câmara daquele 18 de abril de 1861, no qual uma das principais ordens do dia dizia respeito às discussões sobre as eleições ocorridas nos distritos da província cearense.

A violência testemunhada em Telha foi formalmente contornada com a realização de novas eleições na vila, permitindo que as eleições gerais ocorressem como previsto. A memória daquele evento, entretanto, permanecia forte o suficiente para reaparecer sete meses depois como argumento digno de debate no Parlamento. Quando questionado sobre quais seriam tais confrontos, Silveira Lobo afirmava se referir exatamente àquele morticínio na vila, afirmando que o combate em questão “preparou o terreno” para os propósitos políticos do partido Conservador. Para o deputado, seu partido teria sido vítima de uma espécie de abuso que gerava coação e interferia no funcionamento das eleições seguintes

Como havião de apresentar-se os liberaes para exercer um direito, embora tão sagrado, se eles já havião experimentado por tantas vezes o que lhes custava o uso desse direito? Na província do Ceará nem mesmo indivíduos nas circunstancias de eleitores são qualificados votantes, uma vez que sejão liberaes. Alli não tem direitos quem não se presta a ser instrumento dos carcarás. (Annaes do Parlamento Brasileiro, 18 de abril de 1861).

Além de evidenciar as ressonâncias que os acontecimentos de Telha adquiriam nas discussões políticas em todo o país, Silveira Lobo demonstrava também conhecimento sobre os grupos que comandavam os dois partidos no Ceará. O termo “carcará” era comumente utilizado no Ceará para designar os irmãos Miguel e Manoel Fernandes Vieira, principais eminências conservadoras na província àquele momento. Ao citar a tendência “carcará”, Lobo recorria a uma imagem na qual os carcarás seriam afeitos à fraude e à violência, reproduzindo uma imagem ligada a um animal supostamente traiçoeiro e oportunista. Essa menção era especialmente significativa pelo fato de que Miguel Fernandes Vieira ser um dos deputados eleitos pelo terceiro distrito eleitoral², do qual Telha fazia parte. O outro deputado eleito por aquele distrito foi Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

A despeito das acusações de Silveira Lobo, boa parte da Câmara naquela sessão do dia 18 estava preocupada com a revisão rápida de suas decisões e o fechamento das discussões o mais brevemente possível. Dizia o deputado Pereira da Silva que não esperava os apartes de Lobo porque, segundo ele, o “persuadia que a leitura desse parecer não dava lugar às observações veementes e geraes que o nobre deputado acaba de enunciar na casa”³.

Tendo feito parte da comissão que julgava favoravelmente o curso das eleições no 1º e 3º distritos cearenses, Pereira da Silva julgava alarmantes e impróprias as questões levantadas acerca da validade do pleito. Para ele, as queixas e desentendimentos seriam pontuais e não comprometeriam qualquer que fosse o resultado do pleito. Os seus argumentos eram baseados na ideia de que, mesmo com a suposta falta de participação liberal na freguesia de Telha - fosse ela motivada por medo ou não -, a eleição teria ocorrido sem protestos e gozava da mesma paz que era presenciada em toda a província.

Dentro da fala dos dois deputados era possível perceber a reprodução de determinadas imagens da atuação partidária naquele momento: Silveira Lobo repetia a retórica da violência como uma ferramenta conservadora na tentativa de manter a sua primazia política durante um período bastante longo – o suficiente para atestar, por si só, a falta de equilíbrio na disputa

² Sobre os círculos eleitorais, explicaremos com maior atenção no próximo tópico deste artigo.

³ Por trazer apenas o sobrenome do deputado, o documento não deixa completamente clara a identidade do senhor Pereira da Silva. Por seu destaque na vida pública e devoção ao partido conservador, é bem possível que se trate do intelectual fluminense João Manuel Pereira da Silva, imortal da Academia Brasileira de Letras e também senador já durante os anos finais do Império

eleitoral nas diversas províncias que compunham o Império. Dessa opinião também faziam parte o barão de Capanema em seu *Zig-Zag* e a linha editorial do periódico *O Cearense* de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, bem como o semanário cratense *O Araripe*, do qual João Brígido era redator e fundador. No início do mês de setembro de 1860 o jornal tratava como real a caricata “rede de perseguidores” citada por Pereira da Silva, trazendo denúncias contra um determinado “dr. Sette”, juiz de paz a serviços do partido conservador na província

Em quanto o partido liberal deste municipio envide o ultimo esforço por colher, nas proximas eleições de câmara e juis de pas, um triumpho, que lhe assegura sua maioria e os elementos, de que dispões; as influencias derrocadas do antigo partido saquarema, tendo á sua frente um juis de direito irresponsavel, o famoso dr. Sette, lanção mão de todos os meios illegaes para se faserem satélites e arredarem das urnas os cidadãos. A machina de condemnações em crime policial, mina explorada pelo sr. Sette, está sentada para mandar ao calabouço os nossos amigos, e elle percorre os quarteirões levando o medo a toda a parte, as promessas seductororas, e as ameaças em nome do governo. (Araripe, n. 235, 1º de setembro de 1860).⁴

O texto d“O Araripe estava em completa consonância em relação aos levantamentos de Silveira Lobo na câmara. Ambos davam ênfase a supostas coações que os liberais sofriam dos conservadores em meio à disputa eleitoral. Para conseguir lograr êxito nas suas escusas intenções, o “partido caranguejo” se valeria do uso de funcionários públicos a ele aliados, bem como recorreria a fraudes de toda natureza. Pereira da Silva, por sua vez, representava em seu discurso uma ideia fortemente associada ao manejo administrativo e à resolução de problemas funcionais da máquina pública.

Era parte da comissão encarregada de redigir um parecer que, na prática, acelerasse os trâmites legais destinados à aprovação das eleições no Ceará, exercendo julgamento sempre favorável aos resultados do pleito na província. A delegação desse papel e o comportamento pragmático em virtude da questão legal representavam a ainda presente proeminência do partido conservador através do gabinete de duque de Caxias naquele ano, o último dos 9 de domínio do partido (sem contar os gabinetes de pouca mobilidade que os liberais tiveram na década de 1840). A perspectiva de uma burocracia que fortalecesse o Estado Imperial através da garantia de que seu bom funcionamento se associasse à própria figura do monarca fazia parte da tônica dos gabinetes compostos por D. Pedro II na década de 1860 e não estaria longe das noções centralistas que levaram o partido da Ordem a se formar⁵.

⁴ Observe-se que essas denúncias se deram antes mesmo da efetivação das eleições de Telha e seu conflito eleitoral.

⁵ “Partido da Ordem” era uma nomenclatura utilizada para denominar o partido Conservador no período imperial brasileiro. Estudiosos como Jeffrey D. Needell, contudo, percebem uma diferença fundamental no seio do partido conservador, que distinguia aqueles mais pragmáticos e menos ideológicos, que gozavam das benesses de D. Pedro II, dos que mantinham uma postura mais afastada e teciam críticas sobre a atuação do próprio partido, bem como recusariam ofertas ministeriais. (Needell, 2009. p. 57)

Embora aquela simples aprovação de um parecer sobre as eleições distritais do Ceará significasse pouco diante do quadro geral da política imperial, os discursos inseridos naquele momento revelavam traços significativos da disputa partidária no Império, que ocorria dentro dos mais diversos ambientes; desde libelos e narrativas em periódicos, passando por cartas como as trocadas entre Capanema e Sinimbu, até as falas produzidas na câmara - que nem sempre diziam respeito às altas confabulações sobre o caráter do sistema representativo e sua natureza para os rumos do país.

Essa antítese, entretanto, não resumia o quadro político diverso presenciado em meados da década de 1860 no Império do Brasil. Havia ocasiões em que até mesmo liberais notórios demonstrariam um comportamento bastante pragmático e deixariam as questões ideológicas um tanto de lado por motivos vários. É importante ter em conta a existência de correntes divergentes dentro dos dois partidos, que permitiam a vivência de um liberal fortemente afeito à monarquia e à força do Estado, como o Visconde de Albuquerque, contestado até mesmo por seus congêneres de partido. Da mesma forma, víamos um marquês de Paraná gerando clamor em setores mais radicais dentro do partido conservador e chegando ao momento de se autodenominar como um “ministerialista”, nem Luzia e nem Saquarema⁶.

3. A POLÍTICA NO CEARÁ E NO BRASIL DO SÉCULO XIX

A reflexão histórica sobre a política no Nordeste brasileiro é tributária de uma série de estudos no campo das ciências humanas que, adequadamente, caracterizaram alguns dos fenômenos conformados dentro dessa estrutura econômica e social, como o coronelismo, o uso da violência e as relações sociais de compadrio. Entre esses estudos podemos destacar “Coronelismo, Enxada e Voto”, de Victor Nunes Leal, e “O Outro Nordeste”, de Djacir Menezes, ambos de viés sociológico. Não cabe a este artigo explorar as minúcias das ideias desses autores, mas faz-se necessário termos em conta que tratamos de um fato histórico que apresenta algumas características em comum com aquelas tradicionalmente abordadas quando pensamos no que seria a política no sertão do Ceará. É importante, entretanto, e em igual medida, guardarmos a especificidade de seu contexto histórico.

O episódio de violência ocorrido no ano de 1860 na vila de Telha se comunica, sem dúvidas, com o panorama político veio a se apresentar posteriormente (em especial na República Velha) e que viemos chamar de “coronelismo”. De igual forma, as constantes denúncias realizadas pelos sujeitos do século XIX acerca de atos de violência e desmando

⁶ “Luzia” e “Saquarema” eram denominações dos partidos Liberal e Conservador.

cometidos por seus rivais contribuem no reforço dessas imagens. Contudo, nossa principal preocupação aqui é saber das relações que esse mesmo episódio estabeleceu com características mais abrangentes da política imperial. Longe de negarmos as continuidades históricas que compõem as práticas sociais da futura “política dos coronéis”, as eleições de Telha não se resumem a uma espécie de preâmbulo de um quadro geral que veio a ganhar forma efetiva apenas no início do século seguinte. Na verdade, as eleições de Telha têm significado definido em seu próprio tempo. E é no que foi produzido naquele período que encontraremos os vestígios que ajudam a compreender o fato histórico.

Nesse sentido, devemos situar as eleições de Telha logo após a vigência do gabinete que inaugurou um período na política imperial que se convencionou chamar de “política da Conciliação”, encabeçada pelo ministro conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná. O desgaste que a conciliação sofria naquele momento, com liberais sentindo-se relegados da efetiva representação durante anos e alguns conservadores insatisfeitos por considerarem que os gabinetes conciliadores não efetivavam suas demandas e não traduziam sua hegemonia eleitoral, mostravam-se nos discursos em torno de eventos como aquelas eleições vieram a ocorrer no Ceará.

A ideia de uma conciliação bipartidária perdeu força com o fim da direção de Paraná, falecido no ano de 1856, o que veio a dar vazão às constantes dissidências até mesmo dentro dos próprios partidos, em um processo que teria como consequência partidária a criação da Liga Progressista na metade da década de 1860. A criação da Liga Progressista, por sua vez, representava uma alternativa de filiação para membros insatisfeitos com suas legendas partidárias, mas, também, uma espécie de institucionalização partidária do ideal da Conciliação como forma fazer-se político no país. O fato de já surgir como um partido de situação, amparado pelo Imperador e composto de grandes nomes da figura nacional demonstra que era interesse dessas lideranças a manutenção daquela aliança entre setores da elite econômica nacional e a Coroa.

E foi justamente dentro da máxima de conciliação da década de 1850 que se construiu um dos principais antecedentes que vieram a resultar no conflito em Telha, embora essa possível contenda não estivesse entre as consequências imediatas dos sujeitos que idealizaram esse mesmo antecedente pudessem prever. Trata-se da chamada “lei dos círculos eleitorais”, projeto que chegou a contrariar os desejos de boa parte do partido conservador, do qual o próprio presidente do conselho fazia parte.

No ano de 1855, após intensos debates no Senado e no parlamento, fora assinado o controverso Decreto de 19 de setembro (referido comumente como Lei). Além de modificar a

legislação referente à forma de votação em cada província do Império, a Lei trazia a questão das incompatibilidades (ou inelegibilidades) no suposto intuito de moralizar a administração pública. A controvérsia diante da aceitação da lei fora tamanha que, em vista da sua efetiva aprovação, Paraná chegou ao ponto de convocar questão ministerial, tornando o assunto prioritário para os trabalhos do poder público.

A preocupação da natureza da cidadania foi um dos grandes pontos amplamente debatidos durante esse período, com foco nos pontos que diziam respeito à estruturação política do Brasil. As opiniões acerca da verdade eleitoral e dos caminhos adotados pela nação não estiveram resumidas no consenso de quem comporia o eleitorado, mas na própria maneira que estes estariam organizados dentro de cada província. Havia a perspectiva de que nas eleições se poderia encontrar tanto os vícios de um sistema político, quanto as soluções buscadas para aperfeiçoar os eixos da vida pública. As eleições apareciam, assim, como aspecto de fundamental importância nos rumos tomados pelo país, fossem aliados ou alheios aos projetos de certas parcialidades.

No que faz referência à Lei eleitoral de 1856, relativa ao decreto de 19 de setembro de 1855, dois pontos principais tinham relevância, modificando a estrutura eleitoral fixada desde o ano de 1846, que trouxe a primeira lei eleitoral do Império. O primeiro dos pontos veio a ser o que se chamou de “Lei das Inelegibilidades”, ou “Lei das Incompatibilidades”. De acordo com a disposição que tratava sobre as inelegibilidades, os funcionários públicos que tinham seu cargo determinado através de nomeação, de uma maneira geral, seriam inelegíveis dentro do espaço onde exerciam sua jurisdição ou suas competências. Entre esses funcionários estariam cargos de juizado, chefes de polícia e delegados. A oposição sobre esse ponto não foi, contudo, tão forte quanto a polêmica gerada pelo segundo, mesmo tendo em conta o fato de que os funcionários públicos nomeados, não raro, mantinham certo grau de fidelidade para com a parte que os havia designado, fortalecendo os governos já constituídos. O tema mais polêmico seria, realmente, o da divisão eleitoral das províncias em círculos.

A proposta era a de dividir cada província em um número de distritos eleitorais correspondente ao número de deputados gerais que elegeria. O argumento principal em favor da Lei era a moralidade e idoneidade do processo. Junto a isso, o argumento da representação de minorias também fora utilizado; os distritos eleitorais permitiriam que as pequenas localidades participassem da política nacional. Vinha, aqui, a questão centro-periferia à tona, dessa vez com parcial vitória dos anseios de grupos contrários à tendência que valorizava a formação de uma elite nacional pretensamente unitária e coesa, que desse sustentação ao governo, a despeito das divergências ideológicas.

Um debate partidário, contudo, precedia a aprovação e continuava a persistir após sua efetivação. Boa parte dos políticos ligados ao partido Liberal foi favorável à Lei de 1856 e apoiaram a criação dos círculos. Para estes, a votação através dos círculos garantiria que não somente as grandes notoriedades políticas da província tivessem o direito de fazer parte da representação no Império. Mais ainda, caso se continuasse a eleger apenas os ditos “candidatos de enxurrada”, conhecidos em toda a extensão das províncias, se estaria enaltecendo tão somente os interesses dos grandes grupos políticos e econômicos, que não deveriam ser os únicos com direito à representação.

Pelo lado de boa parte do partido conservador, no entanto, houve oposição à divisão eleitoral das províncias por distritos. Um dos principais argumentos seria o da inconstitucionalidade dessa forma de votação. A constituição de 1824 determinava quem seriam os “eleitores de província” que escolheriam seus representantes. Dito isto, a criação de “eleitores de círculos” supostamente modificaria a natureza das eleições, prevista constitucionalmente. Outro argumento, em resposta à acusação de que as listas favoreciam os candidatos de enxurrada, e especialmente presente após a efetivação dos círculos na eleição de 1856, foi o de que os distritos favoreciam as “notabilidades” de aldeia e diminuía a categoria dos representantes da nação. Perder-se-ia a qualidade dos representantes públicos, grandes condutores da nação, para a adoção de indivíduos com pouca história política e, até mesmo, instrução insuficiente para contribuir com a construção do Estado nacional.

Se conseguir-se fazer da Câmara dos Deputados um complexo de representantes de localidades que, com as vistas tão-somente postas no bem-estar dessas localidades, nem bem atendam, nem compreendam os interesses gerais, é visto que não se terá dado a mais consentânea organização à Câmara. (Apud: IGLESIAS, 2004. p. 68).

De qualquer maneira, o resultado da questão ministerial foi a aprovação da lei e a sua aplicação efetiva nas eleições do ano seguinte. Nessas eleições muitos dos temores do grupo contrário à aceitação da nova lei eleitoral vieram a se concretizar. Grandes nomes da política nacional sofreram derrotas para políticos de pequena monta que, contudo, possuíam apoio eleitoral dentro do reduzido território do círculo. Uma dessas curiosas ironias das eleições de 1856 viria de Minas Gerais, onde, no município de Campanha, o filho do marquês de Paraná seria derrotado por um cônego pouco conhecido e não mais ilustre. Paraná, no entanto, não chegaria a presenciar a derrota de seu filho, assim como não viu a obra de seus esforços em vigor, pois veio a falecer antes de seu curso, dando fim ao seu estável gabinete.

A Lei, de fato, possibilitou uma maior presença liberal na câmara e respondeu positivamente aos anseios de representação de localidades antes relegadas das estruturas

superiores de governabilidade. Entretanto, dividir as províncias em círculos também poderia forçar o contato de diferentes parcialidades políticas que outrora estivessem separadas geograficamente. Ao reduzir o espaço no qual seriam contados os votos de determinados candidatos, que apenas poderiam concorrer por um deles, os círculos eleitorais acabavam por retirar das mãos de alguns desses mesmos candidatos certas áreas que eram, antes, de sua influência e, agora, ficavam divididas em duas ou mais. Da mesma forma, chocavam áreas de influência de candidatos distintos. Na divisão distrital da província do Ceará foi exatamente este o caso da vila de Telha. Localizada entre Saboeiro, lar político dos Fernandes Vieira, e Icó, conhecida à época como “empório do sertão”, Telha passava de pequena vila para grande área de interesse, trazendo a segunda maior quantidade de eleitores de seu distrito e enchendo os olhos dos grupos políticos oriundos de leste a oeste da província.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos, nesta breve explanação sobre as relações dos acontecimentos da vila de Telha com alguns dos aspectos mais abrangentes da política imperial, oferecer ao leitor um convite para a reflexão sobre como os fatos históricos se entrecruzam de uma maneira nem sempre tão evidente à primeira vista. Normalmente tida como uma simples ilustração de como a violência, os desmandos e a força eram práticas políticas do sertão, ela, na verdade, permite partir para compreensões muito mais abrangentes, chegando à reflexão sobre o papel e a gênese dos partidos políticos no Brasil, as tradições de pensamento e a teoria política em constante construção no país e as noções que os sujeitos do século XIX tinham sobre questões fundamentais como cidadania, representação e voto. Esperamos que a curiosidade sobre esse tema instigue futuras investigações e motive a leitura de outros trabalhos, mais completos e aprofundados, sobre tais questões.

REFERÊNCIAS

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto anno da decima legislatura. Sessão de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 65 – Rua do Ouvidor – 65. 1860. **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Camara dos Srs. Deputados. Quarto anno da decima legislatura. Sessão de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 65 – Rua do Ouvidor – 65. 1860.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da Undecima Legislatura. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 65 – Rua do Ouvidor – 65. 1861

BRÍGIDO, João. **Antologia de João Brígido**. Organizada por Jáder de Carvalho. Editora Terra do Sol, rua Agapito dos Santos, 389. Fortaleza-Ceará, 1969.

CAPANEMA, Guilherme Schüch. Zig-Zag da Secção Geológica da Comissão Scientifica do Norte. Publicada pelo Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2006. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

IGLESIAS, Francisco. **O Brasil Monárquico**, v. 5: reações e transações; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 8ª Ed. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Fortaleza: Casa de José de Alencar (UFC), 1995.

NEDELL, Jeffrey D. **Formação dos Partidos Brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, liderança e prática política, 1831-1888**. In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, nov. 2009

O Cearense (1858, 1859, 1861). Impresso na Typographia Brasileira de Paiva e C.ª, Rua Amelia N, Ceará.

O Araripe (1858, 1859, 1860). Impresso na Typographia de Monte & Comp. – Casa do Pisa – Crato.

Relatorio com que o Dr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves passa a administração da provincia ao 1º vice-presidente da mesa o Sr. Cônego Antonio Pinto de Mendonça em 9 de abril de 1861. Publicado pela Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, Ceará, 1861

Relatorio que á Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o presidente da provincia, doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Publicado pela Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, Ceará, 1861.

SOUZA, Francisco Belisário de. **O sistema eleitoral no Império**; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. Brasília, Senado Federal, 1979.

SOBRE O AUTOR:

Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas: Doutor em História – Universidade Federal Fluminense – UFF; Professor na Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE. Membro do grupo de estudos Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista – SEBO. Email: brunonojosa@gmail.com.

COMO CITAR:

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. A política no Brasil Imperial e as eleições em Telha (1860). In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará**: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Ampla Editora, 2025, p. 43-55. DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-3

Capítulo IV

OS RIACHOS DA REPÚBLICA NA PROVÍNCIA: LINGUAGENS POLÍTICAS E PERSPECTIVAS CIVILIZATÓRIAS NOS PERIÓDICOS DAS ASSOCIAÇÕES INTELLECTUAIS FORTALEZENSES (1887-1900) THE STREAMS OF THE REPUBLIC IN THE PROVINCE: POLITICAL LANGUAGES AND CIVILIZATIONAL PERSPECTIVES IN THE PERIODICALS OF FORTALEZA INTELLECTUAL ASSOCIATIONS (1887-1900)

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-4

Vinícius Barbosa Lima *

* Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: vinibarbosa371@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6728-8960>

1. INTRODUÇÃO: NASCENTES

Diferente de Roma, nem todos os caminhos da província do Ceará levavam a Fortaleza, pelo menos não até fins dos Oitocentos. A centralidade da cidade no cenário político e econômico na província se construiu ao longo de algumas décadas. A incipiente industrialização e o crescimento significativo do setor de serviços e do comércio¹ levaram à constituição de uma classe média que passou a organizar boa parte do cotidiano da capital provinciana; o avanço das práticas sociais e culturais que configuram o momento que convencionamos chamar de *belle époque* não foram suficientes para sufocar a incômoda presença dos aspectos rurais – semibárbaros, sob certas óticas – que teimavam em aparecer na forma de retirantes e migrantes sertanejos, feiras itinerantes, vocabulários “incultos” e poetas populares.

Palavras como “civilização” e “progresso”, já há muito tempo amplamente utilizadas pela imprensa, pela literatura, pelos estudos científicos e jurídicos, pelos textos institucionais da burocracia política e pelos discursos parlamentares, passaram a ter um significado mais próximo do discurso, da imaginação e da ação políticas. Jornais noticiosos e políticos já tinham espaço na cultura impressa cearense desde o período regencial, já aí havendo alguns editoriais de fôlego, embora o primeiro periódico realmente longo só vá surgir nos anos 1840, o conservador *Pedro II*, que foi seguido por *O Cearense*. Como era comum nas províncias, os

¹ Como a historiografia já apontou exaustivamente, o principal fator de dinamização social de Fortaleza foi a intensificação da atividade portuária, a partir da qual passou-se a escoar a produção do interior do estado através da estrada de ferro de Baturité, sobretudo de café e algodão.

principais jornais das capitais e de outras localidades eram ligados a partidos e associações políticas, tendo se fortalecido o jornalismo literário somente após o surgimento dos movimentos de cunho republicano, nos anos 1870².

O famoso estudo de Norbert Elias acerca do processo civilizador concentra-se na Era Moderna, não se aprofundando no período chamado por ele de “século do progresso”, o século XIX; porém, tributamos a ele a noção de que a “civilização” é o espelho do ocidente, isto é, uma projeção de como o Ocidente – isto é, a Europa ocidental e a porção europeia das práticas e hábitos nas Américas – idealiza a si mesmo (Elias, 1994, p. 23). Estudos de Jean Starobinski e Pin den Boer esclarecem sobre o desenrolar dos significados do vocábulo nos Oitocentos. Boer percebe que um sentido global do termo, compartilhado pelas nações, só foi alcançado no início do século XIX. O conhecimento reunido pela Europa sobre as diversas partes do globo, em especial “a outra margem do ocidente”, a América, estabeleceu parâmetros de alteridade cruciais na fundação de um discurso de cunho jurídico-científico baseado na pormenorização das diferenças entre os povos, onde o desenvolvimento europeu nos mais diversos setores sempre se sobressai. Boer demonstra que desde o latim medieval no século XIII *civile* relacionava-se à dupla acepção de civilidade: a sociedade civil, regida pela lei, e a civilização material e de costumes. Assim, o incivilizado é um sujeito duplamente desqualificado: não sabe se portar, inclusive mentalmente, e não está regido por normas plausíveis. Mais a frente, no século XVIII, Condorcet, Mirabeau e Ferguson serão pioneiros no uso do termo em seu sentido moderno, cuja essência é destacar o nível de desenvolvimento dos povos: através dele, o progresso histórico passa a ser mensurável. Ao longo do século XIX, porém, a ideia de civilização passou por uma “nacionalização conceitual”, ou seja, as práticas e linguagens políticas de cada realidade nacional passam a condicionar seus sentidos.

Já Starobinski esclarece que até fins do século XVIII, o verbo “civilizar” significava trazer à esfera civil um processo jurídico da esfera penal. Além disso, dizia-se da nação civilizada aquela em que havia sincronia entre a sociedade civil e o poder político, o que na prática queria dizer coisas como a manutenção da paz interna e externa, o correto pagamento dos impostos, a eficiência da burocracia estatal e assim por diante. O moderno sentido de civilização é aquele que estabelece uma noção de continuidade, que torna o progresso histórico dos povos um fenômeno quantificável, observável e passível de análise científica. Assim, a civilização delimita não apenas um projeto desejável, onde se quer chegar, mas também um estado indesejado, que se deseja evitar (Starobinski, 1993).

² Naturalmente, aqui refere-se ao republicanismo disputado no jogo partidário, não àquele revolucionário proclamado por movimentos como a Confederação do Equador de 1824.

É a historiadora Maria Tereza Chaves de Melo quem melhor explica o processo pelo qual a ideia de civilização se associou tão fortemente ao ideal republicano. Segundo a autora, a difusão da cultura democrática e científica no final do império criou uma pré-disposição mental à aceitação de perspectivas que evocassem o paradigma da mudança e do avanço a estágios mais avançados do progresso histórico.

Essa mentalidade historicista ganhou as mentes e os corações, os republicanos e os monarquistas – pelos menos, nas grandes cidades – e tornou-se um dado inescapável de qualquer percepção do mundo e do Brasil dentro dele. É ela que está, necessariamente, informando os debates daquela conjuntura, reformando o léxico e, principalmente, a semântica da linguagem política e social (Mello, 2009, p. 18).

Nosso pressuposto é o de que o discurso que enaltece a Civilização no século XIX mantém seus consensos, mas este caudaloso rio não faz seu sinuoso percurso de forma unidirecional. Estamos convencidos de que o discurso civilizador moderno, enquanto instância de representação e elaboração teórica, não é composto por um único fluxo, mas por uma rede intrincada de noções articuladas que confluem em alguns fluxos principais que podem ou não correr nas mesmas direções. Na outra margem, do ponto de vista linguístico, o vocábulo “civilização” cumpre a função de um conceito operador, de significado intenso, porém elástico. Como instância legitimadora, a civilização pode fazer parte do discurso de quaisquer grupos políticos, haja vista sua plasticidade. Assim, entendemos que na segunda metade do século XIX o conceito de civilização deixa de ter como principal função a de delimitar a fronteira entre a sociedade civil e a barbárie, passando a servir como conceito e ideia operadora do discurso político, justificando projetos e ideologias.

Ademais, devemos ter em vista as diferenças entre o sentido mais profundo dos termos “civilização” e “progresso”, muitas vezes tomados pela historiografia como sinônimos. O que se nota, porém, é que as semânticas dos dois termos só passam a compor uma única visão sobre o processo histórico em meados do século XIX. Grosso modo, a Civilização se refere aos hábitos mentais e intelectuais e às noções de “etapas” históricas, enquanto o Progresso está mais ligado aos aspectos técnicos e de infraestrutura, referindo-se mais fortemente à civilização material, com exceção do seu uso mais geral, onde representa a passagem de um estágio histórico ao subsequente (Azevedo, 2003). Lembremos, a civilização é um espelho: refletirá quem o estiver manuseando, expondo o conjunto de expectativas dos grupos sociais e das nações sobre si mesmas e como se percebem diferentes dos outros. Neste estudo, utilizamos como base de análise a diferença esboçada por Quentin Skinner (2005) acerca da diferença entre a dimensão do significado e a dimensão da ação linguística em relação às linguagens políticas. A dimensão do significado corresponde ao vocabulário e seus significados disponíveis em determinada

época. Na metáfora enxadrística utilizada pelo autor, diríamos que a dimensão do significado representa a situação imediata das peças no tabuleiro. Já a dimensão da ação linguística seria o efetivo manejo e emissão do discurso utilizando o vocabulário à disposição do emissor do discurso. Ou seja, a ação linguística ocorre quando, após análise do tabuleiro, decide-se qual lance efetuar. Até aqui falamos da dimensão do significado. Passemos à dimensão da ação linguística.

2. OS FLUXOS DA “CIVILIZAÇÃO” CORREM TODOS NA MESMA DIREÇÃO?

2.1. Cursos d’água

A relação entre republicanismo e civilização se consolidou dentro do sentido moderno do termo através da memória do legado da Revolução Francesa e outros movimentos contestatórios anti-dinásticos. Conforme explicam Stella Bresciani (1993) e Suely Queiroz (1986), as principais vertentes do republicanismo brasileiro ao fim do século XIX eram a dos liberais, a dos positivistas e a dos jacobinos. Os primeiros, moderados, herdaram os valores da república francesa, que foram replicados à realidade brasileira por meio do manifesto republicano de 1870; os segundos, herdeiros de doutrinas filosóficas e científicas derivadas da intelectualidade francesa pós-revolucionária; os terceiros, mais radicais, viam-se como defensores de uma revolução a ser sustentada. Em maior ou menor grau, essa tendência se reproduzirá nas províncias, que obviamente resguardam interesses locais. Os primeiros periódicos republicanos cearenses foram o *Barrete Frígido*, publicado em Aracati por José César da Fonseca Filho em 1869 e que não ultrapassou a primeira edição, e *A Revolução*, divulgado em Fortaleza sob tutela de João Cordeiro e Brito Paiva em 1872. Centros e jornais republicanos começavam a se espalhar na capital e no interior da província, quase sempre integrados por jovens intelectuais cuja uma das intenções era usar o espaço da escrita como meio civilizatório. Como se sabe, nem por isso o 15 de novembro teve larga adesão, mas apesar dos tumultos, o governo provisório e os governadores posteriores se firmaram sem questionamentos contundentes, apesar de seus governos altamente instáveis (Weyne, 1990).

Nesse ínterim, surgem as associações de que nos ocuparemos. O Instituto do Ceará, fundado em 1887, tinha uma composição heterogênea, abarcando republicanos, monarquistas e pensadores de várias vertentes. Com estudos longos e detalhados, o periódico criado pelo Instituto pretendia “Tornar conhecidas a história e a geografia da província e concorrer para o desenvolvimento das letras e das ciências” (Instituto do Ceará, 1887, p. 7), conforme ditado no primeiro artigo de seu estatuto. Já a Academia Cearense, formada em 1894, só começou a

veicular sua revista em 1896. Fundada por intelectuais advindos do movimento abolicionista ou maduros de outras experiências, além de intelectuais de diversos campos do saber. As revistas de ambas as associações eram compostas por estudos pausados e detidos, de fôlego, mas enquanto a *Revista do Instituto Histórico* é composta sobretudo por textos de cunho histórico, informativo ou memorialístico, os textos da *Revista da Academia Cearense* se dispunham a abranger um leque temático maior e a uma inserção mais objetiva em questões contemporâneas. Estes periódicos demonstravam discursos de inclinação política diversa, as perspectivas epistemológicas que os fundamentavam nem sempre eram idênticas, assim como os argumentos que os sustentavam podiam ser variados.

Grosso modo, verifica-se nos números analisados das revistas uma confluência nas tendências gerais de uso do conceito de “civilização”. Há três principais formas de manifestação semântica do vocábulo: 1- a sinonímia com a ideia de “povo” ou “nação”, agrupamento social com traços culturais compartilhados; 2- oposição à barbárie, características de desenvolvimento histórico de um grupo social; 3- atributos de comportamentos e hábitos mentais, sociais e políticos que configuram as dinâmicas internas de um grupo social. Aproximemo-nos dos textos.

Da *Revista do Instituto do Ceará*, foram analisados diversos fascículos, que vão de 1887, ano de sua fundação, a 1899. Já da *Revista da Academia Cearense*, também avaliamos os números publicados até 1899, desde sua criação, em 1896. Os estatutos de ambas as associações apresentavam os desejos e convicções das agremiações ilustradas, reafirmando em seu projeto político-intelectual a centralidade da reflexão metódica e científica no processo de elaboração de uma identidade local/regional e de uma reflexão mais ampla sobre a relação entre intelectuais e sociedade. Embora a tônica dos discursos e as formas de organização do texto variem, os números das duas revistas em questão se assemelhavam muitas vezes quanto às temáticas e às problemáticas levantadas. Do ponto de vista da tipologia dos textos publicados nos periódicos, em ambos, os textos de cunho histórico são os mais abundantes, sejam memórias sobre personagens importantes, vivos ou mortos, ensaios acerca de eventos históricos marcantes ou tentativas de explicação histórica sobre questões recentes.

2.2. Navegantes e navegações

Dentro dos números da RIH³, de sua criação em 1887 até 1900, verificamos as dezenove ocorrências do vocábulo “civilização”. Vejamos algumas delas⁴. Seguindo a esteira da argumentação de Hyppolite Taine e outros deterministas franceses, alguns destes textos trouxeram a convivência com o meio natural e social desfavorável como fator de incivilização: no primeiro texto de uma série intitulada *Presidentes do Ceará*, Paulino Nogueira escreve sobre o primeiro presidente do Ceará, Coronel Pedro José da Costa Barros, e seu contexto histórico; defende Nogueira (1887, p. 78) que a “secura da terra” foi um dos fatores de atraso do “adiantamento da civilização” nesta parte do Brasil.

Ao falar do Ceará no tempo de Azevedo de Montauray, governador da capitania em fins do século XVIII, Guilherme Studart, em texto intitulado *População do Ceará em 1889* diz que nesta época Fortaleza ainda “ensaiava os primeiros passos” (Studart, 1890, p. 256) da civilização, explicitando assim uma tentativa de historicização do processo civilizatório e lhe pondo marcos fundadores: não existe civilização fora da urbanidade. Também na forma de hábitos mentais falou-se da Civilização. Diz ainda o Barão de Studart, n’outro texto dedicado ao governo de Montauray, este intitulado *História pátria: Azevedo de Montauray e seu governo no Ceará*, que nos anos 1780 apenas a catequese, empregada nos arredores de Fortaleza por apenas três sacerdotes, poderia empreender a necessária “reforma no mundo dos costumes” entre os índios e fazê-los adotar os “gozos legítimos” que apenas a civilização acarreta (Studart, 1891, p. 33).

Mais enfático, mas indo a diferente direção, foi o filósofo cearense Farias Brito, que em ensaio de avaliação do pensamento brasileiro e internacional de então, intitulado *Divagações em torno de uma grande mentalidade*, inspirado em Spencer declara solenemente: “Podemos [...] estabelecer que a inteligência é um produto cultural do indivíduo do mesmo modo que a civilização é um produto cultural da humanidade” (Brito, 1892, p. 197). Aqui a civilização é produto das ações humanas, emerge da prática social, não mais é feita da combinação entre fatores de governança e convergência de determinantes históricos e biológicos – embora não os negue –, mas como parte de um movimento da humanidade de construir a si mesma. É definitivamente um uso peculiar do conceito.

³ De agora em diante, usaremos a sigla “RIH” para nos referirmos à *Revista do Instituto Histórico* e a sigla “RAC” para a *Revista da Academia Cearense*.

⁴ Uma noção tão arraigada e extensa como a de civilização claramente não pode ser reduzida aos momentos em que o vocábulo surge nos textos. Porém, dada natureza sintética do presente estudo, decidimos nos ater à sua ocorrência explícita como forma de introduzir o debate. Decidiu-se por expor apenas as passagens mais emblemáticas.

Além disso, não esqueçamos que o intento civilizatório se concretiza em fatos sociais. Se foi um argumento comum durante a monarquia que a solidez das instituições era o principal fator de civilização do Brasil, no último quarto do século era cada vez mais difícil sustentar a legitimidade dinástica e suas práticas, em especial a escravidão. Neste momento, passa a ser amplamente aceita a ideia de que a manutenção da escravidão é ato incivilizado, como reforça Antônio Martins em sua memória da fundação da Sociedade Cearense Libertadora, onde ao falar sobre a reunião inaugural, ressalta a participação de um representante da Beneficente Portuguesa 2 de fevereiro, expondo que a abolição no Ceará era um sinal do “sol benéfico a todas as sociedades, de todas as nações irradia-se nos horizontes aonde se assinalam o progresso e a civilização” (Martins, 1897, p. 107). Na medida em que “civilização” passou a ser um conceito operador do discurso político, foi se tornando mais comum que se estabelecessem critérios civilizatórios, isto é, parâmetros que determinavam o grau de avanço civilizatório de uma sociedade. Esses parâmetros eram extremamente elásticos e muito variáveis, a depender do emissor do discurso. O fim da escravidão foi assumindo espaço gradualmente como um critério fundamental do nível de civilização das nações à medida que a década de 1880 avançava.

Naturalmente, devemos pensar nos consensos existentes. Segundo Hobsbawm (2015), baseavam os alicerces de um país pretensamente avançado por volta de 1880, com variações locais: um território mais ou menos homogêneo, com soberania internacional e extenso o suficiente para prover desenvolvimento econômico; um corpo de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo, uma constituição e um Estado de direito, e garantias de autonomia e iniciativas locais; ser composto de cidadãos, ou seja, seus habitantes desfrutam de certos direitos jurídicos e políticos básicos.

Outro dos principais critérios civilizatórios era a vitalidade da vida intelectual. A partir de certo momento, a circulação de impressos e o espaço público de debate que eles evocavam passou ser um traço essencial das nações ditas civilizadas. Num ensaio acerca estudos da imprensa na província, *A imprensa no Ceará*, avalia Perdigão de Oliveira os livros já existentes sobre este “tão importante elemento da civilização do nosso caro Brasil” (Oliveira, 1897, p. 130), explicitando que considera um problema que muitas cidades no território nacional e estadual não possuam folhas impressas.

Passemos agora a verificar algumas ocorrências interessantes do vocábulo na RAC. No primeiro fascículo da primeira edição do periódico, de 1896, iniciamos com o Estatuto da academia, cuja passagem mais significativa para nós é o 2º artigo, onde se lê: “Os assuntos políticos ou partidários são absolutamente defesos à sociedade, e nenhum sócio, seja qual for o

pretexto, poderá ocupar-se deles nas sessões” (Academia Cearense, 1887, p. 5). A recusa da política institucional como espaço de debate intelectual era posição comum nas sociedades “ilustradas”, isto é, que se pretendiam guardiãs do saber em prol da civilização. Mas, aberto o debate, figuras como Joaquim Nabuco não deixaram de proclamar a utilidade e importância de se fazer a “Política com ‘P’”, a grande política, atividade intelectual das mais prementes (Nabuco, 1963). Tateemos entre as visões civilizatórias.

Logo no primeiro número da revista surge uma utilização muito interessante do termo em um texto excepcionalmente minucioso de Thomaz Pompeu sobre saúde e mortalidade da população de Fortaleza, tendo em vista a importância dos trabalhadores como riqueza nacional. Fala o autor em *A importância da vida humana como fator de riqueza* sobre a necessidade da atuação do poder público em minorar condições adversas, naturais e humanas, visando o cuidado com a saúde do operariado, aumentando assim sua produtividade e reduzindo as chances de invalidez e miséria. No processo, os salários pagos a certos grupos de trabalhadores influem em sua saúde ainda pela carestia dos meios de subsistência, “já por necessidades que a própria civilização cria [...], incidindo sobre mil artefatos das indústrias e artes” (Pompeu, 1896, p. 7). Aqui, o termo é usado para sintetizar o conjunto de processos que determinam a vida econômica e as definições de preços, bem como a consagração de certos produtos como necessários. Aí temos uma noção altamente operacional do conceito, pouco convencional. No mesmo texto, mais a frente, dirá Pompeu que nenhum “atraso de civilização” justifica o completo descaso com a higiene, representado pelas fossas e esgotos a céu aberto e o descarte de dejetos em quintais.

Um texto como o do padre Valdevino Nogueira publicado no primeiro número da RAC, nos deixa claro a multidirecionalidade dos intentos civilizatórios. O autor lançará mão do interessante artifício argumentativo de evocar atributos místicos a grupos sociais; criticando quaisquer perspectivas que nuancem a colossal superioridade moral e espiritual do “cristianismo” sobre seus rivais pagãos em tempos antigos, diz-se ser loucura celebrar com entusiasmo “o torpe despotismo dos tempos nefastos da civilização pagã, só para rebaixar e desprestigiar as épicas grandezas da idade áurea da civilização evangélica” (Nogueira, 1897).

As rupturas internas no suposto monólito do discurso civilizador se revelam mesmo em pautas que se julgavam de consenso certo, como o caso da intervenção europeia na cultura indígena. A este respeito, o texto de Carvalho de Rodrigues na edição de 1897 da RAC é provocativo, pois ao comentar o contato entre os espanhóis e os povos originários de suas possessões, afirma o autor que a conquista do México e do Peru pelos espanhóis foi um entrave à marcha natural do progresso de seus habitantes, cujos antepassados expressam “mais

atividade, mais cultura artística, mais civilização, que depois da influência intrusa do elemento étnico introduzido por Cortez e Pizarro” (Rodrigues, 1897, p. 61). Não há que se negar que muitos outros intelectuais considerariam temerário unir “índios” e “civilização” na mesma frase, ainda que no sentido de grupo social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto basta para retomar nossa hipótese: o ideal civilizatório, ou ao menos seu aspecto perceptível dentro do uso retórico da ideia de civilização, não representa um único fluxo, mas fluxos diversos, multidirecionais.

Espera-se ter demonstrado a íntima relação entre a capacidade dos sujeitos em produzir discursos com efeitos políticos e seu contexto social e histórico. O aspecto político do discurso, enquanto instância elaboradora de significados, sempre se concretiza a partir de vocabulários e sentidos pré-existentes. A intenção deste artigo foi demonstrar esses sentidos em relação à ideia de civilização e introduzir uma reflexão sobre o manejo dela nos periódicos analisados. Espera-se também ter obtido sucesso na intenção de demonstrar o que este autor considera um equívoco de parte historiografia corrente: o “desejo de civilização” pode ter um aspecto universal e até mesmo uma implicação assemelhada a todo o mundo ocidental, mas, efetivamente, a civilização no fim do século XIX corresponde ao anseio do progresso, cuja concretização é sempre necessariamente única para cada sociedade ao longo do tempo.

Os filósofos, juristas, cientistas e literatos que analisamos navegam em rios diversos. Estas águas confluíam em muitos momentos, ocasionalmente misturavam-se os fluxos. Mas em verdade, são águas distintas. Enquanto conceito operador, a civilização sempre servirá aos intentos retóricos de seu anunciador. Cada ato de navegação nos rios do discurso deve ser vistos como um todo: não se compreende o rumo do navegante sem observar a direção da água e a força da correnteza e dos ventos, assim como não será suficiente observar as condições, é preciso estar atento aos movimentos dos navegantes.

REFERÊNCIAS

Textos dos periódicos analisados

BRITO, Farias. Divagações em torno de uma grande mentalidade. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, ano VI, terceiro trimestre, 1892, p. 193-199. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 12 junho 2024

MARTINS, Antônio. Para a história da libertação do escravos no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Ano XI, segundo trimestre, 1897, p. 104-108. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 11 junho 2024.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, ano III, terceiro trimestre, p. 47-81, 1890. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 13 junho 2024.

NOGUEIRA, Valdevino. A Cruz na História. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, tomo II, 1897. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166731&Pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=0>. Acesso em: 8 junho 2024.

OLIVEIRA, Perdigão de. A imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, ano XI, segundo trimestre, 1897, p. 129-141. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 11 junho 2024.

POMPEU, Thomaz. A importância da vida humana como fator de riqueza. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, n. 1, 1896, p. 3-67. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166731&Pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=0>. Acesso em: 9 junho 2024.

RODRIGUES, Carvalho de. A propósito do bicentenário da morte de Antônio Vieira. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, tomo II, 1897. p. 57-71. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166731&Pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=0>. Acesso em: 8 junho 2024.

STUDART, Guilherme. População do Ceará em 1889. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, ano IV, quarto trimestre, 1890, p. 254-272. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 13 junho 2024.

_____. História pátria: Azevedo de Montauray e seu governo no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, ano V, primeiro trimestre, 1891, p. 5-106. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&pesq=civiliza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=0>. Acesso em: 13 junho 2024.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 17, p. 68-72, dez. 1987.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro, 2003. 327 p. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. O cidadão da República – Liberalismo *versus* positivismo Brasil: 1870 - 1900. **Revista USP**, [S. l.], n. 17, p. 122-135, 1993.

COBBAN, Alfred. Hippolyte Taine, historian of the french revolution. **History**, [S.L.], v. 53, n. 179, p. 331-341, out. 1968.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 23

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Editora Paz e Terra, 2015.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 15–31, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. 5. ed. Brasília: UNB, 1963.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Fortaleza: História e Cotidiano**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. 2015. 402f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política (vol. 1)**: sobre os métodos históricos. Miraflores: Difel, 2005.

STAROBINSKI, Jean. The word *Civilization*. In. **Blessings in Disguise; or, the morality of evil**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

WEYNE, Walda Mota. **Imprensa e ideologia**: o papel político dos jornais cearenses na transição monarquia/república. Fortaleza: UFC/ NUDOC, 1990.

SOBRE O AUTOR:

Vinícius Barbosa Lima: Mestre em História pela UNICAMP. Professor no curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6728-8960>.

COMO CITAR:

LIMA, Vinícius Barbosa. Os riachos da República na província: linguagens políticas e perspectivas civilizatórias nos periódicos das associações intelectuais fortalezenses (1887-1900). In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará**: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 56-66. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-4

Capítulo V

PRÁTICAS POLÍTICAS NA IMPRENSA SOBRALENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CULTURA POLÍTICA NO JORNAL A LUCTA

POLITICAL PRACTICES IN THE SOBRALENSE PRESS IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY: A BRIEF DISCUSSION OF POLITICAL CULTURE IN THE NEWSPAPER A LUCTA

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-5

Ana Elizabete Moreira de Farias *

* Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e doutoranda em História pela mesma instituição. E-mail: anaelizabete82@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0007-5478-9321>.

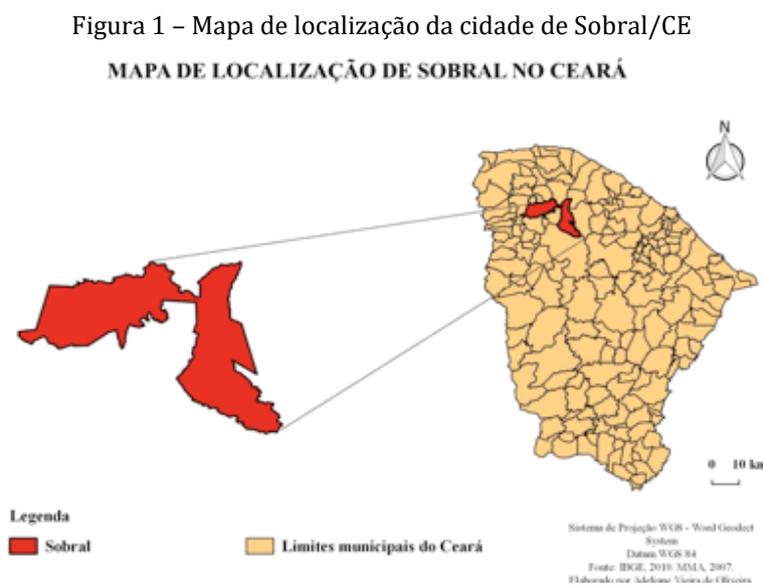
1. INTRODUÇÃO

A cidade de Sobral – CE (figura 1) aparece para a historiografia do século XX fortemente atrelada à presença da Igreja Católica¹ e ao poder de seus padres, mediante a sua influência e todos os desdobramentos em termos de crescimento social, econômico e cultural, interferindo significativamente na construção das narrativas sobre a cidade. Narrativas que buscavam referendar a distinção “dos valores e da moral” que deveriam servir de exemplo para as cidades do interior do Estado. Essas perspectivas estavam atreladas às figuras “proeminentes” do clero, onde lançavam “luz” sobre valores então “exaltados” nas crônicas e narrativas de Lustosa da Costa, de Parsifal Barroso e tantos outros que buscaram destacar a importância dos “ilustres”.

Além dos padres e cronistas, é importante destacar a importância de instituições que também colaboraram para a construção da “Sobralidade”. Nesse sentido, as pesquisas de Melo (2013) ressaltam o papel da Associação Sobralense de Estudos e Letras (ASEL), que passou a dar destaque a “distinção” mediante as figuras letradas da cidade. Assim, composta pela elite de Sobral, a ASEL teve importância para a projeção e apologia aos “ilustres” intelectuais, tendo Dr. Saboia como um dos fundadores e homenageados principais. Para Melo (2013, p. 409), a

¹ No texto “A fabricação historiográfica mística em Sobral (1922 - 1991)”, Rocha (2019) aprofunda essa discussão rotulando essa fase como “historiografia eclesiástica”. Ele nos apresenta a produção das mais importantes e influentes obras da historiografia local referente às relações que se estabelecem entre a Igreja e a cidade, quase sempre escrita por padres e pessoas ligadas a instituição.

ASEL esteve no cenário das “[...] tramas do poder burocrático, em profissões liberais, em cargos de grande visibilidade, como o de juiz, e também nas malhas da administração pública”.



Fonte: Oliveira; Sales; Diniz (2017).

No entanto, foi na imprensa local que boa parte das “tramas” que retroalimentaram as narrativas da cidade foram sendo construídas, costuradas e colocadas para o público leitor da época. Essas narrativas que “construíram” a cidade e suas representações sobre Sobral e o seu povo, ultrapassaram as barreiras dos anos, numa contínua e incessante transformação dos *lugares de memória*, que, na perspectiva de Certeau (2009), podem ser entendidos como redes de experiências.

Assim, os jornais e os livros memorialísticos abriram a possibilidade de organizar as experiências da cidade a partir dos relatos e discursos por eles divulgados. De certa forma, do ponto de vista teórico, eles autorizam a construção, a organização e a apropriação de “sentidos” de coletividade que perpassam os relatos do *espaço* (Certeau, 2009), expressando elementos que compõe a cultura política do momento vivido. Por meio desses documentos, pode ser observado o cenário político da época, suas tramas e interesses, as formas como os periódicos veiculavam as notícias; a maneira como os leitores interagiam com as matérias; e, os vínculos que foram criados a partir dessas relações/interações.

Por esse motivo, essas narrativas não eram hegemônicas – e menos ainda, homogêneas – quando pensamos a representação da “sobralidade”, uma vez que outros indivíduos estão imbricados nas tramas que envolvem a luta pelo poder público, pelo “controle” sobre as narrativas políticas e na tentativa de validação dos seus discursos através dos jornais e na articulação com o “todo social”. Além dos padres, novos nomes se somaram na disputa pelas narrativas, entre eles, o jornalista Deolindo Barreto, o juiz José Saboia que, em conjunto com

Dom José Tupinambá da Frota, foram responsáveis por estimular a busca em torno das narrativas produzidas na imprensa local para a construção de uma cultura histórica da “sobralidade” pautada em referenciais que fornecem à cidade e seus habitantes, características que os tornam “ilustres, únicos e distintos”.

Esses três personagens – Deolindo, Dr. Saboia e Dom José – são fundamentais para compreender a cidade de Sobral e sua identidade traçada nas primeiras décadas da República. Uma vez que entramos em contato com os jornais por eles “dirigidos” e/ou editados, os historiadores se deparam com vários questionamentos, tais como: os jornais contribuem para a construção de uma representação política e social da cidade de Sobral? Eles levam em consideração as práticas sociopolíticas da época e as influências da modernização?²

É fundamental investigar essas questões com o objetivo de contribuir para o enriquecimento do debate historiográfico, em especial sobre o campo da imprensa e das narrativas políticas relacionadas à formação da identidade de Sobral nas primeiras décadas da República. Por isso, é importante entender o processo histórico a partir da articulação e da dinâmica que se estabeleceram entre o político, o cultural, o econômico e o social por meio dos jornais *A Lucta*; *Correio da Semana*; e *A Ordem*³. Além disso, trabalhar com as narrativas produzidas pela imprensa solicita do historiador o estreitamento dos vínculos com a História Política, em especial com o conceito de Cultura(s) Política(s).

Para este artigo, buscar-se-á problematizar algumas dessas ausências historiográficas, abrindo a possibilidade para a ampliação do debate crítico a partir da Nova História Política e sua ligação com o conceito de Cultura Política, mediante os novos questionamentos provenientes de uma realidade política específica – Sobral na primeira metade do século XX. Dito isto, a discussão está dividida em dois momentos: 1) contextualizar o conceito de Cultura Política e a sua relação com a História e as narrativas políticas; 2) o papel da imprensa Sobralense na construção da Cultura política: o caso do jornal *A Lucta*.

Como metodologia, adotamos a análise bibliográfica em torno da discussão sobre culturas políticas e como ela pode ajudar a compreender os jornais enquanto fonte histórica, tendo como escopo o periódico *A Lucta*.

² Os objetivos da tese são outros, mas mantém relação direta com a discussão que estou fazendo neste artigo.

³ Estes três jornais serão analisados na minha tese (em construção) durante o processo de escrita. Mas, para fins deste artigo, vale ressaltar que esses periódicos mantinham, nas páginas impressas, as “querelas” que caracterizavam as divergências de opinião entre os seus representantes: *A Lucta* que tinha a frente o jornalista Deolindo Barreto; *A Ordem*, cujo o diretor era Dr. Saboia; e *Correio da Semana*, órgão ligado diretamente à Diocese de Sobral, que tinha a frente o Bispo Dom José Tupinambá da Frota. Com o assassinato de Deolindo em 1924, seus herdeiros reabrem o jornal, dessa vez com novo nome *A Imprensa*, periódico que também será analisado com a finalidade de colaborar com a escrita da tese.

2. O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA POLÍTICA E AS NARRATIVAS

A história só existe no presente porque o passado deixou inscrito, no aqui e agora, vestígios múltiplos que indicam a existência desse passado. (Marialva Barbosa)

Dentro de um processo de “renovação” da História Política, Rémond (2003) chama atenção para o entendimento de que as diversidades de abordagens abrem, para os historiadores, um campo infinito de possibilidades de análises historiográficas. Para ele, a economia, a cultura, a sociedade e o político passam a se influenciar mutuamente, superando as concepções empregadas pela Escola dos *Annales*⁴ que sintetizou a História Política como sendo a portadora de “todos os males”, rota de fuga para os “bons historiadores”.

Essa renovação vem proporcionando a ampliação dos estudos e das particularidades dos fenômenos históricos nas mais diferentes temporalidades e situação históricas⁵. O que anteriormente era concebido como história “cômoda”, “imóvel” e “elitista”, passou a ser vista como uma História com potencial inesgotável, com diversos sujeitos históricos e inúmeras possibilidades de (re)interpretação.

Novas preocupações passam a fazer parte do cotidiano da operação historiográfica – as relações de poder, a opinião pública, os partidos políticos, as eleições, as revoluções, os regimes políticos, as formas de governança – são exemplos latentes dessas potencialidades. Assim, ao incorporar novas fontes, novos métodos e metodologias às suas pesquisas, a historiografia conseguiu alcançar novas dimensões na busca de sentido(s) ao fazer histórico e ao fazer historiográfico.

Em outras palavras, a renovação da História Política vem demonstrando que o aspecto político tem características próprias que tornam ineficaz toda análise reducionista, já que os estudos atuais ressaltam os “mil vínculos” que compõe os outros aspectos da vida coletiva (Rémond, 2003). E, partindo dessa perspectiva, a Cultura Política nos permite aprofundar essas novas possibilidades oriundas da História Política, uma vez que ela é formada e transformada ao longo do tempo, moldada por eventos históricos, experiências/expectativas⁶, conflitos, lutas sociais e outras dinâmicas que interferem no cotidiano das relações.

⁴ Ao longo do século XX, duas correntes predominam no processo de construção do pensamento histórico - o Marxismo e os *Annales*. Guardando as devidas proporções e distanciamentos, essas duas correntes enxergam na História Política uma “permissividade” que reduz a análise historiográfica aos “grandes homens e instituições”. Sem perceber a renovação que a História Política sofreu, e vem sofrendo, diante da incorporação de novas perspectivas e novos objetos de pesquisa.

⁵ Vejo a possibilidade de trabalhar com os conceitos de Regime de Historicidade de Hartog (2015) numa discussão mais profunda na tese.

⁶ Koselleck (2006; 2014) será útil na tese para discutir “horizontes de expectativas” e “espaços de experiência”.

Aqui, as atitudes, as crenças, os valores, as tradições, as práticas e as representações coletivas passam a interferir/interagir/moldar a forma como os indivíduos percebem e se relacionam com o aspecto político e as ações delas decorrentes. Em outros termos, a Cultura Política proporciona ao historiador entender as atitudes e os comportamentos da sociedade diante das estruturas políticas, ao ponto de se falar na pluralidade das *culturas políticas* dentro de um mesmo espaço nacional, permitindo diversas abordagens sobre os fenômenos das disputas pelo poder.

Para confirmar isso, Motta (2014), ressalta que existe uma força de atração muito forte que liga as concepções de Cultura Política com a “hegemonia” do paradigma culturalista. Nas palavras do autor, “[...] Como tudo tem sido explicado pela influência dos fatores culturais, a política não poderia ser exceção, daí o caráter sedutor de cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder.” (Motta, 2014, p. 14).

Mesmo enraizada e estruturada nas bases da “tradição”, a cultura política não impossibilita a mudança/transformação. Ela é um campo propício para a visualização das tensões/conflitos entre as “expectativas” do futuro e as “experiências” fincadas no passado/presente. Ou, como afirma Motta (2014, p. 21) a Cultura Política, em uma possível definição, pode “[...] fornecer leituras comuns de passado, assim como fornecem inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro”. E por não ser uma realidade estanque, ela não se encerra em si mesma e não se encontra inerte ao contato com outras perspectivas historiográficas.

Dessa forma, a cultura política, derivada da cultura histórica, abarca as operações do sentido do tempo e suas experiências. Ela agrega – ou tenta agregar – a consciência histórica dos sujeitos e agentes históricos que emergem das preocupações e questionamentos levantados pelos historiadores. É mediante a busca por respostas, que surgem novos estudos, novas análises e releituras do passado. Pensar essa interface entre cultura histórica e cultura política, segundo Cerri (2021) nos permite a compreensão de que são processos fundamentais para entender a História, seus saberes/fazeres históricos e a forma como foram/são elaborados pela/para a coletividade.

Nas palavras de Bernstein (1998, p. 357), a cultura política “[...] é um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento...”. Ela arregimenta e expressam as diferentes contribuições que tensionam ou apaziguam as múltiplas conjunturas – local, regional, nacional, mundial – diante das dimensões explicativas

para os fenômenos políticos, cabendo ao historiador “conciliar” as oscilações entre a situação observada e o olhar que observa.

Assim, entender a Cultura Política como espaço de *disputa*, é considerar a importância dos “vetores de sociabilidade” – família, instituições educacionais, sindicatos, jornais, partidos políticos, etc. É perceber que os valores, os sentimentos, as ações e as práticas dos indivíduos estão diretamente associadas aos grupos e/ou tradições com os quais se identificam, ao passo que se retroalimentam nos diferentes espaços de sociabilidade. Por isso, não se pode pensar em *uma cultura política* – no singular -, mas em Culturas Políticas - no plural! – justamente por ser um campo amplo e fértil para a historiografia (Motta, 2014).

As impressões do “tempo” e de suas “camadas”, moldam e impactam as práticas políticas e as narrativas, em um constante processo de interação e entrelaçamento, que são mutuamente constitutivas da vida em sociedade. O cenário político da época, as divergências, as tensões e os conflitos são “representados” nos impressos, e essa disputa simbólica pela cidade de Sobral, veiculadas nas páginas dos jornais, são faces das possíveis representações de sua “sobralidade”. Representações que refletem também as intencionalidades dos grupos liderados pelo padre, pelo juiz e pelo jornalista.

Essas narrativas “[...] são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo...” (Pesavento, 2012, p. 21). Elas eram elaboradas e produzidas com o propósito de identificar os diferentes contextos e momentos em que uma realidade social específica era concebida, interpretada e comunicada.

Esses três aspectos do constructo social eram interpelados pela experiência que cada indivíduo tinha, levando sempre em consideração o seu lugar social e seus interesses na trama política e, ao mesmo tempo, discursiva escritas nas páginas dos jornais. Assim, esses espaços de experiências atormentam o historiador de hoje quando entra em contato com fontes históricas, naquilo que Hartog (2013) considera como “tempo da lembrança”, e o que antes se tinha como esquecimento, reaparece com tons de temor ou desejo.

Nesse sentido, pegando de empréstimo algumas das inquietações de Hartog (2013), o pesquisador não deve e não pode se “contentar” com essa ideia de esquecimento, distanciamento ou mesmo de silenciamento. Antes de tudo, ele precisa procurar explicações para os questionamentos do presente, procurando as pistas de outrora e o “espírito de outras épocas”. E, na sua busca pela historicidade do ontem, mediante uma narrativa histórica, que a problematização historiográfica possibilita visualizar “estratos do tempo” a partir das

elaborações discursivas presentes nos jornais como “testemunhas do passado” (Koselleck, 2014).

Cabe ao historiador, nas palavras de Hartog (2013), abrir um intervalo, criar tensões, romper brechas no presente, para que o passado possa (re)aparecer. Brechas, que Silveira (2007) chama de rugosidades. Essa ideia, em conformidade com o entendimento sobre os regimes de historicidades, amplia a perspectiva do trabalho do historiador ao reforçar a importância de buscar a articulação entre presente, passado e futuro, e as narrativas produzidas, nesse caso, pelos jornais *A Lucta*, *A Ordem*, *Correio da Semana* e *A Imprensa*. Pois, conforme Cury (2010), os caminhos da escrita da história são permeados por “novas dúvidas”, recusas, aceitações e inúmeras possibilidades de se fazer pesquisa.

3. O PAPEL DA IMPRENSA SOBRALENSE NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA: O CASO DO JORNAL *A LUCTA*

Diga-se a verdade na terra embora desabem os céus. Conte-se o caso como o caso foi. O cão é cão e o boi é boi.
(Jornal *A Lucta*, Ano 1, número 1, 01 de maio de 1914)

A frase acima, retirada da epígrafe do jornal *A Lucta*, reflete – ou tenta refletir – uma postura direta e firme em relação à honestidade e à clareza das notícias escritas nas páginas do periódico. Dirigido por Deolindo Barreto e fundado em 1º de maio de 1914, o jornalista buscou enfatizar a importância de dizer a “verdade”, independentemente das consequências⁷ – que “os céus desabem” –, sugerindo que ela deve ser dita sem distorções, medo ou receios. A expressão “O cão é cão e o boi é boi” reforça essa ideia, indicando que as notícias devem ser tratadas pelo que “realmente são” – “fatos” –, sem subterfúgios ou eufemismos. Ou seja, viabilizando a legitimidade do meio de comunicação entre a sociedade sobralense.

Essa postura pode ser vista como um apelo à transparência e à autenticidade, valorizando a integridade “brutal”, por mais desconfortável ou difícil que seja. Isso pode também ser interpretado como uma crítica às tentativas de manipular/falsear a realidade ou distorcer os fatos para atender a interesses pessoais ou ideológicos. Nesse sentido, ao perseguir a possível “verdade” de forma tão incisiva, a postura de Deolindo pode revelar ainda um “entusiasmo” com as ideias positivistas em circulação no Brasil da época⁸, talvez por isso, a

⁷ Vale mencionar que o mesmo foi assassinado durante o pleito eleitoral no ano 1924 a mando de seu desafeto Dr. José Saboia, após longa “briga” retratada nas páginas dos jornais *A Lucta* e *A Ordem*.

⁸ O próprio título do jornal *A Lucta*, não foi uma ideia original. Em uma pesquisa inicial na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital/Brasil), é possível encontrar dezenas de outros periódicos distribuídos em amplas temporalidades e nas mais diversas regiões do território nacional, o que pode colaborar para demonstrar a circulação de ideias no Brasil.

afirmação – estampa no cabeçalho do jornal – poderia ser uma chamada para que as pessoas enfrentem as situações difíceis e tratem as notícias/narrativas com a objetividade que elas exigiam/mereciam, sem medo das repercussões.

Desde a fundação do jornal *A Lucta*, Deolindo Barreto já demonstrava sua afeição e “amor” pelo aspecto político que compõe sua trajetória no jornalismo. A inquietação/insatisfação com que rebate e denuncia as “mazelas” de Sobral – carestia, corrupção, mandonismo –, ficam estampadas nas páginas das notícias por ele veiculadas. Nesse sentido, Santos (2005) ressalta que suas palavras tinham traço de “distinta” crítica social e política, que sua identificação como “democrata”⁹ só deixava mais evidente os conflitos com os grupos oligárquico e religiosos que “empestavam” a cidade. “Deolindo Barreto foi um militante liberal. Que lutou principalmente com a palavra escrita, [fez] de seu engajamento na imprensa (...) sua arma pela justiça, pela felicidade social” (Santos, 2005, p. 78).

Essa percepção de “democrata” talvez tenha contribuído para a perseguição à “verdade dos fatos”, fazendo com que ele “empunhasse” tão categoricamente a bandeira de luta contra as desigualdades. Nas palavras do próprio Deolindo,

Preferimos a coação, o arrocho, as ameaças, os vexames, as tentativas de empastelamento e de assassinato de que temos sido alvo no lado do povo, às comunidades, ao sossego e ao conforto ao lado de uma administração corrompida e corruptora. Foi para o combate que nascemos e só a *lucta* ao lado dos idéias nobres, nos revigora e estimula, nos justifica a existência, e nos oferece o desejo de viver, por que só assim entendida a imprensa poderá representar o quarto poder no mundo (*A Lucta*, 19 de março de 1919, p. 01).

Esse trecho ilustra a efervescência política, ao mesmo tempo em que demonstramos que a violência extrapolava o físico e adentrava ao aspecto emocional e psicológico. As palavras, além de denúncia, serviam de exortação, de reafirmação da necessidade e importância de enfrentar o “mandonismo” e a “corrupção” pelo viés da circulação das ideias. O diálogo era a resposta. E a imprensa surge como o “quarto poder”¹⁰, como força suficiente para influenciar/moldar a opinião pública e interagir diretamente com os poderes constituídos.

Mesmo havendo a mudança do Império para a República, não significou, necessariamente, uma transformação substancial na política, muitas das práticas e valores do período Imperial permaneceram atuais, principalmente no que diz respeito às formas de coação entre aqueles que não coadunavam com os interesses das oligarquias. Assim, as tradições

⁹ No editorial do primeiro número do jornal, Deolindo já deixa posto os objetivos do periódico e sua filiação política – democrata! Essa ideia será melhor trabalhada na tese.

¹⁰ Embora não fosse formalmente um dos três poderes, a imprensa teve grande impacto na política e na sociedade brasileira, a ponto de ser considerada “o quarto” poder. Essa discussão será aprofundada na tese.

políticas e culturais herdadas impuseram limites e orientaram as escolhas políticas de diversos atores, seja no âmbito das elites políticas ou nas bases populares, as relações de poder estavam profundamente enraizadas, as práticas de compadrio e favores pessoais eram fundamentais para a manutenção do poder local.

No entanto, essa situação não passava despercebida pela imprensa de “oposição”, uma vez que eles se viam como agente de combate à corrupção e desvios das práticas políticas daquele momento, o que recai na própria percepção da imprensa como agente de transformação. A imprensa, como “quarto poder”, tornou-se uma ferramenta de crítica e disputa, promovendo a circulação de novas ideias sobre a política, a democracia e os direitos civis.

Assim, “*A Lucta* será um espaço de visualização de um recorte do viver em Sobral, (...) destacando as desigualdades sociais, a falta de respeito à legislação” (Santos, 2005, p. 73). E, nesse sentido, esse impresso no período de 1914 à 1924¹¹ reafirma – ou tenta reafirmar – seu papel como agente de mudança de um *status quo* marcado pela corrupção nas palavras de Deolindo, que foram confrontadas com “outras” narrativas políticas sobre a cidade.

Os jornais *A Ordem* e *Correio da Semana* também tinham suas motivações e seus posicionamentos e nem sempre – ou quase nunca – se assemelhavam com os direcionamentos da *A Lucta*. Mas ao tentar fazer valer as liberdades – políticas e de expressão – e a disseminação de uma maior pluralidade de vozes, Deolindo buscou criar um espaço de debate e reflexão, mas, sobretudo de denúncia. Sobral não era da Igreja e do Juiz, a cidade era do povo, e aqueles que estavam no poder, precisavam ser lembrados toda semana disso.

Essa discussão nos permite ver como a cultura política era viva e presente nas narrativas políticas, mesmo quando apresentamos apenas um caso de um número de *A Lucta*. Nas palavras de Motta (2018, p. 113), é primordial visualizar que “[...] os sujeitos não são peças inertes diante de estruturas sociais perenes. O campo da política supõe o protagonismo de agentes que fazem escolhas: há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos de ação”.

Por este motivo, se faz necessário perceber o contexto nacional e sua vinculação com a ascensão dos impressos. Por ser um espaço crucial para a exposição de ideias, os jornais ganharam destaque nos anos finais do Brasil Império. Porém, é durante a República que ele se converteu em meio privilegiado de difusão das “novas” ideias. Durante esse período, o caráter

¹¹ 1914 fundação do jornal e 1924 ano do assassinato de Deolindo.

formador da opinião da imprensa foi intensificado e estimulado devido ao acirramento das disputas políticas e ideológicas no novo regime¹².

Além disso, a atividade editorial passou por uma reestruturação significativa, adaptando-se as novas demandas de um público mais amplo e diversificado. Esse impulso resultou em um crescimento do número de veículos de comunicação, o aumento substancial dos leitores e, conseqüentemente, uma maior difusão de ideias que ajudaram a formar e transformar a opinião pública e a maneira como os cidadãos se relacionavam com a política, a sociedade e as instituições republicanas (Barbosa, 2010).

Esse processo também refletiu o fortalecimento da imprensa como um instrumento de debate público, permitindo que diferentes correntes de pensamento, muitas vezes em confronto direto, tivessem um espaço para se expressar e influenciar os rumos da política e da cultura na República. Esse estímulo, portanto, não foi apenas um reflexo do crescimento do setor editorial, mas também um movimento fundamental na consolidação da democracia e da pluralidade política no Brasil (Barbosa, 2007).

Democracia e pluralidade muitas vezes questionadas e fortemente pressionadas pelos vários setores da sociedade – partidos, associações, movimentos sociais, imprensa. O início da vida republicana no Brasil não foi de “calmaria”, mas refletia uma cultura histórica marcadamente em ebulição, um choque entre o “velho” e o “novo”, o “arcaico” e o “moderno”. E era nos jornais, especialmente, que essa realidade parecia “gritar” de forma mais nítida.

Liberais, conservadores, democratas, todos buscavam formas de propalar suas concepções e idealizações para o maior número de pessoas, atribuindo aos jornais a responsabilidade em manter “viva” e em movimento as ideias, encarando os periódicos como fonte de credibilidade e protagonista da vida social. No entanto, como ressalta Barbosa (2007, p. 54) tais interpretações “[...] devem ser explicadas no contexto histórico de sua produção”. Assim, as notícias possuem singularidades “[...] alicerçadas nos fatos anteriores ao próprio acontecimento...” (Barbosa, 2007, p. 55). Os editoriais, os posicionamentos, as notícias que são veiculadas, tudo tem intencionalidades outras que devem ser levadas em consideração na hora da análise dessas fontes.

Essa análise dos jornais como fonte é corroborada por Luca (2008, p. 140) ao enfatizar que o impresso “[...] trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro

¹² A temporalidade da tese vai de 1918 à 1927, mas a discussão que é realizada pela historiografia da “transição” do Império para a República será melhor trabalhada, uma vez que entendemos os primeiros anos após a Proclamação como cruciais para perceber a construção da “sobralidade”, em especial quando pensamos os jornais e os traços de cultura histórica e cultura política por eles disseminados.

de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.”, e aqui, acrescentamos ainda que as fontes de Sobral trabalhavam também com aquilo que seus editores queriam que se tornasse notícia, ou seja, com base nos jogos de poder e nas pressões políticas por eles defendidos (Barros, 2023).

Tendo em vista que os “[...] periódicos interagem na complexidade de um contexto.”, conforme ressaltou Morel (2010, p. 8), é imperioso pesquisar o mundo da política, especialmente os canais de comunicação que se prestavam à confrontação de ideias. Eles possuíam ligações decisivas nos processos políticos que teciam a cultura história da época, bem como a sua influência na transformação ou continuidade das culturas políticas. Eles também fazem circular, nos mais diversos territórios, os elementos que unem ou separam as narrativas jornalísticas e os “acontecimentos” das agendas políticas, num entrelaçamento entre o local/regional/nacional/global.

Nesse sentido, Motta (2018) nos adverte

Cultura política não é panaceia, não explica tudo e não oferece saídas analíticas fáceis para lidar com problemas complexos. Entretanto, é relevante para entender comportamentos políticos e o peso de relações estruturais, constituindo categoria útil para os pesquisadores da história recente. As tradições preexistentes impactam as escolhas políticas e impõem certos limites aos agentes. Ainda assim, estes sempre fazem escolhas, portanto, a cultura política não é uma camisa de força. Metáfora melhor seria comparar cultura política a uma moldura, ou a um trilho (Motta, 2018, p. 131).

A cultura política é uma categoria importante e útil para entender comportamentos políticos e como as relações de poder dentro de uma sociedade influenciam as decisões e atitudes dos indivíduos. “Tradições”, “valores pessoais” preexistentes impulsionam as escolhas políticas, sugerindo que a cultura política molda e também se modifica por meio dos interesses e demandas dos agentes políticos. Os limites estruturais – normas, valores e contextos históricos –, orientam as escolhas, mas não as definem rigidamente. Isso indica que, embora a cultura política desempenhe um papel fundamental, ela não aprisiona os indivíduos ou grupos em um caminho sem alternativas (Motta, 2018).

Ao comparar a cultura política a uma moldura ou um trilho, o autor sugere que, embora possua limite as opções, ela permite uma certa liberdade de ação do historiador, uma vez que a “moldura” delimita o espaço de uma obra de arte, sem, no entanto, definir todos os seus detalhes. Ou mesmo acontecendo com os “trilhos” de um trem que guiam a direção, sem restringir completamente a liberdade de movimento.

Em outras palavras, a cultura política oferece direções e constrangimentos, mas ainda deixa espaço para escolhas dentro desses limites. Escolhas que se vinculam a operação historiográfica. Ela propicia o entendimento de que o contexto no qual as escolhas são feitas

não o são de forma determinista, uma vez que os agentes políticos têm a possibilidade de agir de maneira estratégica, criativa e até desafiadora – como é o caso de Deolindo –, dentro dos parâmetros/limites que a cultura política impõe. Assim, ela ajuda a explicar a dinâmica entre tradição e inovação, e como os indivíduos e grupos se movem dentro de um campo com regras e possibilidades específicas, e que o ato da “transgressão” é possível.

Para tanto, é preciso que o historiador verifique os “alvos das narrativas”, “os desvios”, as “estratégias editoriais”, os “dispositivos técnicos e estéticos que conformam materialidade”, os “autores”, o “público”, a “circulação” e a “posição face à censura”, ou seja, problematize a “[...] historicidade inerentes aos impressos enquanto documento.” (Dutra; Mollier, 2006, p. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma época em que o sensacionalismo imperava na imprensa em diferentes regiões do país, desde o Rio de Janeiro até os lugares mais distantes das capitais, as disputas de narrativas políticas tornaram-se cada vez mais singulares no que diz respeito aos elementos que os editores utilizavam para produzir notícias que mesclassem “romantismo” e “realidade”. Era preciso buscar pontos de identificação entre o narrado e o vivido, produzindo assim unidades de sentido, ou seja, conectando o texto à realidade cotidiana.

Foi nesse cenário que os escritos de Deolindo Barreto se inseriram, pois na ânsia de promover uma suposta verdade, ele transitava entre o que era factual e o sensacionalista. Em uma breve análise do jornal *A Lucta*, é possível perceber que havia a evocação de valores e comportamentos morais, quase sempre acompanhados de manifestações de horror frente às práticas políticas de seus “desafetos”. Isso, no entanto, não significou o abandono da sua luta, mas caracterizava o entendimento de Deolindo Barreto acerca das estratégias de comunicação da época, ou seja, dos mecanismos que ele deveria utilizar para alcançar a identificação dos leitores e produzir sentidos de realidades para os acontecimentos políticos daquele momento.

Por isso, apesar de estar inserido em um período em que o jornalismo ainda passava por uma estruturação, o modo como ele conduzia o uso da verossimilhança abria a possibilidade para transformar o jornal em espaço de circulação de novas ideias, o que tornava o trabalho menos solitário, diante das inúmeras colaborações que teve e dos contatos com periódicos de outras regiões do Brasil.

Ao utilizar as páginas de seu jornal para divulgar seus posicionamentos, muitas vezes feitos de forma “calorosa”, *A Lucta* nos ajuda a entender como essas narrativas colaboravam para a construção de uma cultura política fortalecedora/questionadora de uma “sobralidade”. Principalmente, quando se leva em consideração o contexto histórico. E, nessa tentativa de

levar ao povo suas denúncias e críticas, que é usada a palavra escrita. Ela deu a tônica dos discursos políticos daquele que se dizia “opositor” ao *status quo*.

Dito isso, a “verdade” que ele tanto perseguiu, incomodava os adversários, instigava os inimigos “ressentidos” e como “profeta”, ele já antecipava que enfrentaria momentos difíceis – coação, ameaças, vexames, assassinato. O confronto de ideias saiu das letras impressas dos jornais para o “banho” de sangue que culminou com a sua morte, em 1924, durante a eleição municipal em Sobral.

AÇRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

A Lucta – 18 de março de 1919. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720763/per720763_1919_00255.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

BARROS, José D.'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CERRI, Luis Fernando. Interfaces entre cultura histórica e cultura política. **Topoi**: Revista de História, v. 22, n. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3w9PsRNDxnxTrQ7dcVTXmFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. V. 1. [Tradução de Ephraim Ferreira Alves.] 16ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

CURY, Cláudia Engler. Apresentação. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Élio Chaves; CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. **Cultura Histórica e Historiografia**: Legados e contribuições do século XX. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010, p. 7-9.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Introdução. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição o lugar dos impressos na construção da vida política**: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 9-10.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge (Orgs.). **A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Autentêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MELO, Francisco Dênis. **Os intelectuais da academia sobralense de estudos e letras – ASEL** – e a invenção da cidade letrada (1943-1973) / Francisco Dênis Melo. – Recife: O autor, 2013.

MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2010, p. 7-10.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 21 dez. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Domínios e possibilidades na aproximação de Cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. 2ª Edição: Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo oligárquico**: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, Adeliâne Vieira de; SALES, Telma Bessa; DINIZ, Aldiva Sales. PRONERA/UVA: narrativas sobre a formação de professores. **GEOSABERES**: Revista de Estudos Geoeeducacionais, v. 8, n. 16, p. 106-120, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5528/552860751010/html/>. Acesso em 15 jan. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RÉMOND, René. Uma história do presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. p. 13-36.

ROCHA, Thaigo Braga Teles. A fabricação historiográfica mística em Sobral (1922-1991). **ANPUH-Brasil – Anais do 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019. Disponível em:

https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565310153_ARQUIVO_ThiagoRocha-ARTIGOANPUHRevisado.pdf. Acesso em 15 jan. 2025.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. **Sentimentos no Sertão republicano**: Imprensa, conflito e morte – a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908 - 1924). Tese (doutorado em História), UNICAMP, Campinas, 2005. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_33908e59a6a3704fc6deb87b3cc411d7. Acesso em 15 jan. 2025.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. **Saeculum - Revista de História**, ano 13, n. 16, jan/jun, João Pessoa, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11370>. Acesso em 15 jan. 2025.

SOBRE A AUTORA:

Ana Elizabete Moreira de Farias: Doutoranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Mestra em História pela mesma instituição. Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG). Professora Efetiva na área da História na Prefeitura Municipal de Baixio-CE. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO-CNPq-UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9408-9347>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5961928440780504>. E-mail: anaelizabete82@gmail.com. Contribuição de autoria: Interpretação, escrita e revisão crítica.

COMO CITAR:

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. Práticas políticas na imprensa sobralense na primeira metade do século XX: Uma breve discussão sobre cultura política no jornal *A Lucta*. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará**: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 67-81. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-5

Capítulo VI

CARTOGRAFIAS DO MEDO: OS SERTÕES DE SENADOR POMPEU NA ROTA DO CANGAÇO (CEARÁ, 1920) CARTOGRAPHIES OF FEAR: THE BACKLANDS OF SENADOR POMPEU ON THE CANGAÇO ROUTE (CEARÁ, 1920)

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-6

Francisco Wilton Moreira dos Santos *

* Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Mestre Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Ensino de História (PROMINAS) e em História do Brasil (CEAD/UFPI). Graduado em História (Licenciatura Plena) pela FECLESC/UECE. E-mail: professorwill13@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1486-0768>.

1. INTRODUÇÃO

Um magistrado (...) certa vez afirmou que a boca do Cariry era Senador Pompeu. (...), o que queria significar o probo juiz era que em Senador Pompeu começava o domínio pleno do cangaceirismo (O Sitiá, Quixadá de 1926, p. 19).

Os espaços sertanejos da região Nordeste foram descritos, ao longo dos anos, em documentação oficial, nos discursos da imprensa, nas artes plásticas, na música e na literatura. Eles nos foram apresentados sob o signo da violência, do caos, da barbárie, da valentia, da saudade, da luta em defesa da honra, do poder do coronel, da astúcia, da seca e do cangaço (Albuquerque Jr, 2011; 2013). Nos mais diversos suportes, formas de ver e dizer sobre este espaço foram talhadas, escritas e reescritas, contribuindo para a construção e solidificação de uma dada imagem calcada, muitas vezes, em marcas discursivas negativas.

Os sertões foram cartografados de inúmeras formas e em distintos suporte, sobressaindo as imagens que os representavam envoltos em uma atmosfera de atraso, de barbaridade, portanto, na contramão da civilização. A seca, os embates políticos e o cangaço foram temas privilegiados nesse processo de construção da região, considerando-se a cobertura, o tempo e o espaço que a imprensa dedicou as essas temáticas. Nesse sentido, chamamos especial atenção para o cangaço, eleito pelos impressos como inimigo da “civilidade, sem apreço às leis, os lares e a vida de um modo geral” (Santos, 2020, p. 84).

Nos jornais do Ceará, circularam inúmeras notícias que davam conta da movimentação dos cangaceiros e suas violentas incursões nas vilas por onde passavam. Senador Pompeu, por

exemplo, cidade situada na atual região do sertão central cearense, foi constantemente mencionada pela intensa mobilidade de cangaceiros por seus limites. A epígrafe que abre esta seção é ilustrativa dessa tensão, de modo que o espaço percorrido pelos grupos era aludido na imprensa circunscrito pelo caos, a desordem, a violência e pelo medo, peça chave mobilizada pelos impressos para uma cartografia dos espaços sertanejos.

Este capítulo objetiva analisar como o espaço, calcado no medo, é cartografado na imprensa cearense. Na tentativa de compreender a construção do medo sobre os sertões de Senador Pompeu, selecionamos os seguintes jornais do interior e da capital do estado: *A Ordem*, *O Sitiá*, *O Nordeste*, *A Esquerda* e *O Ceará*, todos correspondentes à década de 1920. Estas folhas publicaram, repetidas vezes, notícias que apontavam para uma construção caótica dos espaços limítrofes do supracitado município.

2. SERTÕES TOPOFÓBICOS NO CENTRO DO CEARÁ

De acordo com as informações presentes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Senador Pompeu, município situado na região correspondente ao Sertão Central cearense e afastado cerca de 273 quilômetros da capital do estado, era composto até o ano de 1933, por cinco distritos: Senador Pompeu (distrito-sede), Girau¹, Miguel Calmon², Pedra Branca³ e Tróia⁴. Os municípios limítrofes de Senador Pompeu são: Quixeramobim, ao Norte; Pedra Branca, a Oeste; Cachoeira de Riacho do Sangue (atual Solonópole), a Leste e, mais ao Sul, Maria Pereira (hoje Mombaça). O mapa a seguir nos oferece uma melhor visão dos limites da cidade na década de 1920.

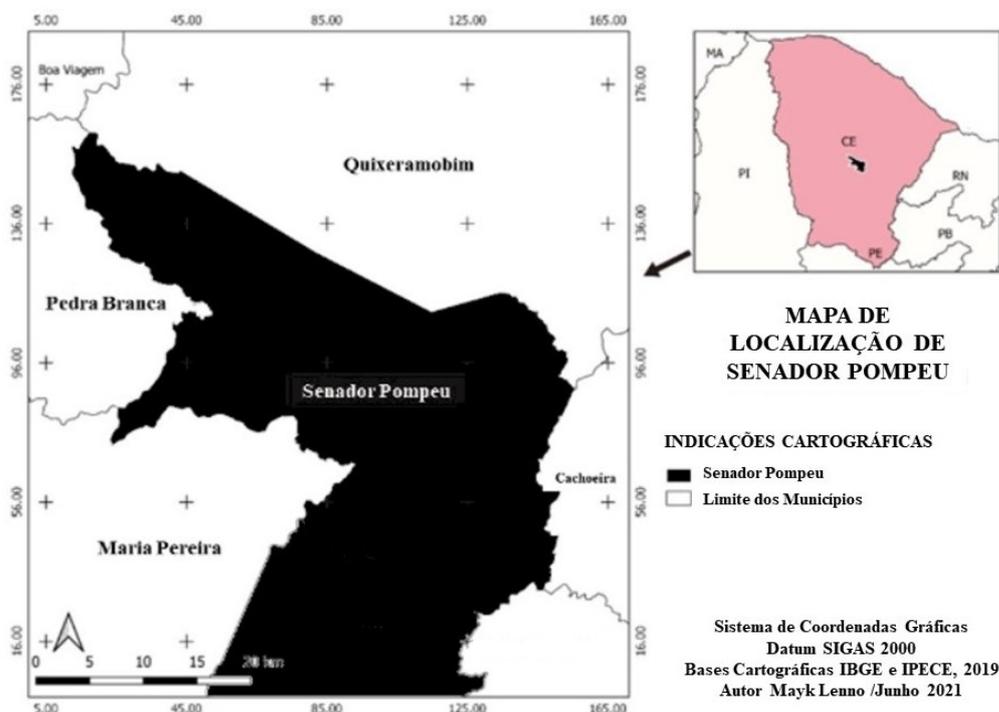
¹ Distante quase 300 km da capital, Fortaleza, a cidade conhecida como Girau, hoje Piquet Carneiro, era parte do território de Senador Pompeu e tornou-se município em 12/07/1957 pela lei estadual nº 3685.

² Hoje, Miguel Calmon corresponde ao distrito Ibicuã, pertencente ao município de Piquet Carneiro, situado aproximadamente a 290 km de Fortaleza.

³ Pela Lei n.º 1.769, de 24 de setembro de 1920, Pedra Branca foi elevada à condição de cidade. Posteriormente, foi rebaixada a povoado (decreto nº 193 de 20-05-1931) e anexada como distrito de Senador Pompeu (decreto nº 1.156 de 04/12/1933).

⁴ Mais tarde, pelo decreto nº 1540, de 03/05/1935, Tróia e Pedra Branca são desmembradas de Senador Pompeu e formam um novo município, Pedra Branca.

Figura 1 – Mapa de Senador Pompeu e seus limites (década de 1920)



Fonte: (Lima, 2021, p. 27). Adaptado pelo autor.

Senador Pompeu foi, durante o início do século XX, um importante polo econômico, tanto pela indústria pastoril, quanto pelo cultivo e beneficiamento do algodão. Estes elementos foram marcantes para o crescimento da cidade e para a formação da sua classe dominante, composta por proprietários de terra e pelos proprietários da cultura algodoeira (Oliveira, 2021). A jovem cidade passava, nesse período, por transformações físicas, como a construção da paróquia e a chegada da luz elétrica, e também morais, mudanças desejadas “para a vida pública e privada da sociedade cidadina que despontava” (Santos, 2022, p. 03).

Destacamos, ainda, a importância da expansão da estrada de ferro de Baturité (EFB), que cortava Senador Pompeu em direção ao Crato, na região sul do estado. A linha férrea transformou não apenas a paisagem cidadina, com maior movimentação e circulação de pessoas e ideias (Gonçalves, Bruno, 2002), mas ampliou, também, o escoamento de mercadorias. Ela transformou os costumes de seus habitantes, permitindo que “entrassem em contato com as culturas das demais cidades do Estado” (Oliveira, 2021, p. 57). O município converteu-se como ponto central do trajeto, parada obrigatória, núcleo de reestabelecimento e pernoite daqueles que utilizavam o serviço ferroviário.

A ferrovia era facilitadora, inclusive, do contato com cidades vizinhas (Quixadá, Quixeramobim, por exemplo) e dentro do próprio município, como Miguel Calmon e Girau (Reis, 2015). Era pelos trens que os principais jornais em circulação chegavam à cidade. Da capital do estado, os exemplares d’*O Ceará*, *O Nordeste* e d’*A Esquerda*, desembarcavam, no

primeiro horário, em Senador Pompeu. Jornais de Quixadá e também de Sobral circulavam na cidade, como *O Sitiá* e *A Ordem*, respectivamente (Studart, 1924). Assim, podemos notar que os debates levantados nos impressos e a circulação de ideias no interior estavam presentes em múltiplos espaços, fazendo circular os discursos materializados nos jornais.

Todavia, em meio aos arranjos de uma cidade que era descrita no rumo do progresso e da civilização, o medo ganhou destaque, nas publicações da década de 1920, a partir da atuação de cangaceiros dentro e fora do município, enfatizando outros (des)arrazos. O cangaço foi noticiado na imprensa como um fator de desarranjo da ordem social e inimigo da civilização, muito pior que a seca, “porque não poupa a própria honra dos lares afflictos” (*O Sitiá*, 20/12/1925, p. 01). Para além das denúncias e da necessidade de combate ao cangaço, a ênfase noticiosa nesse tema também está ligada às transformações da própria imprensa do período.

Nos anos 1920, notamos a modernização da imprensa, a ampliação das tiragens, o melhoramento nas técnicas e o aperfeiçoamento nos recursos linguísticos na composição das notícias. As matérias sobre os crimes ganharam espaço nas folhas. Desordem, caos público e tragédias, isto é, qualquer assunto que fugisse à norma e transgredisse o cotidiano, ganhavam mais atenção dos editores, que exploraram bastante as “notícias de sensação” (Barbosa, 2007). Não é gratuito, portanto, a quantidade de notícias que corroboram para uma instabilidade não apenas em Senador Pompeu, mas em todo o Ceará.

Nesse sentido, opera-se, a partir dos discursos da imprensa, a construção dos espaços sertanejos de Senador Pompeu em sertões da (des)ordem, convertendo-os em espaços topofóbicos (Tuan, 2012), (re)produzindo imagens de medo e aversão. É importante mencionar “o monopólio de sentidos” que se constrói na imprensa sobre os sertões, mobilizando, com frequência, o binômio cidade/interior, civilidade/barbárie (Alves, 2020). Assim, imperava, em sua descrição, a presença da valentia, o uso da força, o poder dos mandões, a defesa da honra e o crime, portanto, um espaço do medo marcado pela frágil presença do Estado.

Um exemplo ilustrativo desses elementos em Senador Pompeu, como membros da elite rural e expoente de relevo político, é a família Ferreira Magalhães, em especial José Ferreira Magalhães. Residente na vila Contendas, em Miguel Calmon, o coronel, mais conhecido pelo apelido “Zequinha das Contendas”, era Filho de Severino Ferreira de Magalhães e Maria Leodona de Magalhães e tinha como irmãos Ananias, Fenelon e Philemon Magalhães, sujeitos que se tornaram chefes políticos de prestígio na região.⁵

⁵ Zequinha foi prefeito de senador, entre os anos de 1922 e 1926, e apoiou o seu filho, Franco Magalhães, para a gestão seguinte, em disputa nas eleições de 1926 com Philemon Benevides Magalhães, seu sobrinho. Ambos de

O “Zequinha das Contendas” era apontado, em alguns jornais, como poderoso “chefe de cangaço” no município e como homem truculento versado no uso da violência para a resolução dos conflitos. Não são poucas as notícias das ações de “Zequinha com o seu sequito sinistro” (*A Esquerda*, 08/03/1928, p. 01). Essas notícias ajudaram na construção de imagens topofóbicas e de instabilidades em Senador Pompeu e adjacências. Em Miguel Calmon, por exemplo, os passageiros e os trens eram vigiados por homens armados e os vagões invadidos por cangaceiros do coronel Zequinha (*O Ceará*, 10/04/1928). A população mais pobre, guiada pelo medo diante de alarmantes notícias, fugia para longe em busca de garantias de vida. Desse modo, eram as cartografias do medo que demarcavam Senador Pompeu e seus limites nos impressos, sobressaindo, assim, os (des)arranjos diante da imagem inicial de civilização e progresso.

3. IMPRENSA, CANGAÇO E MEDO EM SENADOR POMPEU

A imprensa é um poderoso suporte quando pensamos na fabricação de sentidos para sujeitos e lugares. Ela atua, a partir da repetição e da naturalização de determinadas temáticas, na construção de memórias coletivas e esquecimentos e influencia na visão imediata da realidade (Santos, 2020). Os jornais da capital tinham grande número de colaboradores em várias cidades do interior do estado, como Senador Pompeu, Quixeramobim, Pedra Branca, Morada Nova, Tamboril, Granja, Sobral, Camocim, Acarape, Pacatuba e Quixadá, exemplos da extensa rede de correspondentes de que dispunham os jornais *A Esquerda*, *O Ceará* e o *Nordeste*.

Os jornais aqui analisados são de diferentes filiações e, portanto, denotam diferentes objetivos na construção das notícias. Da capital do estado, *O Nordeste* foi um periódico que surgiu em Fortaleza no ano de 1922. Fundado por Dom Manoel da Silva Gomes (1874-1950), era ligado à arquidiocese da capital e defendia, em suas páginas, os interesses da Igreja Católica e a importância da circulação dos ideais religiosos no Ceará. Na primeira página, o jornal contava com seções destinadas aos “avisos eclesiásticos” e festas relacionadas à Igreja e algumas transcrições de mensagens enviadas à Assembleia Legislativa.

A Esquerda é fruto dos ideais comunistas de Jáder de Carvalho. Com uma escrita ácida e combativa, o seu jornal foi empastelado e fechado em agosto de 1928 e só voltou a ser impresso na década de 1930. Posteriormente, o jornalista foi preso, permanecendo detido por quase um ano, sob acusação de difundir ideias marxistas. Independente e noticioso, o diário era diagramado em colunas e com uma média de quatro páginas em cada edição. O número do dia

facções políticas rivais, Philemon Magalhães saiu vitorioso. Talvez, esse fato tenha intensificado algumas das animosidades entre os irmãos.

podia variar entre \$ 200 e \$ 400 réis e sua assinatura anual custava 40\$000. Nas primeiras edições, abaixo do título da folha, pode-se ler: “Diário de Combate”.

O Ceará insere-se no grupo de folhas que não dependem de partidos ou da Igreja Católica para sua manutenção. Ele se firma como um veículo destinado a disseminar as ideias sociológicas de seu fundador, Júlio de Matos Ibiapina. O primeiro número do diário circulou com 20 páginas, mas normalmente se editava com quatro, que, dependendo da discussão levantada, chegava a seis, oito ou dez páginas. No ano de 1928, o jornal teve uma tiragem média de 900 exemplares e era diagramado em três ou quatro colunas, com a primeira página destinada aos comentários locais, situação política dos municípios do interior e as disputas eleitorais.

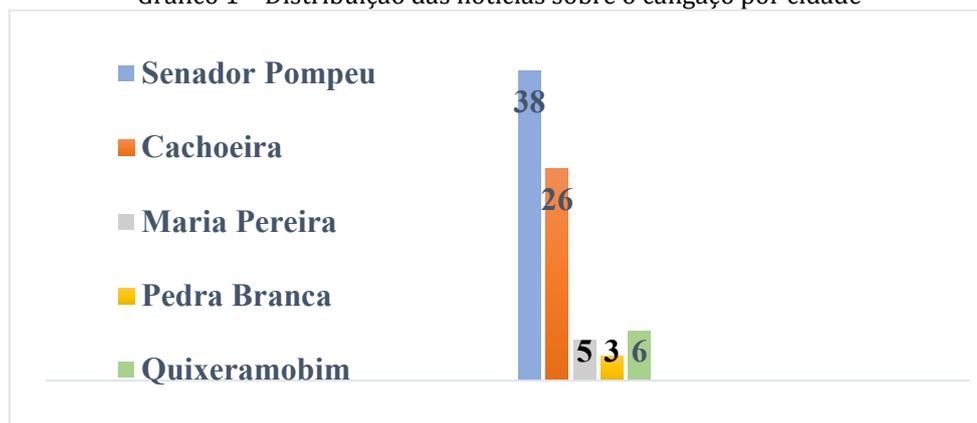
Do interior do estado, destacamos, na cidade de Quixadá, o jornal *O Sitiá*, sob direção e propriedade de Nery Alves de Sousa. Seu primeiro número saiu em 1924 e a última publicação em 1927. Seus números eram impressos com uma média de quatro páginas e diagramado em quatro ou cinco colunas. *O Sitiá* declarava-se “apartidário”, “independente” e “noticioso”, destoando de alguns jornais interioranos. O destaque político, no entanto, também estampava suas páginas. Em algumas matérias, por exemplo, era nítida a sua defesa do desembargador Moreira da Rocha, então presidente do Ceará.

O jornal *A Ordem* foi uma folha política que circulou semanalmente com tiragem média de 600 exemplares. Sua assinatura anual, inicialmente, custava 10\$000, podendo o assinante optar por um plano trimestral no valor de 2\$500. Com redação e oficinas próprias, o jornal era diagramado, inicialmente, em quatro colunas, e cada edição saía em média com quatro páginas, o que podia variar em datas comemorativas. Fundado em 7 de setembro de 1916, serviu como órgão oficial do Partido Republicano Conservador de Sobral e suas últimas edições circularam no início da década de 1940.

Podemos, assim, ter uma dimensão da circulação e do alcance dessas folhas e dos enormes esforços de inúmeros grupos para fazer circular ideais e projetos através da palavra escrita. Em pouco tempo, se observou o potencial político desse veículo.⁶ As elites, em especial, controlavam e disseminavam por meio de “folhas do Ceará seu projeto de poder” (Santos, 2020, p. 138). Não foi gratuita a forma como Senador Pompeu e seus limites foram noticiados, chamando atenção com letras garrafais para as ações de cangaceiros. O gráfico a seguir nos oferece uma dimensão da distribuição dessas notícias.

⁶ Os trabalhadores também se empenhavam na leitura do mundo a partir dos jornais com a fundação de jornais operários, além de outras estratégias, como leituras compartilhadas em voz altas nas praças e cafés, por exemplo (Gonçalves, Silva, 2000).

Gráfico 1 – Distribuição das notícias sobre o cangaço por cidade



Fonte: (BNDigital; Instituto Histórico do Ceará; BECE). Organizado pelo autor.

Em todos os periódicos analisados, o cangaço aparece como tema marcante em suas páginas em momentos diversos e também em partes diferentes nos jornais. São centenas de matérias explorando a violência, o medo e a ineficácia da segurança pública no Ceará. Restringindo ao nosso recorte, temos 78 notícias sobre a ação de cangaceiros em Senador Pompeu e nos municípios adjacentes. Apesar de os números não serem tão expressivos quanto os presentes nas regiões do Cariri, eles nos oferecem pistas para pensarmos a movimentação desses sujeitos nos sertões da referida cidade.⁷

O primeiro ponto a ser observado é que a grande ocorrência de notícias em Senador Pompeu refere-se, na maior parte, ao distrito de Miguel Calmon. De Sobral, por exemplo, chega a notícia do “crime horroroso” cometido por cangaceiros contra uma família residente naquelas proximidades. Os bandidos, diz a matéria, saquearam a casa e roubaram “joias, roupas, redes”, além de surrar “barbaramente o vaqueiro Francisco Salviano” e espancar “igualmente, João Cruz, sua esposa de 66 anos de idade e um filho do casal” (A Ordem, 20/08/1927, p. 04). O jornal *A Esquerda* sentencia: Miguel Calmon se converteu em “um dos terríveis e perigosos antros do Nordeste” (A Esquerda, 13/03/1928, p. 01).

Com relação às muitas notícias referentes à Cachoeira, município vizinho, elas mencionam a movimentação de cangaceiros em fuga após o fracassado ataque de Mossoró. De passagem por Limoeiro do Norte, Massilon e uma parte do grupo atravessou o Baixo Jaguaribe, atuando, principalmente, nos sertões de Riacho do Sangue e em Cachoeira. A maioria das notícias são reproduções de telegramas dos comandantes das Volantes⁸, força policial que os

⁷ É importante mencionar que não temos notícias que Senador Pompeu tivesse um jornal próprio no período. Assim, as informações sobre a cidade foram publicadas em outros periódicos a partir da vasta gama de colaboradores que esses veículos possuíam no município.

⁸ A Força Volante era o grupo de soldados encarregados da perseguição de cangaceiros e algumas delas eram compostas por seus inimigos (Falcão, 2018; Gueiros, 1953).

perseguiu, como este publicado no jornal *O Nordeste*: “CACHOEIRA, 19 – (...) O grupo de bandidos de Massilon continua a fazer depredações e roubos” (*O Nordeste*, 20/09/1927, p. 01).

Como se pode observar, a partir dos exemplos citados, o medo é um dos principais elementos mobilizados nos impressos na definição dos espaços e sujeitos que compõem a paisagem sertaneja citadina e, principalmente, rural, de Senador Pompeu. Lançando mão das chamadas “notícias de sensação” (Barbosa, 2007), os jornais usaram recursos linguísticos e apelo aos sentimentos do público na elaboração de notícias sobre a “marcha dos bandidos” nesses territórios, contribuindo para criar um clima de insegurança e medo (Santos, 2023). Medo disseminado como forma de controle, de definição do outro e dos espaços, como um efeito das relações de poder (Foucault, 1999). A seguir, discutimos mais detalhadamente como o medo foi utilizado para cartografar esse espaço.

4. SENADOR POMPEU E A CARTOGRAFIA DO MEDO NOS IMPRESSOS

O cangaço ganhou bastante destaque na cobertura jornalística do período, seja pela ampliação dos grupos de cangaceiros pelos sertões (Pericás, 2010; Mello, 2011), seja pelo avolumado das tiragens e venda das folhas a partir do apelo às “notícias de sensação” (Barbosa, 2007). O fato é que as notícias de violência e medo estampavam quase diariamente as os principais jornais em circulação, cartografando o sertão como espaço do caos, da barbárie e da morte. As matérias contribuíram para essa forma aterrorizante de ver e dizer os sertões: imersos em um sentimento de insegurança constante, de angústia e ansiedade “estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo” (Delumeau, 2009, p. 23),

O medo aparece nos escritos como um dos traços de definição dos sertões. Ele age como mediador entre o sujeito e o seu mundo. Desse contato, se estabelecem significados sobre o espaço mediado pela experiência, fundando paisagens topofóbicas (Tuan, 2005), isto é, imagens que indicam aversão, repulsa e horror. Em Senador Pompeu, um sertão topofóbico é evocado com frequência em discursos de jornais das primeiras décadas do século XX. Essas elaborações não são ingênuas, mas fruto de relações de poder e, portanto, precisam ser desnaturalizadas.

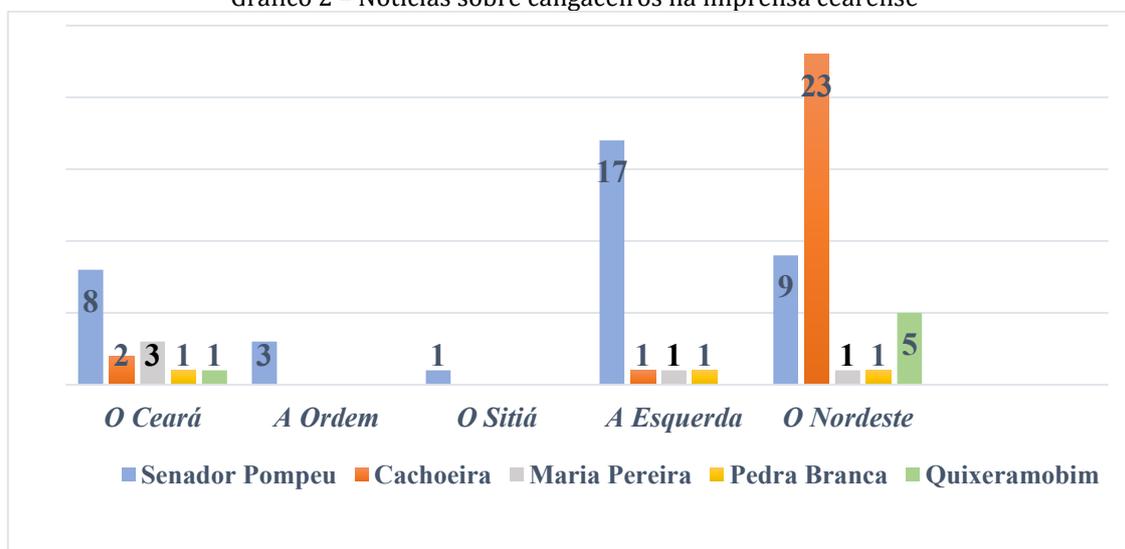
Partimos, pois, da ideia de que ao se escolher o cangaço como ênfase noticiosa, os periódicos estabelecem relações de poder, demarcam e segregam, afinal, conforme Albuquerque Jr, “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (Albuquerque Jr, 2008, p. 198). Portanto, a linguagem escolhida e os termos adotados remetem a ideologias materializadas nos impressos. Estes escritos fornecem uma imagem que envia e recebe mensagens “ao mesmo tempo em que reproduz e comunica um poder político” (Finatto, Farias,

2021, p. 7-8), influenciando diretamente no entendimento sobre a sociedade. A descrição que o jornal *O Ceará* fez de Senador Pompeu e seus municípios vizinhos é bastante elucidativa

Miguel Calmon continúa sendo o coito de grande numero de celebres criminosos, dentre os quaes podemos citar: Manoel Pelado, autor de duas mortes e pronunciado em Pedra Branca; os irmãos Vieiras, autores de tres mortes em Maria Pereira; José Côco (cangaceiro de Lampeão); Pery de tal, autor de morte em Affonso Penna; Amaro Bezerra, autor de uma morte em Giráo; Abilio e José Miudo, autores da morte de dois soldados em Giráo; Duca Theodosio, Antonio Piauhy, Zim Paulino, Severino Piaba, Nequinho, Manoel Sapateiro, Torquato, João Maxixe, Brasil Pereira e Pedro Cabelludo, autores do trucidamento do infeliz José Alves; os Hilaros, autores de diversas mortes; Fortaleza, autor de duas mortes em Maria Pereira e outros, de que não temos os nomes. Diz-se ainda que Massilon e José Galvão, permanecem tambem em Miguel Calmon (*O Ceará*, 27/07/1928, p. 08-09).

No mapa do medo elaborado pela imprensa cearense, há inúmeras associações entre cangaço, medo e violência nos sertões, pois “de Senador Pompeu para lá é o estado do Cariri, e começa o plano inclinado da morte” (*O Nordeste*, 06/05/1927, p. 05), indicando quase nenhuma diferença entre as regiões, homogeneizando-as através do terror. Essa mesma linha de interpretação é sugerida pelo jornal *A Esquerda* ao mencionar a fase de “insegurança e anarchia” que atravessava o Ceará: “Ninguém, dentro das fronteiras do Estado, ignora, outrossim, que Missão Velha, Miguel Calmon, Joaseiro e Ipyranga constituem antros de cangaço, perigosos á ordem publica” (*A Esquerda*, 05/03/1928, p. 01). No gráfico a seguir, podemos visualizar a distribuição das notícias nos jornais analisados.

Gráfico 2 – Notícias sobre cangaceiros na imprensa cearense



Fonte: (BNDigital; Instituto Histórico do Ceará; BECE). Organizado pelo autor.

As informações presentes no gráfico indicam que Senador Pompeu foi a cidade de onde partiram a maior quantidade de notícias sobre a atuação e/ou circulação de cangaceiros. Foram, ainda, os jornais da capital que publicaram mais matérias sobre a temática, destacando-se *O*

Ceará (44,7%), seguido pelo *O Nordeste* (23,5%) e a *Esquerda* (21%).⁹ A preocupação que a temática recebe está associada também ao processo histórico no qual a produção das notícias está imersa (Santos, 2020). Nos anos 1920, houve um aumento dos bandos armados e independentes nos sertões, crescendo também a sua audácia, com ações mais violentas, ampliando o sentimento de insegurança e de ineficácia na repressão da força policial, cada vez mais desacreditada.

A exploração de cangaço como tema noticioso revela ainda o medo, em especial das elites citadinas, haja vista que a produção e circulação dos jornais, muitas vezes, tinha um público definido que se desejava alcançar. Elas serviram como instrumento de denúncia e ataque aos adversários políticos, nos momentos de pleito, como forma de desmoralização, acrescentando a eles a pecha de incivilizado, rústico, cioso do mando. Não foram poucos os escritos que denunciavam os chefes dos potentados rurais como responsáveis pela perpetuação do cangaço nos sertões.¹⁰ Desse modo, cartografar os sertões a partir da imprensa “parte de um sistema de signos políticos” que fornecem mapas criados e guiados “pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual” (Harley, 2009, p. 20).

Enquanto Miguel Calmom, em Senador Pompeu, é descrito como refúgio dos “bandidos profissionais” que causam “toda a sorte de depredações e crimes” nas “cercanias de Miguel Calmon” (A Esquerda, 13/03/1928, p. 01), os municípios de Cachoeira, Pedra Branca e Quixeramobim aparecem, durante a década de 1920, como rota de passagem dos cangaceiros, em especial Massilon Leite. Em matéria publicada no jornal *O Nordeste*, pergunta-se: “Massilon estará no município de S. Pompeu?”. Sem esperar a confirmação, o Prefeito de Pedra Branca telegrafia “, requerendo (...), com urgência, a ida de um contingente para garantir a população da villa” (O Nordeste, 03/05/1928, p. 08).

Constrói-se, assim, identidades e alteridades regionais a partir da cartografia social e descrição dos espaços que aqui analisamos. Ora, estas imagens são reforçadas e exploradas por outros agentes sociais, como o Folclorista Leonardo Mota, em seu livro *Sertão Alegre*, ao afirmar, em matéria presente n’*O Ceará*, que “Miguel Calmon é um Reducto; Senador Pompeu, uma praça de guerra...” (O Ceará, 14/08/1928, p. 07). Partindo do excerto, reforçamos, com Albuquerque Jr (2011), que não são apenas “os fatores naturais que definem, que dão

⁹ Boa parte das notícias sobre o cangaço em Senador Pompeu estão associadas ao coronel Zequinha das Contendas, colocando-o como o principal agitador e protetor de cangaceiros na região.

¹⁰ Não negamos a importância das redes de relações estabelecidas por inúmeros cangaceiros com poderosos da região como forma de manutenção da vida cangaceira. Todavia, é importante acrescentar que políticos importantes também aparecem com elo forte nessas alianças, isto é, a realidade é muito mais complexa do que pressupõem alguns esquemas simples de explicação.

identidade (...). São os fatores históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como ‘consciência’” (Albuquerque Jr, 2011, p. 89-90).

As estratégias utilizadas na composição das notícias se repetem, como bem podemos observar, valendo-se das sensações do mistério, chamando atenção para os detalhes das “scenas de revolante vandalismo” diuturnamente “praticadas na cidade de S. Pompeu, á luz do dia” (O Ceará, 02/08/1928, p. 06). Sangue, papel e tinta são mobilizados na elaboração desta cartografia do medo na descrição de Senador Pompeu, seus limites e os sujeitos que ali habitam, soterrando, em partes, o discurso de progresso que se argumentava no início da década.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos ao longo deste capítulo, as notícias sobre o cangaço oferecem uma gama de possibilidades de análises, evidenciando, ainda, a riqueza do trabalho com a imprensa como forte e/ou objeto de pesquisa. Jornais de posição políticas diversas formularam seus significados acerca dos cangaceiros e dos sertões, explorando as “notícias de sensação”, a violência e o medo. Esta exploração possibilitou a ampliação das matérias que passaram a estampar as folhas de abertura dos principais jornais em circulação, muitas delas se estendendo para outras páginas.

As ações dos grupos de cangaceiros descritas na imprensa cearense apontam para uma complexa rede de sujeitos e de significados. Estes significados foram elaborados dentro das conjunturas nas quais viveram e mediados por suas experiências diante de um contexto de ampliação e mercantilização da imprensa, com novas técnicas e recursos linguísticos mais aprimorados. Diante do potencial político desse veículo, muitos grupos se esforçaram para fazer circular ideias e projetos através da palavra escrita, especialmente, diante do seu poder de atuação na construção de memórias coletivas.

Com maior expressividade durante a década de 1920, a ênfase noticiosa no cangaço nos permitiu a análise das estratégias usadas pelos impressos para cartografar o espaço sertanejo, em especial, Senador Pompeu e seus limites, calcadas no medo, o que nos possibilitou (re)compor uma história possível mediada pelas nossas fontes. Os espaços possuem historicidade e as formas de ver e dizer sobre eles atendem a projetos políticos e a relações de poder específicas de cada momento histórico.

Os discursos materializados na imprensa cearense sobre o cangaço em Senador Pompeu ofereceram um cenário diferente daquele que se projetava para a cidade, isto é, do avanço econômico e social. Ao contrário, nos impressos analisados, imperava um sertão topofóbico, do caos e da barbárie. Os sertões de Senador Pompeu e adjacências foram convertidos em um

mapa do medo, cujos tracejados foram pintados com as cores rubras do sangue pela imprensa cearense do período.

FONTES

Jornais consultados

A ESQUERDA. O crime de Miguel Calmon. **A Esquerda**. Fortaleza, 08 mar. 1928. p. 01-02.

A ESQUERDA. Os acontecimentos de Girão. **A Esquerda**. Fortaleza, 13 mar. 1928. p. 01.

A ESQUERDA. Tenhamos pudor! **A Esquerda**. Fortaleza. 05 mar, 1928. p. 01.

A ORDEM. Crime horroroso. **A Ordem**. Sobral, 20 ago. 1927. p. 04.

O CEARÁ. A Situação em Miguel Calmon. **O Ceará**. Fortaleza, 10 abr. 1928. p. 01.

O CEARÁ. Aspectos do cangaceirismo – Miguel Calmon em Fóco. **O Ceará**. Fortaleza, 27 jul. 1928. p. 08-09.

O CEARÁ. Do ultimo livro de Leonardo Motta. **O Ceará**. Fortaleza, 14 ago. 1928. p. 07.

O CEARÁ. Dois antros de crimes: Miguel Calmon versus Senador Pompeu. **O Ceará**. Fortaleza, 02 ago. 1928. p. 06.

O NORDESTE. A situação no interior do Estado. **O Nordeste**. Fortaleza, 06 mai. 1927. p. 05.

O NORDESTE. Massilon estará no municipio de S. Pompeu? **O Nordeste**. Fortaleza, 03 mai. 1928. p. 08.

O NORDESTE. Massilon ressurgue na zona Jaguaribana. **O Nordeste** Fortaleza, 20 set. 1927. p. 01.

O SITIÁ. Guerra de Morte ao Banditismo. **O Sitiá**. Quixadá, 20 dez. 1925. p. 01-03.

O SITIÁ. O Cedro e o Cangaceirismo. **O Sitiá**. Quixadá, 06 ago. 1926. p. 10.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez. 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Elder Patrick Maia. Violência e masculinidade: o sertão nordestino e a construção de um monopólio de sentido. *In*: LIMA, Caroline de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho Britto; MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira Outros Olhares sobre o Sertão Nordestino: Gênero, Masculinidades e Subjetividades. Salvador: EDUNEB, 2020.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FINATTO, Roberto Antônio; FARIAS, Maria Isabel. A Cartografia Social como recurso metodológico para o ensino de Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, p. 1-28, jan./mai, 2021.

FALCÃO, Marcilio Lima. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 321f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUEIROS, Optato. **Lampeão**: memória de um oficial ex-comandante de volante. 2ed. São Paulo: Linográfica, 1953.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, E. Jorge. **A Imprensa Libertária no Ceará 1908-1922**. São Paulo: Imaginário, 2000.

GONÇALVES, Adelaide. BRUNO, Allysson. (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002.

HARLEY, Brian. Mapas, Saber e Poder. **Confins Online**, [S. l], n.5, p. 1-24, set., 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 19 ago. 2021.

LIMA, Mayk Lenno Henrique. **Sempre há esperança após a Cerca e a Seca**: a patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu-CE. 2021. 141f. Dissertação (em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **“A lei e o direito são produtos do seu tempo”**: a instituição da justiça e os operadores do direito na espacialidade sertaneja cearense (1890 a 1940). 2021. 264f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo**: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará. 2015. 403 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. A Espacialização do Medo nos Jornais do Ceará: os caminhos dos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró (1927). In: SANTOS, E. dos. (Org.). **História dos Sertões**: Brasil profundo. 1ed. Aracaju, SE; Caicó, RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023 (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 5). p. 167-182.

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. “Desarmado, desonrado e humilhado”: Zequinha das Contendas e as tramas do poder local (Senador Pompeu-CE, 1928). **Revista Escrita da História**, [S. L.], Ano IX, vol. 9, n. 18, p. 1-18, jul./dez. 2022.

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, 2020.

STUDART, Guilherme de. **Para uma História do Jornalismo Cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Moderna, 1924. (Coleções da Universidade da Flórida Digital). Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu//AA00000264/00001>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: EDUNESP, 2005.

SOBRE O AUTOR:

Francisco Wilton Moreira dos Santos: Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Mestre Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Ensino de História (PROMINAS) e em História do Brasil (CEAD/UFPI). Graduado em História (Licenciatura Plena) pela FECLESC/UECE, onde atua como professor temporário no curso de História. E-mail: professorwill13@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1486-0768>.

COMO CITAR:

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. Cartografias do medo: os sertões de Senador Pompeu na rota do cangaço (Ceará, 1920). In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará**: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 82-95. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-6

Capítulo VII

JUDICIÁRIO E RELAÇÕES DE GÊNERO: O CASO DE JOSÉ ROSA E MARIA PERPÉTUA (CEARÁ, 1930)

JUDICIÁRIO E RELAÇÕES DE GÊNERO: O CASO DE JOSÉ ROSA E MARIA PERPÉTUA (CEARÁ, 1930)

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-7

Lucas Pereira de Oliveira *

* Professor da Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, campus da Universidade Estadual do Ceará. Doutor em história, área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. E-mail: lucasp.oliveira@uece.br. Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/0128508366018851>

1. INTRODUÇÃO

O fundamental em cada história abordada não é ‘descobrir o que realmente se passou’ [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso (Chalhoub, 1986, p. 22-23).

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante. Esse recorte sensível não pode ser compreendido em linha reta e/ou numa cronologia evolutiva a ser seguida. Ele se desdobra em outros tempos construídos por narrativas. O historiador, nesse sentido, torna-se o artífice dessa construção. As evidências são um desses rastros que o historiador transforma em fonte, capaz de nos ajudar a estabelecer vínculos de identidade individual e coletiva, além de formular mediações entre presente e passado. A dinâmica entre lembrar (momentos felizes) e esquecer (momentos de dor), cuja significação não se restringe à individualidade, se relaciona a todo o grupo social. Diante disso, trabalhar com a questão da violência não é uma tarefa fácil, mas é extremamente importante, haja vista, que em todos os tempos e em todas as sociedades, a violência esteve presente, sejam em forma de guerras, saques, homicídios, violências patrimoniais ou simbólicas, defloramentos entre outras.

Assim, neste capítulo, buscamos problematizar, a partir do processo judicial de Maria Perpétua da Silva contra José Rosa, as nuances das práticas da justiça, as relações de gênero e as ações de violência sexual cometidas na comarca de Senador Pompeu, no Ceará, no início do século XX.

Em nosso horizonte teórico, buscamos nos aproximar dos estudos de gênero. Compreendendo assim que as relações de poder são fixadas em desigualdades, orientadas a efeitos de subordinação e dominação. Para Scott, por exemplo

inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (Scott, 1989, p. 3).

Metodologicamente, nos aproximamos da abordagem da micro-história, por entendermos que ela nos possibilita avistar aquilo que escapa à macro-história, por este estar imersa a uma redução de escala de observação. Ao paradigma indiciário, portanto, Ginzburg nos assevera que este se dá pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1989, p. 152).

Por se tratar de fontes que aparentemente estava, por muitos anos, lançadas às mãos apenas dos operadores do direito, as fontes judiciais apresentam uma importância grandiosa, por ser capaz de tratar da história também de sujeitos comuns. Segundo Chalhoub (2005), o interesse pelas fontes judiciais remonta às décadas de 1960 e 1970, quando os historiadores passaram a buscar fontes de pesquisa diversificadas que pudessem contar a história a partir da perspectiva de grupos sociais silenciados. Entretanto, é necessário que possamos compreender a sua lógica de construção, tendo em vista a pluralidade de atores e temporalidades numa mesma ação penal.

Num primeiro momento, portanto, fizemos o processo de transcrição do material, que estava localizado no Fórum Dr. Francisco Barroso Gomes, na cidade de Senador Pompeu-CE. Esse processo iniciou-se com a autorização, registro fotográfico e posterior transcrição dos documentos.

De modo padronizado, a ação penal (dependendo da tipificação) inicia com o inquérito policial, realizado pela autoridade policial. Após o recolhimento das provas e depoimentos, esse material é encaminhado, com um relatório, ao Poder Judiciário, para posterior oferecimento da denúncia e/ou arquivamento do caso. Apreciado pelo magistrado, o processo é encaminhado ao Ministério Público e depois reencaminhado ao juízo. Após esta etapa, dar-se início a uma série de procedimentos, tais como: citação do réu, defesa do advogado, audiência de oitiva de testemunha, audiência de instrução e julgamento, alegações finais do Ministério Público e

defesa, para então ser exarada a sentença. Logo após, e obedecido o prazo legal, o processo enfim é transitado em julgado, e o réu, caso condenado, tenha sua pena iniciada, se for o caso.

Todos esses procedimentos foram observados com atenção na tentativa de visualizar cada indício que pudéssemos compreender as nuances das práticas da justiça, as relações de gênero e as ações de violência cometidas na comarca de Senador Pompeu, no Ceará, no início do século XX.

A estruturação desse capítulo obedece às reflexões iniciais nesta introdução, constando o aporte teórico e metodológico que abarca o presente estudo e as partes seguintes, que traz à luz um caso sobre a construção do crime de defloração, discutindo a historicidade do Poder Judiciário, as relações de gênero construídas na sociedade cearense e as cenas dos conflitos dos sujeitos comuns e, por conseguinte, o desfecho desses dramas para ambas as partes, envoltas as relações desiguais entre os gêneros.

2. A HISTORICIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Victor Nunes Leal, em seu clássico estudo voltado à análise das indicações sobre a estrutura e o processo do coronelismo brasileiro, destacou que “(...) a legislação portuguesa, no período colonial do Brasil, demarcava imperfeitamente as atribuições dos diversos funcionários, sem a preocupação de separar as funções por sua natureza” (Leal, 1997, p. 181). Nesse sentido, os poderes administrativos e judiciais eram realizados pela mesma autoridade. Sem funções separadamente definidas, a prática jurisdicional era exercida pelo governador-geral, representante da coroa portuguesa, auxiliado pelo provedor-mor, responsável pelos assuntos financeiros do tesouro na colônia e ainda pelo ouvidor-mor, encarregado prioritariamente das colocações jurídicas.

É nessa conjuntura de miscelânea de funções e competências, onde a prática jurídica estava atrelada diretamente à administração/legislativo, ocorreu há necessidade de garantir seu domínio sobre as práticas sociais dos sujeitos, dessa forma, os primeiros tribunais foram instituídos com o nome de Tribunal de Relação. Assim, a rede judiciária começa a se complexificar, apesar da justiça permanecer arcaica e caótica, como descreveu Caio Prado Júnior.

De acordo com Prado Junior (1996)

Justiça cara, morosa e complicada; inacessível mesmo à grande maioria da população. Os juízes escasseavam, grande parte deles não passava de juízes leigos e incompetentes; os processos, iniciados aí, subiam para sucessivos graus de recurso: Ouvidor, Relação, suplicação de Lisboa, às vezes até Mesa do desembargo do Paço, arrastando-se sem solução por dezenas de anos (Prado Júnior, 1996, p. 332).

Ao ambientar sua pesquisa na administração da justiça colonial ele alcançou fragilidade com que os assuntos referentes à justiça eram tratados, como, por exemplo, a lentidão na resolução dos eventos, a assiduidade efetiva dos chefes locais e senhores de terra nessa imbricada rede, assim como a influência direta da Coroa portuguesa. Pela grande extensão territorial do Brasil, a administração da justiça era confusa, lenta e permeada de influências, necessitando assim de grandes investimentos para ter seu aprimoramento realizado.

Até 1751, o Brasil só possuía um único Tribunal de Relação, localizado na Bahia. É quando foi rediscutido as funções judiciárias, passado a reconfigurar sua estrutura em “pela Relação da Bahia, que comportaria as comarcas do norte, e pela Relação do Rio de Janeiro, responsáveis pelas comarcas do Sul” (Carvalho, 1996, p. 158). Apesar desse acanhado avanço, as elites políticas continuaram a ter influências, assim como ainda atrelados diretamente a Portugal. O que significava que as decisões proferidas por estes tribunais poderiam ser desconsideradas ou modificadas pela Casa de Suplicação, instância superior instalada desde 1382 em Lisboa, cujo primeiro regimento data de 1521.

De modo geral, a direção da justiça no período colonial foi assinalada por três etapas. Na primeira fase, sob o regime das capitânicas, o comando da justiça era dos juízes ordinários e almotacés, nomeados pelos donatários, cuja característica marcante tratava-se da pessoalidade, morosidade e informalidade. Na segunda etapa, assentadas pelas governadorias gerais, o aparelhamento judiciário foi regulado pelas Ordenações Filipinas. Com a vinda da Corte de D. João VI em 1808, o judiciário ganhou novas características, pois mais Tribunais começaram a ser instituídos em mais locais, como o do Maranhão e outro de Pernambuco. Diversificando também novas instituições como o Supremo Conselho Militar e Justiça, Tribunal da Mesa e da Consciência e Ordens, Intendência Geral de Polícia e Juizados privativos (Almeida, 1996).

Segundo Johann (2006):

a estrutura judicial nos primeiros tempos primava pela simplicidade e informalidade. Mais tarde, e como decorrência da sofisticação dos costumes, ou da intensificação da presença do Estado na vida cotidiana dos habitantes, foram criadas novas funções ligadas à estrutura judicial, bem como novas formas procedimentais, que, em última análise, ensejaram o surgimento de verdadeira burocracia judicial (Johann, 2006, p. 32).

A partir daí, novos instrumentos foram sendo instaurados, um exemplo disso foi a primeira Constituição do Brasil, em 1824, o Código Criminal em 1832, que instituída “O Poder Judicial independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quaes terão logar assim no Cível, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Codigos determinarem” (Brasil, 1832). Entretanto, a mudança mais visível foi realizada em 1871, quando houve uma mudança

substantial no que se refere ao desempenho judicial, com a diversificação de mais Tribunais, inclusive o do Ceará.

Instituído em 1 de julho de 1874, o presidente da província do Ceará, Barão de Ibiapina, assinou junto das autoridades da União, o decreto que significou uma “profunda alteração no modo e no sentido da composição dos Poderes, Executivo e Legislativo; entretanto, o mesmo não ocorreu quanto à investidura e à atuação dos membros do judiciário” (Schneider, 2007, p. 12).

Acompanhado de novas mudanças, em 1891 foi instituída a primeira constituição republicana, marcadamente influenciada pelas ideias liberais dos Estados Unidos. Nela houve a substituição do centralismo que outrora o Império impôs para o federalismo, que deu aos Estados uma autonomia que se distribuíram entre eles e os municípios. Para Neves (2008), essa nova constituição traz como suas marcas principais “(...) a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo, o estabelecimento dos três poderes, a separação entre a Igreja e o Estado e a definição do critério da alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a voto” (Neves, 2008, p. 35).

3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA INSTITUÍDA

Para discutir as relações de gênero é importante compreendê-las como uma construção social e cultural. Essa tendência surge exatamente como oposição a um certo determinismo biológico atribuído nas relações entre os sexos, dando-lhes, portanto, uma natureza fundamentalmente social. Nesse sentido, para este ensaio, a categoria do gênero visa compreender os homens e mulheres como representações social e politicamente construídas que se estabelecem através de códigos normativos, instituições e identidades subjetivas. (Scott, 1995). Assim, não construiremos um entendimento de seus papéis como separados, pois o estudo das mulheres implica o reconhecimento da necessidade do estudo dos homens, onde esta utilização insiste sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens (Scott, 1995, p.07).

Assim, como relata Del Priore (2008, p. 63), a história das mulheres não é só uma construção dela, “mas também de sua família, do trabalho. É uma história de seu corpo, da violência que sofreram e que praticaram, assim como, da relação com a sociedade em que vivem” (Del Priore, 2008, p. 63). Sobre o entendimento da violência, compreendemos que ela é conjugada às estruturas do poder e às formas de ação que resultam do desequilíbrio historicamente construído entre fortes (masculino) e fracos (feminino). Para Hannah Arendt (2001) a violência não é algo irracional; pois os sentimentos, principalmente o ódio, são capazes

de motivar atos de violência. Dessa forma, entende a violência como um meio e não um fim. (Arendt, 2001, p. 47).

Ao trazer a reflexão sobre isso e a relação que se estabelece com a sociedade nordestina, Albuquerque Júnior (2003)

Dentre os fatores destacados com o intuito de referendarem uma suposta unidade nordestina emergiu a valorização e culto à violência. Não uma violência qualquer, mas ações que destacassem a bravura do nordestino, a riqueza de seu patrimônio moral e o empenho em defender fundamentalmente a honra da família (Albuquerque Júnior, 2003, p. 79).

Tomando como análise, seria o nordestino um espaço da cultura da violência e da barbárie? Longe de instituir estereótipos, o autor entende toda essa construção, cuja herança cultural que traz a violência como instrumento que permeia as relações sociais cotidianas, onde a moral, a bravura e a honra são elementos intrínsecos desse exercício. Nesse sentido, esse traço cultural que traz a violência como chave para resolução de conflitos está inscrita historicamente na tradição brasileira e em seus códigos culturais (Correa, 1981).

Havia na sociedade cearense, na transição do século XIX para o século XX, relações sociais marcadas por relações de forças, violência e civilização. Pois, para Rosário (2011, p. 19), ambas não são excludentes, mas se relacionam intimamente “(...) as conquistas políticas e jurídicas, a dominação da natureza, a racionalização do mundo, enfim, tudo aquilo que caracterizamos como o progresso moderno não elimina por si mesmo a violência”.

Havia/Há também nessa sociedade uma estrutura familiar patriarcal muito intensa. Esse modelo de família foi questionado por Gilberto Freyre (2004), que ao discutir os arquétipos familiares e a concepção da família patriarcal permitiu visualizar toda a estrutura social e os espaços que reproduziam as divisões do gênero. Para Samara (1989), a família brasileira, delineava aspectos complexos, agrupando ao seu núcleo central artefatos de diversas origens, que mantinham diversos tipos de relações com o chefe (pai), sua mulher e a prole legítima.

Nos primeiros anos da República, houve tentativas dos juristas de conferir normas civilizadas nas relações de gênero e de conter a sexualidade nas famílias “higienizadas”, que eram parte de um projeto mais complexo desse controle social (Esteves, 1989). Assim, no núcleo familiar, as práticas de violências exercidas pelos homens não eram consideradas como violências, por ser algo naturalizado e, em muitos casos, tido como indispensável, tendo em vista que era figurado como educador e disciplinador. Entretanto, ao longo das lutas femininas, passaram a ser percebidas e combatidas pelo judiciário brasileiro.

4. O DESFECHO DO CASO NO SERTÃO DO CEARÁ

Na ação penal problematizada nesse ensaio temos como questões levantadas: como o Poder Judiciário entendeu as relações de gênero e suas conflitualidades que chegavam para serem julgados? A partir da análise do processo criminal foi possível visualizar as cenas dos conflitos dos sujeitos comuns e, por conseguinte, o desfecho desses dramas para ambas as partes, envoltas as relações desiguais entre os gêneros. Essas tramas, que vinculam personagens que foram além de vítimas e réus, mas atores que usam dos discursos, táticas e estratégias para reforçar uma normalização vigente na sociedade, combater hábitos classificados como reprováveis e enaltecer aqueles positivamente valorados no meio social.

Apresentamos inicialmente José Vieira do Nascimento, conhecido por José Rosa e Maria Perpétua da Silva. Eles se envolveram num crime qualificado pelo judiciário como Defloração, instituído pelo artigo 267, definido como o ato de “deflorar uma mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (Brasil, 1890). Para o crime em questão, a pena era de um a quatro anos de reclusão, a depender das qualificações aceitas pelo magistrado.

Qual a relação existente entre esses dois personagens? Como se desenvolveu esse crime? Que circunstâncias e o desfecho final do caso? São questionamentos como esses que serão respondidos na ação ingressada em 1930, na comarca de Senador Pompeu. Cada etapa da ação penal vai evidenciando elementos a considerar, desde a primeira etapa do procedimento da instauração do inquérito policial, o recebimento da peça denunciada pelo Ministério Público até a instrução e julgamento do réu. Essas etapas iniciaram em 17 de novembro de 1930 e finalizaram em 7 de junho de 1931.

Maria Perpetua da Silva tinha 19 anos de idade (portanto considerada menor pelo Código Penal de 1890), filha legítima de Francisco Luiz da Silva. De religião católica, não sabendo ler nem escrever, ela era natural do termo de Senador Pompeu, residente na localidade do Poço da Vacca. Já José Rosa, como era conhecido, tinha 32 anos de idade, viúvo, não sabendo ler nem escrever, filho natural de Rosa Maria de Jesus, residente na localidade do Xavier, também em Senador Pompeu.

O crime aconteceu, segundo o inquérito policial, denuncia do Ministério Público e o depoimento da vítima em junho de 1930. Ele, por ser amigo da família e ter livre acesso à residência, passou a persegui-la, por alguns meses, até que num dia em que ela estava sozinha em casa, teve relações sexuais, deixando-a grávida.

De acordo com o depoimento da vítima

desde junho do corrente anno, o individuo José Vieira do Nascimento, conhecido como José Rosa começou a ter relações sexuaes com a offendida, que já vinha sendo perseguida pelo mesmo individuo há alguns mezes; que a primeira vez que a declarante teve relações com o seu offensor, não sentio nenhuma dor nem derramamento de sangue; que antes de ter tido relações com o dito José Rosa jamais teve relações sexuaes com ninguém, se bem que um irmão do offendido de nome Manoel Rosa e um individuo de nome Procópio, casado com a irmã da sua madrasta da declarante a esta dirigissem pilherias, sendo repelidos pela declarante; que o mencionado offensor teve relações sexuaes com a declarante por diversas vezes; que no mez de setembro a offendida conheceu, por lhe fazerem ver que a offendida estava grávida (PROCESSO, fls. 16/18).

Ao esclarecer ter dito relações sexuais com José Rosa, a vítima ressaltou que ele foi o primeiro e único homem de sua vida. Segundo seu depoimento, ela só “*se entregou*” a ele porque o mesmo prometeu-lhes casamento.

O então acusado também foi chamado a esclarecer o caso. Em depoimento prestado ele ressaltou

(...) que no mez de abril do corrente anno, um certo dia que não pode determinar combinou com a Maria Perpetua da Silva para que esta fosse para o aposento onde o declarante dormia; que a partir aproximadamente uma sete horas da noite a referida Maria Perpetua da Silva veio ter com o declarante e com este teve relações sexuaes, sendo o acto da copola realizado em pé, que pode afirmar que a queixosa não era mais virgem e que já se fallava d’ella muito antes do declarante ter tido conjunção carnal com a mesma; que não prometeu jamais cassar com ella; que é verdade que levava para ella como levou por diversas vezes alguns metros da fazenda artigos de toalette que a mesma encomendava e não recebia dinheiro correspondente ao valor dos ditos objectos; que soube ultimamente que a queixosa estava grávida (PROCESSO, fls. 16/18).

Em seu depoimento, o acusado construiu sua narrativa dizendo primeiro que ela foi ao seu quarto, que tudo foi combinado entre eles, que ela não era mais virgem, que ela era “falada” e, por fim, que jamais prometeu casamento. Aqui, temos alguns elementos a considerar. A tentativa de desqualificar a vítima, rebaixando o seu papel em sociedade foi visto em todas as etapas processuais, sendo inclusive redigido em sua defesa. Ou seja, sua defesa foi construída inteiramente baseada no comportamento da ofendida. Aqui, foi edificada uma tentativa de estigmatizar a figura de Maria Perpétua da Silva, que supõe a sua identidade de “mulher da vida”, reforçando a mentalidade para a construção da mulher desonrada e prostituta.

Na defesa, alguns itens foram expressos na tentativa de convencer o juiz, forma eles: “3. P. que, quando o acusado teve com ella relações sexuaes pela primeira vez, já estava ella deflorada”; “4. p. que, são diversas pessoas que tiveram relações sexuaes com a pseudo offendida”; E, “5. P. que, absolutamente o acusado nunca fez promessas de casamento a referida Maria Perpetua da Silva, e não illudio a mesma para o coité”. Vemos, portanto, que a construção narrativa foi confeccionada em torno da desqualificação da vítima perante suas

condutas sociais. Embora o depoimento da vítima tenha destacado a sua virgindade, a palavra da vítima não teve efeito algum para um Tribunal compostos por homens.

Maria Perpétua da Silva aos 19 anos de idade encontrava-se grávida, em decorrência da relação sexual, cujas cicatrizes do defloramento compuseram sua identidade, assistiu ao desenrolar do processo lembrando a dor da agressão de ser deflorada. Ao final do processo, talvez tenha sofrido uma agressão ainda maior.

O Ministério público peticionou que se devia seguir a versão do advogado do réu, “uma vez que paira a dúvida sobre o caso, conforme ensina Mittermaier”. O juiz, na sentença redigiu que: “Considerando que este processo se acha nullo desde o summario, e que é dever do juiz decretar nullidade quando houver impossibilidade de reproduzir ou retificar o acto”. Isto porque a citação foi feita ao advogado no réu e não ao réu em si, tornando todas as etapas processuais sem efeito. Neste caso em análise, a marca da impunidade não foi somente física. De acordo Soihet (1989, p. 304), à mulher uma vez violentada, “o seu processo de estigmatização é irreversível”, assim como o de seu filho que também crescerá estigmatizado.

Mariza Correa (1981) apontou que

Toda a argumentação, e os contra argumentos, desenvolvidos por advogados e promotores nos casos que debatem, não deveriam obscurecer o fato de que, para além das visões que apresentam perante o júri, estes agentes da lei compartilham um terreno comum que lhes permite o encontro na discussão (...), há toda uma série de refrões na retórica forense, e que vão delineando o que é considerado um comportamento adequado para a mulher e para o homem, em nossa sociedade (Correa, 1981, p. 68).

Para a justiça e para a lei, o defloramento sofrido pela vítima não foi considerado válido. Maria Perpétua também não esteve resguardada pela legislação para realizar um aborto legal (em casos específicos como estupro), tendo em vista que essa legislação só seria acolhida nove anos após, em 1940. Portanto, o processo seguiu toda a ritualística do Código Penal vigente, de 1890, onde o crime de aborto era previsto no capítulo IV do Título X, bem como a criminalização da mulher que o cometesse.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador é um operador intelectual, um artífice de conceitos e categorias, nos fazendo refletir que não podemos esquecer que conceitos e categorias utilizadas não são dados, essencialmente, *a priori*. Mas, são construídos, através de práticas culturais, políticas e sociais concretas.

Ao longo do tempo, marcada por profundas desigualdades na lógica da construção das relações de poder, a colonialidade objetificou, assujeitou e desumanizou uma parcela

significativa da população desprezada pelo sistema moderno/colonial de gênero. Entretanto, os modos de resistência tornaram-se possíveis na medida em que as reflexões de contestação tomaram fôlego no despertar da tomada de consciência do que foi o projeto colonizador, da crítica ao modelo colonial, imperialista e capitalista. E mesmo depois disso, os segmentos feministas interseccionais e suas múltiplas configurações identitárias buscaram ser contempladas também nesse debate, enfrentando uma lacuna pujante dentro desse movimento.

É nesse sentido que María Lugones (2014) refletiu também sobre colonialidade de gênero e interseccionalidade, enfatizando sua perspectiva feminista decolonial, com inserção dos constructos de raça, classe, gênero e sexualidade. No caso de Maria Perpétua da Silva, por exemplo, temos uma interseção de construtos observáveis, ela era uma mulher jovem, parda e de classe baixa. Todos esses componentes fizeram do desfecho do caso um padrão comum entre todas as mulheres que se assemelhavam nessas matrizes de dominação.

Nesse ensaio, portanto, que girou em torno do crime de defloramento cometido contra Maria Perpétua, algumas reflexões finais são necessárias. O primeiro ponto deles é como o Poder Judiciário cearense esteve imbuído de valores de seu tempo. E todo esse mecanismo de embates favorece a criação de um discurso jurídico que, em simultâneo, enfraquece o discurso da vítima mediante a violência sofrida, como também fortalece ainda uma rede de outros tipos de violência, como a simbólica, por exemplo. O segundo ponto de reflexão é o fato que durante toda a ação penal, decorrido quase um ano, os procedimentos adotados pelos operadores do direito foi considerado nulo em virtude do não atendimento ao Código de Processo Penal, isso demarcou a fragilidade com que os assuntos levados à justiça eram frágeis, nessa primeira República. Por fim, o último ponto de reflexão trata-se da reiterada tentativa de desqualificação da vítima, rebaixando o seu papel em sociedade e separando a figura da “mulher honesta” e da “mulher da vida”. Assim, a defesa do réu foi construída inteiramente baseada no comportamento da ofendida, deixando evidente como a construção da relação de gênero e o papel da mulher são pautas de julgamento nessa sociedade patriarcal, moralista, conservadora e sexista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo** – Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, José Mauricio Pinto de. **O poder judiciário brasileiro e sua organização**. Curitiba: Juruá, 1996.

- ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico]. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CORREA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: brasiliense. 1981.
- CORREA, Mariza. **Morte em família**: representações Jurídicas e papéis sexuais. Rio de Janeiro: Grall, 1983.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, RJ: Nau Ed., 1999.
- GAUER, Gabriel J. Chittó. GAUER, Ruth Maria Chittó. (org). **A fenomenologia da violência**. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2005.
- GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3), 320, 2014.
- MUCIO SILVA, César. **Processos-crime**: escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004.
- OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **A violenta intimidade do lar**: percepção da violência contra mulheres nos processos criminais de Senador Pompeu-CE (1988 –2000). 2012. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2012.
- OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **A cidade como um lugar de conflitos**: tecendo tramas de civilização, justiça e violência em Senador Pompeu/CE (1901-1930). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **“A lei e o direito são productos do seu tempo”**: a Instituição da justiça e os Operadores do direito na espacialidade sertaneja (1890 a 1940). 2021. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ROSÁRIO, Ângela Buciano do. NETO, Fuad Kyrillos (org). **Faces da violência na contemporaneidade**: sociedade e clinica. Barbacena/MG: EdUEMG, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, séc. XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Geral – século 19. São Paulo, EDUSC, 2004.

SOBRE O AUTOR:

Lucas Pereira de Oliveira: Doutor em História pela UNIOESTE-PR. Professor do Curso de História da FAEC/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura capitalista e civilização nas cidades do Ceará (1860-1960). Coordenador do Projeto de Iniciação Científica: A violenta intimidade do lar: a história das mulheres e as relações de gênero no interior do Ceará. E-mail: lucasp.oliveira@uece.br.

COMO CITAR:

OLIVEIRA, Lucas Pereira de. Judiciário e relações de gênero: o caso de José Rosa e Maria Perpétua (Ceará, 1930). In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará**: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 96-107. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-7

Capítulo VIII

J. DE FIGUEIREDO FILHO: UM INTELLECTUAL CATÓLICO NA IMPRENSA DO CARIRI CEARENSE

J. DE FIGUEIREDO FILHO: A CATHOLIC INTELLECTUAL IN THE CARIRI CEARENSE PRESS

DOI: 10.51859/ampla.hcc802.1125-8

Josefa Nunes Pinheiro *
Sauloéber Társo de Souza **

* Professora do curso de licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri - URCA. Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: josefa.pinheiro@urca.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2905-753X>.

** Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: sauloeber@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho perscruta atuação de J. de Figueiredo Filho à frente do Jornal A Ação, periódico da Ação Católica da Diocese do Crato, publicado entre os anos de 1939 a 1985, em defesa da fé católica e na organização e defesa da boa imprensa e da boa leitura. Embora o recorte estabelecido remeta-se à década em que Figueiredo Filho esteve à frente do hebdomadário como Diretor. Traçando brevemente o itinerário biográfico, reconstruindo as redes de relações e o ideário desse intelectual católico, que desenvolveu papel fundamental na imprensa, cultura e educação do sul do Ceará no período republicano.

J. de Figueiredo Filho compartilhou com outros intelectuais de seu tempo um projeto que tinha no cientificismo, na ilustração, no liberalismo, nacionalismo, romantismo e sobretudo no catolicismo ultramontano as bases axiológicas de sustentação (Cortez, 2000). Foi intenso na defesa de suas crenças, ocupando espaços na imprensa, nas letras, nas artes e na docência para combater ideias que ele considerava ser “os erros do capitalismo sem Deus”. Lutou contra o comunismo, o materialismo, o modismo, o indiferentismo dos católicos, a imprensa ímpia, e o livro mau.

No que tange ao surto de ideias novas, e em virtude de sua defesa incansável da fé católica, seu espírito combativo às ameaças à Igreja, sua resistência aos novos ideários de seu tempo seja na imprensa ou no magistério que constituíram a base para seu engajamento, é possível situá-lo como um católico-conservador articulista da imprensa católica.

A imprensa católica no cariri nesse contexto, teve sua primeira experiência em 1918 com a criação de um jornal hebdomadário “A Região”, levando como lema “pelo altar e pela pátria”, além de um “Boletim Eclesiástico” destinado ao clero. Embora a igreja católica, desde o Concílio Plenário Latino-Americano realizado em 1889, já orientava que a “boa imprensa” fosse tida pelo Clero como um meio de “atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia” (Marin, 2018).

O jornal A Região teve vida curta, e embora os motivos não tenham sido identificados podemos conjecturar com Lustosa (1983) em sua análise da imprensa católica que os primeiros jornais católicos surgidos já na primeira metade do século XIX, tratava-se de pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, que possuíam um raio de ação muito reduzido e um ciclo de vida muito curto. Os motivos que justificam a brevidade desses experimentos, de acordo com o autor, podem ser compreendidos dentro da análise de três situações: o empirismo, a precariedade de recursos materiais e de recursos humanos.

Foi somente durante o segundo bispado que Dom Francisco de Assis Pires criou as condições para a instauração de um novo periódico católico, com o propósito de divulgar os trabalhos da Ação Católica Diocesana. O jornal A Ação – “Boletim da Acção Cathólica” “órgão mensal da Acção Cathólica da Diocese do Crato”. Para tanto foi reequipada a Tipografia adquirida por Dom Quintino, primeiro Bispo, à época do jornal A Região.

Nesse ínterim o exército de leigos da igreja católica de Crato começa a ser gestado, já com a Cruzada Carmelitana, iniciada durante o primeiro bispado, embora tenha sido somente em maio de 1938 que foi oficialmente instalada a obra da “Acção Cathólica Brasileira” na diocese do Crato, em acordo com os estatutos publicados pelo Episcopado Nacional em 1935. O movimento se organizou em quatro núcleos: homens da ação católica, Liga feminina católica, Juventude Feminina Católica e Aspirantado (Montenegro, 1999).

A guerra a má imprensa, no Brasil havia sido deflagrada desde a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero de 1922 (Marin, 2018). Quando os católicos foram admoestados que deveriam ler apenas o que era indicado pela hierarquia eclesiástica, e aquele que contribuir com a má imprensa, fosse comprando, assinando ou lendo, estaria “traindo a Pátria, o estado, as heranças dos antepassados e a catolicidade do povo brasileiro” (Marin, 2018, p. 210).

Nessa guerra os jornalistas católicos desempenham papel crucial, tomados como apóstolos, com a “missão nobilíssima de defender a igreja (...), a fim de que toda a sociedade e os estado fossem salvos e purificados” (Marin, 2018, p. 210). Ainda de acordo com o pesquisador, os jornalistas católicos foram conclamados a se infiltrar em todos os meios de comunicação a fim realizar o combate dessa causa justa.

Imbuído dessa missão o jovem J. de Figueiredo Filho adentra no apostolado leigo, como jornalista, membro do grupo Homens da Ação Católica e assume para si a missão de fazer na imprensa do Crato um amplo programa de recristianização da sociedade e de resistência às campanhas anticlericais advindas da ascensão do liberalismo, da maçonaria e do positivismo.

Tornando-se o segundo Diretor do jornal A Ação e correspondente de diversos veículos de comunicação. Traduziu para a linguagem jornalística as Encíclicas papais, combateu o capitalismo sem Deus, o materialismo, o comunismo, os excessos da moda, os falsos ídolos, propagandeou a Obra das Vocações Sacerdotais, o modelo mariano como escola de perfeição, o dinamismo da Ação Católica, e denunciou o surto de fanatismo em Joaseiro. Além da cruzada para denunciar a *imoralidade na imprensa*, a campanha contra o *livro mau*, e o seu contraponto que seria a difusão da “boa leitura”, da “boa imprensa”, para a qual deveria haver um “apostolado” capaz de zelar pela sua propagação, foram também marcas de sua atuação.

2. REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para alcançar o objetivo de investigar a atuação do intelectual católico J. de Figueiredo Filho publicada nas páginas do Jornal A Ação, aquelas foram percorridas nas matérias veiculadas da edição nº 06 do Ano I (10/03/1939) a edição nº 431 (27/02/1949) do impresso. Privilegiou-se no primeiro momento a sistematização de informações sobre o ciclo de vida do jornal situando-o em meio ao projeto católico no Cariri cearense no período que está circunscrito entre 1939 e 1949. Em seguida uma apresentação breve da biografia do intelectual J. de Figueiredo Filho. E por fim uma Análise de Conteúdo destacando as matérias pautadas pelo intelectual que demonstravam sua preocupação com a modelação de leitores no Cariri Cearense.

O interesse em estudar a ação de intelectuais católicos por meio da imprensa no cariri cearense reflete o alinhamento com a percepção de Vidal e Camargo (1992) para quem

o interesse em estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Dessa maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazendo-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores.

Os periódicos permitem acessar elementos que de outra forma ficariam ocultos, “elementos que, na época da publicação das revistas (jornais), eram preocupações correntes, e depois foram esquecidos, obliterados por outras questões” como foi o caso da guerra contra o

comunismo, a jogatina, a moda, o cinema, e o livro mau. O recurso possibilita a apreensão da “feição única” de cada época, podendo redimensionar nossa percepção para “vislumbrar lutas e inquietudes numa paisagem que considerávamos harmônica” (Vidal; Camargo, 1992).

Na reconstrução da historicidade dos discursos impressos nas páginas do semanário pelo grupo de Intelectuais católicos lançou-se mão da percepção de Chartier (2002, p. 17) que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

As representações construídas e difundidas por esses intelectuais acerca do mundo social e publicadas em cada edição embora “aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Não são discursos neutros “produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Podem ser tomadas como concorrentes, em competição, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.

A opção pelo estudo histórico dos intelectuais foi feita em diálogo com as percepções de Sirinelli (2003) destacando inicialmente a imprecisão para se estabelecer critérios de definição do termo em virtude da sua evolução em meio as mutações societárias. Adota-se a definições baseada em duas vertentes de intelectual, a primeira

ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de receptores da cultura. (2003, p. 242)

A segunda definição baseia-se na noção de engajamento na vida da cidade como ator, testemunha ou consciência. Na sua notoriedade eventual ou “especialização”, tomada como o que o intelectual põe a serviço da causa que defende e que ao mesmo tempo que o legitima também o privilegia na sua intervenção no debate da cidade.

Na lide com o conceito Sirinelli destacou-se o emprego de noções como *itinerário*, *sociabilidade e geração*. O *itinerário* possibilita desenhar mapas mais precisos acerca dos engajamentos intelectuais. Para tanto o pesquisador deve buscar esclarecer as genealogias de influências, identificando e descrevendo as camadas intelectuais e os mecanismos de capilaridade em seu interior, sobretudo os pontos onde se cruzam os “grandes” intelectuais, o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância

enquanto viveram, e a camada que ele nomeia como “despertadores”, que, sem serem obrigatoriamente conhecidos representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo influência cultural e às vezes política.

Observando que os grupo de intelectuais organizam-se em torno de uma sensibilidade ideológica, ou cultural, comum, e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. Dentre essas estruturas de *sociabilidade*, esse pequeno mundo estreito onde os laços se atam, o autor identifica duas mais comuns: as revistas (jornais) e os manifestos.

Destaca ainda que a *sociabilidade* pode ser entendida em outro ângulo onde se interpenetram aspectos afetivos e ideológicos. Nessa dupla acepção um microcosmo intelectual particular seria observado nas redes que o estruturam e nos microclimas que o caracterizam.

No meio intelectual os processos de transmissão cultural podem ser engrenados em torno de fenômenos geracionais. Tomando a *geração* como uma peça importante na engrenagem do tempo, observa que o conceito apresenta dois limites (Sirinelli, 2006). O primeiro, ele é elástico, tornando a história ritmada pelas gerações uma “história em sanfona” que se dilata ou encolhe-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores. E segundo o conceito é de geometria variável, não só pode existir defasagem entre eles, como também arritmia. Assim a *geração* é compreendida por ele como um

estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida. (Sirinelli, 2003, p. 255)

Entretanto observa (Sirinelli, 2006) que “o uso da geração como padrão exige vigilância e precaução” por tratar-se de um fato biológico, mas que também é um fato cultural, embora modelado pelo acontecimento ele também deriva da autorrepresentação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Enfim a “geração é uma reconstrução do historiador que classifica e rotula”. De modo que, não existe uma geração padrão, com uma estrutura cronologicamente invariável que transcenda as épocas e os países. Logo a sua relevância como objeto de história, ou como instrumento de análise, pode variar em função dos setores estudados e dos períodos abordados.

3. JORNAL A AÇÃO – UM MISSIONÁRIO DE PAPEL

A ação dos Bispos foi eficiente no sentido de integrar o sul do Ceará ao projeto romano. Em consonância com as propostas de Roma desenvolveu-se aqui uma série de medidas que visavam recuperar o poder e a influência religiosa na vida pública (Montenegro, 1999). Nesse contexto o periódico católico A Ação, órgão da Diocese da cidade do Crato, foi fundado em 20 de outubro de 1939 e circulou ininterruptamente até 1985. Nos anos de 1940 e 1950 identificava-se como “Órgão da Ação Católica da Diocese do Crato”, de 1950 a 1969 como “Um Jornal a serviço do povo” e a partir desta data até meados dos anos 80 quando deixa de circular, como “Um Jornal do Crato para o Cariri”.

Quando começou a circular em 1939 o semanário católico A Ação era dirigido pelo Professor José Bizerra de Brito, primeiro presidente da Ação Católica Diocesana, tinha como assistente eclesiástico o Padre F. Montenegro e na gerência Fábio Esmeraldo. Entretanto localizou-se uma cópia apenas da edição nº 6 do Ano I, de 10 de março de 1939. Trata-se de uma edição “In Memoriam” pela morte do Papa Pio XI ocorrida no mês anterior, ver na Figura 01. Nessa edição escrevem José Newton Alves de Sousa, Padre Antonio Feitosa, J. de Figueiredo Filho, Stenio Lopes e Padre Osvaldo Rocha artigos em homenagem ao papa falecido. Apresentava como subtítulo “Boletim da Acção Catholica” “órgão mensal da Acção Catholica da Diocese do Crato”. Tratando-se de um jornal mensal, deduz-se que não foram localizadas 11 edições do Ano I.

Figura 01: Capa e página 5 do Jornal A Ação da Edição nº 6 (1939)



Fonte: Jornal A Ação sob guarda do Instituto Cultural do Crato - ICC

Seguindo a periodização proposta por Lustosa (1983) que identificou uma primeira fase da imprensa católica entre os anos de 1830 e 1860 marcada pelo empirismo e dispersão das iniciativas, que ele nomeou de fase de iniciação. Um segundo momento entre os anos de 1870 ao 1900, que o autor considerou como fase de consolidação. E uma terceira fase, entre os anos de 1900 a 1945, onde circunscreve-se o surgimento do Jornal A Ação, tomada como de organização e articulação. Nesse momento há uma tentativa de centralização e uniformização das informações com a fundação do Centro da Boa Imprensa e da Liga da Boa Imprensa. O que possibilitou o momento seguinte, a fase de especialização, a partir de 1945. Destaca-se nesse movimento a criação do Centro Dom Vital em 1922 sob a liderança de Jackson de Figueiredo e da Revista A Ordem que ampliaram as possibilidades de articulação da intelectualidade católica. O autor destaca o uso da imprensa católica pelo episcopado na defesa da fé, na reivindicação de direitos e na luta contra os adversários.

Do Ano II iniciado em 1940, localizou-se as edições de número 02, de 22 de setembro de 1940, ao número 34, de 04 de maio de 1941¹. Nessa fase identificou-se que já se tratava de um jornal semanal, com 4 ou 6 páginas que não apresentava uma organização regular de colunas e colaboradores. A exceção era a coluna de J. de Figueiredo Filho, que além de colaborador era também o novo Diretor do Jornal, e a coluna Alfinetadas que esteve presente em quase todas as edições. Com uma regularidade menor identificou-se a colaboração de José Newton Alves de Sousa e a presença das colunas Coisas e Fatos, Vida Catequética e Sociais. E esporadicamente as contribuições de Pe. Antonio Feitosa, Alberto de Moura, José Denizard, Álvaro R. Madeira e colaboradores que escreviam sob pseudônimos como um Congregado, um Jecista, um filho do Crato, dentre outros. Além de Propagandas e Anúncios. O Jornal deixava explícita sua intenção doutrinária, apresentando uma clara proposta cultural, obviamente articulada ao conjunto de iniciativas maiores que vinham sendo desenvolvidas pela igreja católica na Diocese de Crato, e dessa em sintonia com o projeto hegemônico da igreja no mundo.

Os anos de 1980 marcam o fim de uma era de circulação do Jornal católico A Ação, fundado em 20 de outubro de 1939 e que circulou até 1985. Nessa fase circulava aos sábados em formato de 8 páginas, embora zelando pelas suas características tradicionais, apresentava um novo corpo Editorial. O contexto que explica esse (des)acontecimento não foi identificado nesse trabalho, vez que não se encontrou a última edição, que possivelmente explicaria os motivos em um Editorial ao leitor do Jornal.

¹ O escrutínio no jornal privilegiou os anos de 1940 a 1949 por tratar-se do primeiro período em que J. de Figueiredo Filho esteve a frente do Jornal como Diretor. Entretanto utilizou-se também de recortes de anos posteriores, onde ele voltou a figurar como Diretor, articulista e colunista.

4. J. DE FIGUEIREDO FILHO: ARTÍFICE DA BOA IMPRENSA

Farmacêutico, escritor, folclorista, cronista, ensaísta, romancista, historiador, co-fundador do Instituto Cultural do Cariri e seu presidente, co-fundador e professor da Faculdade de Filosofia do Crato, diretor das Revistas Itaytera e Hyhyté, diretor do Jornal A Ação, jornalista, primeiro membro da Academia Cearense de Letras a residir fora da Capital, enfim, um intelectual.

J. de Figueiredo Filho era um legítimo cratense, nascido em 14 de julho de 1904, filho de José Alves de Figueiredo, o Zuza da Botica, e Emília Viana de Figueiredo. Herdou do pai a profissão de Farmacêutico e o trânsito no mundo dos jornais. Zuza além de farmacêutico foi vereador e Prefeito do Crato, fundador dos jornais “O Sul do Ceará” (1901) e “O Araripe” (1919). Estudou na escola de primeiras letras de Antoninha Teixeira Mendes e Helena Brígido dos Santos. No Colégio Diocesano do Crato, no Colégio Cearense em Fortaleza e no Seminário do Crato. Mais tarde cursou a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

Voltando para o Crato em 1926, após a formatura, casou-se com Zuleika Pequeno de Figueiredo. Da união nasceram Eneida e Cauby. Nesse período além de trabalhar na Farmácia do pai, Figueiredo exerceu cargo de Inspetor Escolar. Mas foi somente em 1933 que se estabeleceu na Farmácia Central, que havia comprado ao seu pai. Além de exercer cargos de Professor e Jornalista, Figueiredo Filho é autor de vários livros e textos publicados em revistas e jornais do Ceará, outros estados, e até em outro país (em parceria com Jean Pierre Chabloz). Destacam-se: Renovação (1937); História do Cariri (cinco volumes); Meu mundo é uma farmácia (1948); Cidade do Crato (1953); Engenhos de rapadura do Cariri (1958); O folclore no Cariri (1962); Folguedos infantis caririenses (1966); Patativa do Assaré (1970); No asfalto e na piçarra.

Foi articulador e co-fundador do Instituto Cultural do Cariri – ICC em 1953, e do Instituto de Ensino Superior do Cariri (1955), que tinha como missão a fundação de estabelecimentos de ensino superior na região, vindo a fundar e manter a Faculdade de Filosofia do Crato em 1959. Foi fundador e diretor da Revista do ICC, a Itaytera, e da Revista da Faculdade de Filosofia, a Hyhyté.

Em 1940 tornou-se Diretor do Jornal A Ação permanecendo na função até 1949. Sem, entretanto, deixar de contribuir com o Hebdomário, voltou a dirigi-lo nos anos 50. Foi membro da Associação Cearense de Imprensa e colaborador dos jornais O Povo, Diário de Pernambuco e Folha da Semana. Foi ainda sócio efetivo da Academia Cearense de Letras, Cadeira de número 34, da Academia Piracicabana de Letras, Cadeira 35, da Comissão Estadual do Folclore e da

Associação Brasileira de Folclore, da Academia Uruguaiana de Letras, do Instituto Histórico do Ceará e do Instituto de Uruguaiana (RS), do Instituto Arqueológico Histórico de Pernambuco, da Associação Brasileira de Pharmaceuticos, da Academia Sobralense de Letras, e do Rotary Clube do Crato. Foi membro da Sociedade Geográfica Brasileira, e compôs a Diretoria da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH.

O jovem intelectual J. de Figueiredo Filho esteve regularmente envolvido com a Imprensa Católica no Cariri desde a sua fundação, estando inclusive à frente dela por quase duas décadas. Entrelaçando suas trajetórias. Entretanto a face de intelectual católico de J. de Figueiredo Filho ainda é pouco explorada. Tornaram-se objeto de estudos de Dissertações e Teses as suas contribuições como Historiador e Folclorista (Cortez, 2000; Viana, 2011; Alves, 2017).

Nesse trabalho delimitamo-nos às suas contribuições à imprensa por meio do Jornal A Ação, donde destacam-se duas facetas de sua produção, que são complementares e indicam a sua importância para o periodismo católico no Cariri: a defesa da fé católica e a organização e defesa da boa imprensa. Embora se destaquem outros temas como a sua produção regional que articulava história, geografia e economia e a promoção e divulgação de seus escritos autorais, estas não farão parte desse trabalho.

É mister informar que J. de Figueiredo Filho não foi o único intelectual que se destacou no periodismo católico do cariri. Entretanto ele notabilizou-se pela regularidade temporal, considerando o longo período que escreve para A Ação, pela constância de suas matérias que semanal ou quinzenalmente estavam presentes, e pelo espírito militante que manteve na defesa dos princípios católicos. Razões pelas quais projetou sua liderança sobre o grupo de propagandistas nas publicações católicas.

Sua atuação na defesa da fé católica foi constante durante toda a vida como homem público da imprensa e das letras. Já o encontramos na Edição nº 6 de 1939, em que se faz o elogio fúnebre ao Papa Pio XI, utilizando-se da sua escrita para lamentar a morte do Papa e destacar o papel da Ação Católica na salvação da sociedade (Figueiredo Filho, 1939).

Nos anos seguintes sua produção foi constante em defesa dos projetos da Igreja Católica na Diocese a exemplo da Obra das Vocações Sacerdotais. Fosse denunciando a adoração aos falsos ídolos: “Os atores de cinema são os novos semi-deuses dessa medíocre sociedade hodierna. O fan é a encarnação mais perfeita da futilidade humana (...) esquece-se de Deus e vive a queimar incenso a falsos ídolos” (Figueiredo Filho, 1941).

Ora tecendo elogios ao projeto de educação do arcebispado de Fortaleza em abril de 1941, destacando o dinamismo da Igreja católica em Petrolina no Pernambuco, em março de

1946, no mês seguinte publica artigo encorajando os católicos para não esmorecerem, e segue destacando a Congregação Mariana como escola de perfeição em maio do mesmo ano. Quase sempre ancorando-se na retórica anti-materialista e anti-modernista, às vezes foi mais enfático, como ainda no mês de maio de 46, quando escreveu um artigo denunciando os erros do capitalismo sem Deus. E continuou exortando os católicos, como no artigo intitulado “Não há razões para o pessimismo doentio”, em 24 de outubro de 1948.

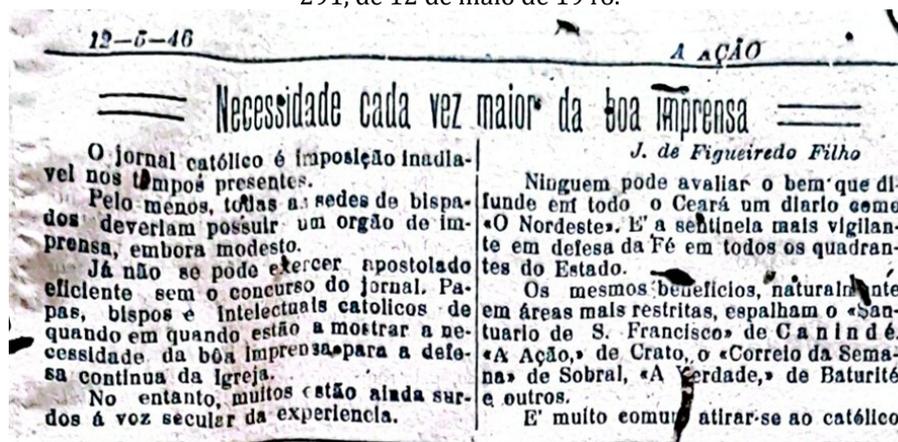
Sua batalha em prol da organização e defesa da boa imprensa, também foi uma constante durante todo o período. Já na Edição nº 5 de 13 de outubro de 1940 o jornalista J. de Figueiredo Filho informa ao público católico sobre a realização do segundo Congresso de Jornalistas Católicos, e destaca que

“em cada arquidiocese deveria existir um diário defensor da boa causa e em cada Diocese, pelo menos, um hebdomadário, todos articulados numa imensa cadeia jornalística. Assim teríamos assegurado no Brasil, um trabalho contínuo que, mais cedo ou mais tarde, haveria de trazer ao catolicismo uma soma incalculável de benefícios.

Não temos informação de sua participação nesse congresso, ao contrário, a escrita deixa transparecer que não esteve presente. Contudo, Figueiredo Filho certamente tinha conhecimento que no final de março de 1910, realizou-se em Petrópolis, o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos, no qual foi criado o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa. De acordo com Lustosa, parecia que a boa imprensa passara a ocupar um lugar de destaque nas preocupações do episcopado. A Liga se propunha a auxiliar administrativa e financeiramente o Centro de Boa Imprensa, o que possibilitava maior articulação e convergência dos esforços para definir o modelo de um jornal católico que pudesse ser implementando em todas as dioceses. De modo que compreendemos a leitura de Figueiredo nesse artigo não como a apresentação de uma ideia inédita, mas como uma crítica ao que ele denominava de “indiferentismo” de alguns católicos e de membros do Clero que pareciam não promover e incentivar a imprensa católica.

Sua articulação com a rede de intelectuais católicos e jornalistas católicos é mencionada por ele em episódios como o de sua querela com o Prof. Stenio Lopes, após uma crítica negativa daquele ao livro de J. de Figueiredo Filho, “Meu mundo é uma Farmácia”, publicada no Jornal O Unitário. Na ocasião Figueiredo denuncia que enquanto pertenceram às mesmas hostes dos Homens da Ação Católica em Crato, o referido professor tinha outra opinião sobre seus escritos, mas logo que mudou-se para a capital passou a ver sua literatura com outros olhos, nem tão generosos. Ou na dezena de artigos que publicou na Ação em que faz Copyright da Cruzada da Boa imprensa nos anos de 1940 e 41. E nos artigos em que faz elogios e divulgação da obra e do pensamento de Jackson de Figueiredo, Tristão de Athaíde, entre outros.

Figura 02: Artigo “Necessidade cada vez maior da Boa Imprensa” de J. de Figueiredo Filho publicado na edição nº 291, de 12 de maio de 1946.



Fonte: Extraído do Jornal A Ação sob guarda do Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes - DHPG.

Na edição nº 291, de 12 de maio de 1946, escreveu sobre a “Necessidade cada vez maior da Boa Imprensa”, destacando o jornal católico como uma imposição inadiável aos tempos presentes. E equiparando os jornais que católicos que circulam no Ceará aos Santuários, a exemplo daquele de São Francisco em Canindé.

Em 27 de fevereiro de 1949 ao comunicar que deixava a direção desse “temeroso batalhador das boas causas” Figueiredo afirma que sua “pena não emudeceu”, mas continuará a colaborar em A Ação, até com mais assiduidade. Informa ainda sobre a situação financeira do jornal não é boa, está em déficit. E por certo rebatendo alguma crítica, afirma:

A Ação não era meu jornal, como não é só da Ação Católica, nem da Diocese. É órgão de todos nós católicos decididos. Tem suas falhas como todos nós sabemos. É feita com a sobre de trabalho de muitos que vivem super-acumulados de muitas ocupações. Porém na hora H sabe sair a campo destemerosamente em defesa dos sacrossantos interesses da igreja imortal de cristo. Foi esse o mérito de “A Ação”. E agora, com nova direção, poderá cumprir melhor seu dever.

De fato, seguiu escrevendo sua coluna no semanário pelos anos seguintes. Em virtude da ausência das Edições referentes aos anos de 1951 a 1956 não podemos afirmar o momento exato em que ele reassume a Direção do Jornal. Mas nas edições de 1957 que se tem acesso Figueiredo Filho volta a Direção do Jornal. Mas um lapso de tempo que não se tem acesso às edições entre 1958 e 1964, e a partir de 1965 ainda encontramos Figueiredo Filho escrevendo para o Jornal A Ação até pouco antes de sua morte.

O necrológico publicado na edição nº 1.433 de 01 de setembro de 1973, informava sobre o falecimento do Jornalista, Escritor e Historiador J. Alves de Figueiredo Filho ocorrido no dia 29 de agosto de 1973, em Crato, e da profunda repercussão em todos os círculos da cidade. Destacando a multidão que participou das últimas homenagens. E a repercussão das notícias no meio jornalístico e acadêmico regional e nacional. As justas homenagens àquele que era um

dos grandes nomes da intelectualidade cratense, quiçá o maior, deixam entrever um pouco sua rede de sociabilidade, e o projeto católico de recristianização da sociedade brasileira, em que esteve envolvido.

5. LIVROS, REVISTAS E IMPRESSOS NO JORNAL A AÇÃO: A MODELAÇÃO DO LEITOR NO CARIRI CEARENSE

Paralelo ao investimento na Cruzada educacional movida pela igreja católica no Crato, caminhava a sua tentativa de controle da leitura, circulação e apropriação de livros. Deixando claro a sua obstinação por esse tema, os intelectuais católicos não cessavam de trabalhar a divulgação nas páginas do semanário A Ação, que “aconselhar boas leituras à juventude e desviá-las da má leitura é um dever sagrado de todos aqueles que amam sinceramente a sua pátria e desejam a conservação de uma ordem regular e perfeita na sociedade.” (Madeira, 1941)² Esse mesmo intelectual deixa mais claro em outro artigo que “a educação cívica bem organizada, solidamente alicerçada sobre os augustos ensinamentos da religião será o elemento poderoso para corrigir os vícios e os defeitos do nosso povo”.

Já na Edição nº 6 de 1939, em que se faz o elogio fúnebre ao Papa Pio XI, o articulista (Lopes, 1939)³ escreve que “o maior vulgarizador do pensamento é sem dúvida alguma o jornal (...) os livros (mais ainda os jornais) governam o mundo, ou, pelo menos, as nações que conhecem a linguagem escrita.” Deixa claro o papel desempenhado pelo Papa Pio XI que “procurou atear nos arraiais da igreja a chama bendita do jornalismo católico”. Observa que “o mundo ouviu a voz do Pontífice, e surgiram, por toda parte, os periódicos e as revistas e os diários católicos, numa porfia de combatividade nunca vista em outros tempos”. E conclui com otimismo que “hoje o mau jornal não entra sozinho nos lares. Junto com ele vai o periódico católico”.

O ideal era formar um ambiente cultural “profundamente moldurado nos ensinamentos sublimes da igreja”. Utilizando-se da imprensa como meio efficientíssimo de “recatolização das inteligências” (Sousa, 1940).⁴ Para isso era preciso catequizar e vigiar a juventude

“rapazes ou donzelas que se deixam absorver pela leitura de livros obscenos e livres estragam, tanto o corpo, como a alma, precisamente porque se iniciam na prática da torpeza. Ler um livro perverso, na expressão de Bourget, é como passear nos lugares imundos do pensamento humano. A pretexto de ilustração e de adquirir conhecimentos não são poucos os jovens que envenenam a inteligência e o coração.

² Álvaro R. Madeira. Uma grande lição. A Ação, nº 14, em 15 de dezembro de 1940. E em Educação Cívica, nº 20 em 29 de janeiro de 1941.

³ Stenio Lopes. Pio XI e a Imprensa. A Ação, nº 6, em 10 de março de 1939.

⁴ José Newton Alves de Sousa. Jackson e a Igreja. A Ação nº 4, em 06 de outubro de 1940.

Não se trata de defender uma proibição radical da leitura aos moços. (...) A igreja proíbe aos jovens não somente a leitura de livros contra a fé, mas também contra a moral e os bons costumes. O catecismo do Concílio de (Ilegível) enumera, entre outras cousas de que se deve fugir para conservar a castidade, também dos livros que trata de cousas escabrosas, de amores lúbricos, porque excitam, com grande ardor, no coração da mocidade, o fogo da concupiscência e os deleites pecaminosos. (...) há por vezes, almas desalmadas, que vivem a seduzir os jovens oferecendo-lhes livros maus (...) fuja-mos desses lobos vorazes”⁵ (A Ação, 1946).

O editorial confirma a prática da igreja de admoestar e advertir os católicos sobre os perigos que a leitura poderia acarretar para a sua salvação. Entretanto quando se tratava de leituras concorrentes protestantes ou espíritas a ação foi mais enérgica e mostrava-se necessária uma ação de censura clara. Conforme vê-se na matéria “Imprensa que envenena” publicada em edição s/d, onde listava-se nominalmente os periódicos identificados com os inimigos da igreja.

Na matéria “Queima dos Livros Maus” publicada na Edição nº 420, de 05 de dezembro de 1948, observa-se que as estratégias adotadas pela Igreja Católica para a formação de um público leitor no Cariri também foram conduzidas pelo Benjaminato da Ação Católica. A Campanha contra o livro Mau realizada anualmente, promovia uma competição entre os núcleos, ao final aqueles que conseguissem maior número de livros maus seriam vencedores. Esses livros eram queimados em uma fogueira em torno da qual agrupavam-se os Aspirantes, Benjamins, Escoteiros e Alunas do Ginásio Santa Teresa, cantando o estribilho: livro mau não se compra, livro mau não se dá, livro mau só diverte no fogo a queimar” enquanto as labaredas devoravam mais de 532 volumes de livros, somente no ano de 1948.

Diante dos achados da pesquisa é possível situar o Jornal A Ação como veículo que materializa a engrenagem de produção e divulgação do discurso normatizador da igreja católica no Crato sobre questões de leitura. Ficou claro ainda que esse movimento passava por ações de vigilância, censura, busca, apreensão e destruição de obras consideradas más, além da propaganda intensiva da boa leitura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornal A Ação, no período analisado, apresenta-se como hebdomadário, produzido e dirigido pelo laicato católico ligado a Ação Católica, que almejavam com esse instrumento ampliar as orientações da fé católica como estratégia para a recristianização da sociedade e a consequente salvação. Nessa missão o intelectual cretense J. de Figueiredo Filho desempenhou

⁵ Editorial da Edição nº 299, de 07 de julho de 1946.

o papel de protagonista contribuindo com a sua militância na imprensa católica para encorajar os católicos, combater os inimigos da igreja e formar novas gerações.

Dentre as suas prioridades de luta destaca-se, quantitativa e qualitativamente, a questão da leitura. Os intelectuais católicos que construíaam o periódico travaram uma batalha na tentativa de persuadir os leitores em relação ao reconhecimento da grande importância da Boa Leitura que se estendia do jornal às revistas e livros, como parte do processo civilizador e de salvação que tentavam pôr em curso, cada qual à sua maneira, leigos e religiosos.

Investigar o papel assumido pela imprensa católica em uma temporalidade que nos antecede e buscar dentro desse processo os sujeitos que mais se destacaram, como J. de Figueiredo Filho, que se legitimou enquanto dirigente desse “missionário de papel”, possibilitou compreender alguns ecos que ainda circulam no imaginário cratense contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Editorial. **A Ação**. Crato-Ce. Edição nº 299, de 07 de julho de 1946.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n.11, 173-191, 1991.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889 1960). Dissertação de Mestrado em História (PUC-RJ). Rio de Janeiro: 2000.

FIGUEIREDO FILHO, Jose de. O Papa Pio XI. **Boletim da Ação Catholica**. (p. 6), Crato-Ce. Edição nº 6 de 10 de março de 1939.

FIGUEIREDO FILHO, Jose de. Falsos ídolos. **A Ação**. Crato-Ce. Edição nº 20 de 26 de janeiro de 1941.

LOPES, Stenio. Pio XI e a Imprensa. **A Ação**. Crato-Ce. nº 6, em 10 de março de 1939.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983.

MADEIRA, Álvaro R. Uma grande lição. **A Ação**. Crato-Ce. nº 14, em 15 de dezembro de 1940.

_____. Educação Cívica. **A Ação**. Crato-Ce. nº 20, em 29 de janeiro de 1941.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a Imprensa Católica no Brasil. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38 (3): 197-217, 2018.

MONTENEGRO, Padre Francisco. **A diocese do Crato**. Os Quatro Luzeiros da Diocese. Crato, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, Rene (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: Amado, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, José Newton Alves de. Jackson e a Igreja. **A Ação**. Crato-Ce. nº 4, em 06 de outubro de 1940.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o boletim de educação pública e a revista brasileira de estudos pedagógicos. In: **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n 175, p. 407-430, set/dez, 1992.

SOBRE OS AUTORES:

Josefa Nunes Pinheiro: Professora do curso de licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri - URCA. cursando Doutorado em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Participa do Núcleo de Pesquisa em Ensino de História e Cidadania - NUPHISC do Laboratório de Pesquisa em História Cultural - Lapehc. Tem experiência Profissional nas áreas de Ensino de História, Políticas Sociais e Saúde Pública. Desenvolve pesquisas e projetos em: história da educação, estágio supervisionado, ensino de História, biografias, migrações, democracia, história da família e saúde pública. E-mail: josefa.pinheiro@urca.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2905-753X>.

Sauloéber Társio de Souza: Professor Titular do Instituto de História, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (linha de Historiografia e História da Educação), do PROFHistória (linha Saberes Históricos no Espaço Escolar), do Mestrado Profissional da Educação Básica do Pontal (PPGPEDU) da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE-UFU), do GT-Uberlândia vinculado ao HISTEDBR-UNICAMP. Sócio da SBHE e da ANPUH-MG. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação (NEPE-ICHPO) e da DIPAE-PROAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional da Pró-reitoria de Assistência Estudantil). Tem experiência na área de História da Educação no Brasil República, com ênfase nos temas: história das instituições escolares, história da docência, educação e imprensa, história dos intelectuais e etnia e educação. E-mails: sauloeber@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>.

COMO CITAR:

PINHEIRO, Josefa Nunes; SOUZA, Sauloéber Társio de. J. de Figueiredo Filho: um intelectual católico na imprensa do cariri cearense. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral**. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 108-122. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-8

Capítulo IX

QUAL O LUGAR DA TEORIA DA HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA DOS SERTÕES DE CRATEÚS? NOTAS SOBRE TEORIA EM ESPAÇOS NÃO HEGEMÔNICOS

WHAT IS THE PLACE OF THE HISTORICAL THEORY IN THE SERTÃOS DE CRATEÚS HISTORIOGRAPHY? NOTES ON THEORY IN NON-HEGEMONIC SPACES

DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-9

Caio Lucas Morais Pinheiro *
Aline Duarte da Graça Rizzo **

* Professor Adjunto do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAEC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente preside a Associação Nacional de História (ANPUH) - Seção Ceará. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) em regime parcial. E-mail: caio.lucas@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9176-8637>.

** Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e professora adjunta de história da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5480-0914>. E-mail: alinedgrizzo@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A despeito da extensão e da qualidade da historiografia brasileira existente em meados da terceira década século XXI, marcada especialmente pela diversidade temática, solidez metodológica e epistêmica, o ritmo acelerado da produção do conhecimento histórico cria, em contrapartida, a necessidade de novos esforços teóricos para a compreensão de diferentes realidades apreendidas pelos historiadores e historiadoras profissionais.

O volume de artigos, dissertações, teses e monografias atestam a intensa publicação do conhecimento histórico atualmente, sendo um indício da vitalidade da disciplina (Avelar, 2024) que, embora com frequentes sintomas de crise, segue legitimamente sua marcha e ciosa do lugar que ocupa nas ciências humanas. Esse cenário contrasta, entretanto, com as perspectivas que sinalizam que o conhecimento histórico não constitui mais um dado elementar da vida social. Isso não significa afirmar que o passado seja irrelevante, mas alertar para o fato de que a narrativa e a imaginação disciplinadas da historiografia profissional estão constantemente provocadas e tensionadas por outras maneiras de pensar o passado e demais temporalidades. (Bentivoglio; Bauer; Ávila; Nicodemo; Meneses; Cezar, Freixo; Abreu, 2024).

Se, de um lado, os avanços dos debates historiográficos possibilitam estabelecer redes e conexões entre os pares que revisitam objetos de estudos consagrados, bem como ampliar e atualizar o olhar sobre como os condicionantes históricos, culturais e econômicos da nossa

sociedade afetam a prática historiadora hoje, por outro lado ainda há territorialidades não hegemônicas na geopolítica do conhecimento que carecem do exame da pesquisa histórica. Trata-se, por exemplo, de espaços, municípios ou regiões que ao longo do tempo não tiveram suas histórias contadas pela historiografia profissional, tendo a escrita dessas histórias marcada sobretudo pelo ofício dos memorialistas, de outras áreas do saber e das versões oficiais elaboradas indistintamente.

Este diagnóstico, no entanto, não pretende criar uma hierarquia entre os diferentes conhecimentos que circulam no domínio público, e menos ainda desconsiderar o papel dos saberes outros veiculados além das fronteiras da academia. Defendemos a relevância do conhecimento resultado da prática historiadora que interpela as múltiplas memórias – ao passado que também é interpelado – e que possibilita a atuação pública de seus profissionais.

Portanto, entendemos aqui como *espaços não-hegemônicos* territórios marginalizados tanto como objeto de estudo, quanto como lugar de produção acadêmica/científica, ocupados por grupos sociais subalternizados. No caso da região de Crateús, sua caracterização enquanto espaço não-hegemônico se dá em primeiro lugar pela territorialidade. Tanto na dimensão de objeto de estudo, quanto na de espaço de produção historiográfica, rompe com a tradição eurocêntrica da historiografia ao partir de uma perspectiva/experiência do Sul Global ao mesmo tempo em que enfrenta a lógica Nordeste X Sudeste e Capital X Interior tão fortemente presente na produção acadêmica brasileira. Por outro lado, dado o perfil dos estudantes que produziram os trabalhos analisados, bem como suas escolhas temáticas, é possível identificar o protagonismo de grupos subalternizados como indígenas, mulheres e pessoas com deficiência.

Nesta direção, procuramos tematizar a região dos Sertões de Crateús¹ como um dos espaços periféricos que contêm incipiente produção historiográfica, seja pela localização marginal na geografia do Estado do Ceará, situado à fronteira com o Estado do Piauí, distante dos principais centros universitários, seja pela ausência de um curso de História nesse espaço até o ano de 2018, quando foi criado a licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Faec².

¹ Região localizada no sudoeste do Estado do Ceará com uma população próxima a trezentos e cinquenta mil pessoas, abrangendo uma área que se estende desde as proximidades da Serra da Ibiapaba até a fronteira com o Estado do Piauí, aproximadamente 15% da área total do Ceará, sendo composta por treze municípios: Ararendá; Catunda; Crateús; Hidrolândia; Independência; Ipaporanga; Ipueiras; Monsenhor Tabosa; Nova Russas; Novo Oriente; Poranga; Santa Quitéria; Tamboril.

² A Faculdade de Educação e de Ciências Integradas de Crateús (FAEC) consiste em campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) localizada no município-polo de Crateús, sediando os cursos de Pedagogia, Biologia, Química, História e Medicina, reconhecida regionalmente por ser a Instituição de Ensino Superior responsável pela formação de professores em razão dos seus cursos de licenciatura.

Nos últimos seis anos, portanto, a região dos Sertões de Crateús incorporou um lugar institucional para a formação de professores de história, os quais desenvolvem desde então investigações a partir do contexto local. Quais teorias orientam e são mobilizadas na construção de discursos críticos sobre o passado/presente/futuro da região? Quais as balizas epistêmicas e metodológicas que marcam a recente historiografia sobre os Sertões de Crateús?

Este balanço sobre a historiografia atual se concebe, portanto, como uma simultânea reivindicação da história como ferramenta de análise do presente, como revisão e escolha em relação aos diferentes usos e funções que deram à ciência histórica, como esforço de localização de sua possível contribuição à redefinição do rumo da totalidade de sistema de saberes, e também como clara defesa da importância do campo da história da historiografia (Rojas, 2017, p. 120).

Assim, consideramos relevante delinear um balanço da historiografia em construção tendo em vista a análise crítica do pensamento histórico para avaliar as concepções, horizontes, perspectivas e os resultados produzidos pelos próprios historiadores, localizando tais obras e contribuições em seus diferentes contextos intelectuais, sociais, políticos. A qualidade de “periferia” ou “não hegemônica” aqui atribuída aos Sertões de Crateús não parte do pressuposto de menor valoração das experiências da trajetória da região, bem como não vinculamos a ausência física da Instituição de Ensino Superior e da Graduação em História como definidores para a falta de pesquisa histórica sobre a região, uma vez que a distância entre sujeito e objeto, respectivamente, historiadores e o processo histórico conformado naquela região, não constitui elemento impeditivo para a produção do conhecimento.

À vista disso, a proposta ensejada neste estudo mapeia e investiga o conhecimento histórico produzido por historiadores que concluíram suas pesquisas no campus supracitado, examinando qual o lugar da teoria da história, seus usos, práticas e finalidades na historiografia nascente dos Sertões de Crateús.

Esta territorialidade se apresenta como um ponto de partida para o espaço no qual coexistem diferentes maneiras de existir, viver, sentir e estar na realidade. Nele, diferentes sujeitos e grupos sociais convivem a partir de seus referenciais de tempo e de identidade construídos em suas trajetórias enquanto quilombolas, indígenas, ciganos e camponeses, por exemplo. Crateús é um município localizado próximo à fronteira com o Estado do Piauí, constituindo-se enquanto polo da Região em função da relevância que adquiriu ao longo do tempo, estendendo sua influência para distritos e territórios que compreendem o que definimos como Sertões de Crateús.

Envolvendo espaços tanto de zona urbana como em área rural, a categoria sertão presta-se fundamentalmente ao exame da diferença. Entendido como lugar (habitado ou não), em

sentido espacial ou histórico, o sertão foi constantemente algo dito para o Outro. Em diferentes contextos históricos e historiográficos, o sertão foi dito e visto como o Outro. Na língua do Estado ou dos conquistadores diversos, o não conhecido, o não verificado, o não dominado era chamado de sertões. O conceito de sertão, nesse sentido, é encontrado nos registros deixados pelos conquistadores de matriz ibérica sobretudo, portuguesa nas suas conquistas nas regiões afro-ameríndias, para denominar o novo. Tal conceito, historicamente, transmuta-se e ganha outras denotações/conotações a partir da percepção humana sobre o novo, o distante, o Outro, tendo em vista a experiência de contato colonial enquanto fenômeno das sociedades modernas.

Esta iniciativa consiste em um esforço coletivo coordenado por dois professores do Curso de História, Caio Pinheiro e Aline Rizzo, e os discentes das disciplinas de Teoria da História II e Historiografia Brasileira³. O material em análise e consultado pelos autores deste artigo tem duas frentes: os trabalhos de conclusão de curso (TCC's) dos discentes que defenderam seus trabalhos e os textos produzidos pelos alunos das disciplinas citadas em formato de ensaio como requisito para aprovação, que dissertaram sobre a pergunta: qual o lugar da teoria da história na historiografia dos Sertões de Crateús e como pensar uma teoria nos/para espaços não hegemônicos?⁴ Procuramos chamar a atenção para estas indagações norteadoras ao dialogar com as ideias sobre a finalidade do Ensino de Teoria de História.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Para mim, o ensino de teoria da história tem como objetivo primeiro a produção de uma dada maneira olhar para as coisas do mundo. Aprender teoria é aprender dada maneira de ver e também, a partir dela, dada maneira de questionar, de problematizar outras visões de mundo, outras maneiras de olhar e pensar sobre a história. (Albuquerque Júnior, 2023, posição 191).

Nessa perspectiva, a estrutura do artigo compõe-se de quatro partes, sendo a introdução o momento de apresentação da proposta e do objetivo central. Na segunda e terceira partes, reflete-se sobre um conjunto das primeiras monografias defendidas no curso de História da Faec, totalizando sete trabalhos que serão divididos em dois blocos: um sobre gênero e violências, outro sobre ensino de história e grupos subalternos. O último momento deste artigo

³ Os professores Caio Pinheiro e Aline Rizzo ingressaram na instituição em 2023 após certame em nível adjunto, após cinco anos de criação do curso de licenciatura em História. A título de contextualização, até o concurso citado, não havia um colegiado de professores efetivos de história, uma vez que a licenciatura em história foi elaborada e coordenada por professores da pedagogia. As motivações para este estudo surgiram após as experiências coletivas associadas à compreensão sobre quem são os discentes, quais seus interesses e vivências ao longo de suas trajetórias. As disciplinas foram ofertadas no semestre 2024.1 pelos respectivos professores, sendo turmas de terceiro semestre do curso de licenciatura em história da Faculdade de Educação e de Ciências Integradas de Crateús (FAEC/UECE)

⁴ Para esta investigação, selecionamos as sete monografias avaliadas em bancas de conclusão de curso realizadas no primeiro semestre de 2024. Estes discentes foram os pioneiros na defesa de suas monografias no curso. Os ensaios produzidos pelos alunos matriculados nas disciplinas serão examinados em outro espaço.

consiste na conclusão que mapearemos breves considerações teóricas notadas na análise realizada.

2. NOTAS SOBRE TEORIA DA HISTÓRIA NOS SERTÕES DE CRATEÚS: USOS, PRÁTICAS E FINALIDADES

Considerando que os estudantes de História não são tábula rasa, ao contrário, possuem percepções sobre tempo, memória e sociedade, cabe ao/a docente propor reflexões sobre os “cânones” da historiografia e da teoria da História em constante diálogo com tais percepções (Albuquerque Júnior, 2023). Ademais, como assevera Rebeca Gontijo (2023), as demandas da juventude contemporânea povoam salas e corredores das universidades sem se contentarem com as leituras tradicionais, que não contemplam questões como as relacionadas às pautas identitárias ou, de modo geral, à descentralização do currículo e, ainda, ao ensino não eurocentrado.

A partir da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) da primeira turma formanda da FAEC, foi possível identificar algumas dessas dimensões. Do total de sete trabalhos, quatro tematizam o eixo do Ensino de História, sendo uma direcionando um ao ensino em escola indígena⁵; outro que debate o impacto da BNCC no ensino de história no 7º e 8º anos⁶; um à intercessão entre ensino e capacitismo, especificamente no caso do autismo⁷; um à intercessão entre livro didático e gênero⁸; dois à violência de gênero⁹; e um à violência policial¹⁰. Em uma primeira dimensão, destaca-se que o recorte espacial de todos os trabalhos foi estabelecido nas cidades do interior do Ceará, nas regiões de Sertão. Seis trabalhos focaram

⁵ DE MORAIS, Maria da Conceição. **A escola indígena Cariri Tabajara: história, luta e resistência** (2016-2023). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

⁶ SOUSA, Anderson Alves de. **BNCC e o ensino de história em Nova Russas: um estudo de caso sobre as turmas do 7º e 8º ano da escola são francisco** (2017-2023). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

⁷ DE PAULO, Ana Kelle Soares. **Ensino e inclusão: um estudo de caso sobre o ensino de história e a experiência com alunos autistas na escola Francisco Rufino (novo oriente/ce – 2023-2024)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

⁸ PORTELA, Leidiane Vieira. **As mulheres nas páginas do livro: as representações femininas nos livros didáticos de história (Novo Oriente -ce, 2020-2023)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

⁹ ALMEIDA, Camila Rodrigues de. **As múltiplas vozes de um crime: a violência de gênero nas entrelinhas dos processos judiciais da cidade de Senador Pompeu-ce (1990 a 1997)** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024. ⁹ MIRANDA, Helainny Antonia de. **As narrativas de violência e as relações de gênero mediante, condições passionais, sociais e culturais: análise de processos judiciais na cidade de Crateús-ce (2005-2020)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

¹⁰ TORRES, Túlio Jander Frota. **“Eles achavam que o ronda era o ronda e a pm era pm”**: o programa ronda do quarteirão e seus agentes policiais na cidade de Crateús/ce (2009 - 2017). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAEC - Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – UECE. Crateús. CE. 2024.

na região de Crateús e municípios vizinhos (Crateús (3); Novo Oriente (2); Nova Russas (1)) e um trabalho na região do Sertão Central, na cidade de Senador Pompeu. Uma clara inclinação a historicizar sua própria região, e torná-la objeto de pesquisa, evidenciando que todos os estudantes formandos se sentiram capazes de ousar, indo além dos recortes tradicionais, promovendo o protagonismo de espaços historicamente marginalizados.

Ora, os sertões não representam um espaço qualquer, mas marcam, efetivamente, as dimensões antropológicas de variadas experiências históricas em múltiplas temporalidades. O estudo da especificidade dos sertões tende a encaminhar para as alteridades, sejam elas quais forem ultrapassando certa leitura estática e abstrata do próprio conceito de espaço pelos historiadores, desde o século XIX. Assim, a história dos sertões, ao contrário de ocupar-se do fomento às identidades espaciais, caracteriza-se, em nosso esforço de historicização do conceito, por uma área de estudos de e sobre as diferenças, sendo esta outra forma de se abordar questões políticas e culturais, como as desenvolvidas pelas monografias supracitadas.

Os sertões se justificam por ser um campo próprio de enunciação que remonta a uma longa tradição. Portanto, a despeito de estar diretamente associado à dimensão da espacialidade, sertão trata-se de uma noção muito específica de espaço: o outro, a oposição ao litoral, à costa, ao desconhecido. Por outro lado, a constituição de um campo de saber que se propõe a investigar essa espacialidade, de multifacetadas dimensões históricas e discursivas, se justifica pela própria historicidade do conceito de sertão, a partir de um amplo léxico em que as noções/conceitos foram abordados por diferentes escritos e aparecem como definidor da localização de inúmeros vestígios ricamente levantados/compulsados referentes à experiência histórica ameríndia e luso-afro-brasileira, permitindo que a partir das perspectivas recentes da historiografia se possa tornar suporte para uma ampla produção do conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, uma segunda dimensão é que as temáticas escolhidas nos TCC's propõem uma conexão da realidade local a problemáticas contemporâneas que podem ser consideradas "universais" no sentido de que dialogam com pautas amplamente discutidas globalmente, como gênero, violência policial, ensino, inclusão de pessoas com deficiência (PCDs). Dentre essas temáticas, duas aparecem de forma mais transversal, que são gênero e violência, analisadas em três espaços fundamentais: na sala de aula; no ambiente privado do lar; e nas ruas.

Esses dados indicam fortemente como questões mais gerais podem sobressair mais ou menos ao se reduzir a lupa do recorte espacial, sugerindo prevalência de problemas recorrentes ao buscar respostas locais para perguntas gerais no jogo de uma variação de escala que permite destacar complexa rede de relações e multiplicidade dos espaços e dos tempos, tendo uma

dupla face: a redução da escala, que torna possível a reconstituição do vivido e a identificação das estruturas que o indivíduo articula¹¹.

Realizando uma busca pelos vocábulos “teoria” ou “teóricos” nos sete trabalhos, inferimos genericamente que há a presença da reflexão conceitual, mesmo que superficialmente, de categorias como gênero, masculinidade hegemônica, colonialidade do poder, poder, violência, educação inclusiva, estratégia e tática, resistência. Quanto à ausência do debate sobre teorias da história, nota-se que seus usos são rasteiros e feitos como dispositivos de oposição entre, de um lado, a teoria e, por outro lado, a prática, principalmente nos TCC’s sobre ensino de história a respeito do que se espera para o ensino e aquilo que acontece na prática sobre o que é apreendido. Mas em que consistem as teorias da história e como podem ser mobilizadas pelo corpo discente do curso de história?

Zoltán Boldizsár Simon (2019), ao esboçar a resposta para esta pergunta, diferencia dois caminhos derivados da complexidade da expressão teorias *da* história, a primeira como uma teoria pertencente à história, na qual a história é compreendida somente enquanto uma disciplina. Neste sentido, uma teoria da história é uma teoria interna à ou internalizada pela prática da história e o termo “teoria” é definido vagamente. Pode ser, então, uma abordagem como a História Global, a história intelectual inspirada em Quentin Skinner, as teorias pós-coloniais.

No segundo caso, Simon refere-se ao sentido da teoria *sobre* a história, na qual história significa tanto os estudos históricos como o curso dos assuntos humanos (processo histórico), e uma teoria sobre ambos implica em uma afirmação de universalidade. Assim como uma teoria da história interna, uma teoria sobre a história também traz mudanças referentes à disciplina, porém a altera por inteiro ao descrevê-la e explicá-la com outros prismas, como é o caso do trabalho teórico de Hayden White sobre a história enquanto narrativa.

Enquanto teorias que pertencem aos estudos históricos são responsáveis pela orientação interna da disciplina, teorias sobre história podem mudar a autoimagem da disciplina inteira e assim orientá-la em sua relação com outras disciplinas. (...) Estes são, então, os dois principais sentidos de “uma teoria da história”: uma teoria que pertence à história enquanto estudos históricos e que constitui um método ou abordagem específica e uma teoria sobre a totalidade da história entendida tanto como estudos históricos quanto o curso cambiante dos assuntos humanos (ou uma teoria sobre ambos) (Simon, 2019, p. 36-46).

¹¹ Na introdução do livro “A herança imaterial”, Jacques Revel (2000) advoga a favor da micro-história ao defender que consiste não apenas em um método de redução da escala de análise, mas sim no jogo da variação de escala em que estuda o indivíduo e suas relações sociais, especialmente suas variantes comportamentais. Nesse sentido, a Micro-História estuda o social não como um objeto total de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis, atentando mais para a construção de papéis sociais e a sua interação.

Isto significa pensar que, via de regra, os discentes em seus TCC's mobilizam o que, para Zoltán Simon, constitui as teorias pertencentes à história, de modo interno à disciplina, ao discutir, por exemplo categorias como a de sexualidade para Foucault, ou dialogarem com os estudos subalternos ou ainda as reflexões decoloniais, anticolonialistas ou contracoloniais.

3. TEORIA(S) E PRÁTICA(S) HISTORIOGRÁFICAS: OS PRIMEIROS TCC'S DA FAEC

Nesta seção, serão analisados mais detalhadamente os TCC's e suas contribuições empíricas e teóricas. No primeiro quadro, estão discriminados os trabalhos e seus títulos e resumos. Posteriormente serão examinadas suas abordagens, perspectivas e escolhas.

Quadro 1 – Título e resumo das monografias do curso de História Faec/Uece

Autor(a)	Título	Resumo
Ana de Paulo	ENSINO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A EXPERIÊNCIA COM ALUNOS AUTISTAS NA ESCOLA FRANCISCO RUFINO (NOVO ORIENTE/CE - 2023-2024)	O transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, asseveram a literatura médica. E ele está presente na realidade de muitas pessoas, adultas ou crianças. Neste trabalho, que versa sobre o cotidiano escolar, buscamos entender o papel do professor, especialmente o de história, como mediador do saber em sala de aula e as múltiplas realidades existentes, inclusive esta. O ensino de História é, pois, fundamental para formação desses estudantes, para a construção de uma identidade própria, entendida como construções sociais. O recorte espacial escolhido traz como referência a escola Francisco Rufino da cidade de Novo Oriente/Ceará, cujo objetivo é analisar as estruturas, metodologias e o papel pedagógico da escola em relação aos alunos com autismo, especificamente nas aulas de história. Nesse sentido, compreendemos a escola como ponto de referência para que estes alunos tenham seu primeiro contado social, fora de sua família. Dessa maneira, a recomposição histórica do autismo nas instituições de ensino foi um processo lento e complexo. Assim, na tentativa de compreender a escola, o ensino de história e a inclusão, o aspecto metodológico deste trabalho foi de natureza qualitativa, com a utilização de uma série de fontes, tais como: diário de campo, questionários, laudos médicos e legislações. Diante do apresentado, a inclusão vivenciada na prática diverge daquela projetada nas leis, carecendo um amplo e profundo debate sobre as ações desenvolvidas. Por fim, ao assumirmos o risco de discorrer acerca de inclusão e autismo na escola Francisco Rufino somos levados a repensar nossas ações enquanto professores, no intuito de propor a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista.”
Antônia Miranda	AS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO MEDIANTE, CONDIÇÕES PASSIONAIS, SOCIAIS E CULTURAIS: ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS NA CIDADE DE CRATEÚS-CE (2005-2020)	A construção da violência sempre esteve vinculado a diversas formas de propagar a ideia de uma mácula, ou seja, dimensionando a história das mulheres em face ao estudo de gênero, compreendemos como o homem foi sempre posto em um patamar de dominação e poder, visto que a mulher pouco efetivou seu papel social como necessário. Nesta pesquisa, tentamos compreender quais práticas, como elas influenciaram o meio e principalmente como os papéis sociais foram consolidando suas ações e funções. Através do Fórum desembargador Olavo Frota na cidade de Crateús/CE foi possível selecionar quinze processos judiciais cujos mesmos foram trabalhados com uma rigorosa análise e transcrições necessárias para que houvesse uma otimização de toda problemática a ser dissertada. O jogo de escalas entre macro e micro, bem como uma complementação de história, direito e sociologia, foram essenciais para que esse trabalho forjasse uma âncora necessária no meio social discutido. Dito isso, é basilar a ótica histórica que há em um impasse tão arcaico e, ao mesmo tempo, tão atual. A História objetiva justamente compreender como essa ponte temporal deixou marcas entre as continuidades e rupturas dessas narrativas violentas que a história das mulheres aliado a discussão de gênero nos permitem afirmar. Diante do apresentado, é de suma importância verificar como a produção da violência transpôs cada processo judicial com a intencionalidade de instigar a construção de uma ampla produção historiográfica.

Autor(a)	Título	Resumo
Anderson Sousa	BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA EM NOVA RUSSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS TURMAS DO 7º E 8º ANO DA ESCOLA SÃO FRANCISCO (2017-2023)	Este trabalho refere-se a uma pesquisa que buscou responder como a Base Nacional Comum Curricular é praticada em um contexto mais específico, no município de Nova Russas, na escola municipal de ensino fundamental, São Francisco. Essa problematização levou a analisar um distanciamento do currículo no contexto social dos alunos, no qual foi analisado as três versões da BNCC, observando as disputas da iniciativa privada sobre sua elaboração, quando a então presidenta Dilma Rousseff sofreu o Golpe de 2016. Também refletimos sobre os impactos da BNCC com a realidade do município e suas consequências na escola São Francisco, observando os documentos da Secretaria de Educação do município e o Plano Político Pedagógico da escola e suas relações com a Base. Como metodologia foi utilizada entrevistas semiestruturadas com os professores de História da escola, nas quais foram importantes para entender suas visões sobre a BNCC. Também foi utilizado questionários para analisarmos a percepção dos alunos através de uma pesquisa quantitativa e qualitativa na qual foi relevante para perceber como o ensino de História era entendido por esses sujeitos. O livro didático também foi outra fonte utilizada na pesquisa para compreendermos as relações que tinha entre ele e a BNCC, no qual durante o resultado das pesquisas podemos observar como a BNCC não contempla a realidade vivenciada pelos alunos e pela a comunidade escolar do município de Nova Russas.
Maria Morais	A ESCOLA INDÍGENA CARIRI TABAJARA: HISTÓRIA, LUTA E RESISTÊNCIA (2016-2023).	O presente trabalho analisa a história da Escola Indígena Cariri Tabajara na luta e resistência pela a ampliação da educação diferenciada para as etnias no contexto urbano e as relações formadas dentro do espaço Escolar Indígena. O nosso trabalho faz uma análise inicial sobre a educação indígena e sua relação com a legislação vigente sobre o a temática indígena e em seguida trata sobre a história da Escola Indígena, mostrando como foram os primeiros passos e a luta para conseguir uma escola específica para as etnias Kariri e Tabajara. Refletimos também sobre as pessoas e lideranças que compõem o espaço escolar e como cada uma delas contribui para o andamento das atividades na escola. No final trabalhamos com as táticas utilizadas na luta e resistência para manter a escola e transformá-la em mais um espaço da organização e fortalecimento do Movimento Indígena de Crateús. Em relação à luta e a resistência dos povos indígenas e sua relação com a Escola Indígena para preservar a cultura indígena, utilizamos os conceitos de consciência histórica, tática, luta e resistência. A metodologia utilizada na monografia foram leituras de fontes documentais e a realização de entrevistas, fazendo uma análise qualitativa dessas fontes e fazendo o cruzamento de informações quando necessário. Em nossa pesquisa conseguimos perceber que a Escola Indígena é um símbolo da luta e da resistência das populações indígenas de Crateús, principalmente das etnias Kariri e Tabajara. A Escola se transformou em mais um espaço para contribuir na garantia de direitos e no reconhecimento das populações indígenas da região.
Camila Rodrigues	AS MÚLTIPLAS VOZES DE UM CRIME: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ENTRELINHAS DOS PROCESSOS JUDICIAIS DA CIDADE DE SENADOR POMPEU-CE (1990 A 1997)	A inequidade de gênero é estrutural e se reverbera pelas mais variadas esferas da sociedade. Como subproduto do patriarcalismo, estar imersa em noções que consubstanciam a dominação masculina e que sujeitam mulheres a quadros de violência. Deste modo, o presente trabalho foi elaborado a partir de oito processos criminais provenientes da Comarca Dr. Francisco Barroso Gomes, em Senador Pompeu-CE de 1990 a 1997. Nesse espaço, entender os fatores e as instâncias aos quais a dominação masculina perpassou, foi crucial para se ter um entendimento multifatorial dos casos arrolados em Senador. Pois os crimes ensejados, passaram por um longo caminho de validação social, cultural e jurídica, implicando na absolvição e na impunidade destes criminosos que se sentiram encorajados a serem abusivos e a repetirem a lesividade de seus delitos. Quase sempre reproduzidos no âmbito doméstico, o uso do paradigma indiciário como procedimento de exploração dos autos judiciais, possibilitou investigar as entrelinhas em que a inequidade de gênero se propagou, mas que nem sempre puderam ser visualizadas. Nessa ótica, buscou-se analisar, pelas evidências trazidas, os condicionantes que alimentam a agressividade dos acusados sobre as vítimas. Onde foram apercebidas as contribuições do direito positivo na atenuação do criminoso passional, da cultura que naturaliza a dominação masculina, da sociedade que assente o controle sobre os corpos femininos e da justiça que nem sempre os protege. Pois denunciar a naturalização da violência e a pouca efetividade da condução da justiça nos processos, também faz parte das aspirações deste trabalho, pois a cultura, a sociedade e o direito, não podem e não devem ser aliados de homens que se sentem autorizados a serem violentos com suas parceiras.

Autor(a)	Título	Resumo
Túlio Jander	“ELES ACHAVAM QUE O RONDA ERA O Ronda e a PM era PM”: O PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO E SEUS AGENTES POLICIAIS NACIDADE DE CRATEÚS/CE (2009 - 2017)	Este trabalho trata-se de uma pesquisa que se empenha em responder como o fenômeno da violência influenciou para o sucesso ou fracasso do Programa Ronda do Quarteirão implantado na cidade de Crateús - CE em 2009. A delimitação deste problema levou em consideração a implantação do Programa Ronda do Quarteirão, uma vez que o referido programa corresponde a um tipo de polícia que possui valores, os quais vão de encontro às práticas vigentes nas polícias tradicionais. Enquanto, a Polícia Comunitária preza pela prevenção de possíveis crimes por meio da aproximação com a comunidade e valorizando o diálogo, a Polícia Tradicional tem como bússola a repressão da violência e geralmente emprega a força para resolver problemas. Realiza-se, então, uma pesquisa de finalidade básica, de caráter exploratório e analítico, subsidiada na pesquisa qualitativa. A principal fonte utilizada foi as entrevistas com policiais militares que participaram do programa em questão na cidade de Crateús, as quais tiveram contribuições diretas da História Oral, adotada aqui como metodologia. Ao trazer a oralidade como suporte para a produção historiográfica, trazemos ao diálogo Halbwachs (1990) quando ele chama atenção ao problematizar a relação com as memórias individuais e coletivas, e mesmo com as lembranças reais e fictícias. Nesse sentido, buscou-se na interdisciplinaridade entre História e Sociologia compreender esse fenômeno social, apoiados nos conceitos-chaves de Estado, Polícia e Violência. Diante do apresentado, o fenômeno da violência se demonstrou efetivo para o fim do programa já que a instituição e a construção imagética dela é permeada por uma cultura da violência. Onde os problemas de desordem social parecem ter solução apenas com mecanismos violentos. Sendo assim, um programa como o Ronda do Quarteirão, o qual prioriza o diálogo, não se demonstra, para esses militares, como uma ferramenta efetiva para a manutenção da segurança pública.
Leidiane Portela	AS MULHERES NAS PÁGINAS DO LIVRO: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (NOVO ORIENTE -CE, 2020-2023).	O presente trabalho objetiva compreender as formas como as mulheres estão representadas nos livros didáticos de história do 6º ao 9º ano, utilizados em toda a rede pública do município de Novo Oriente/CE (2020 - 2023). A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica dos quatro volumes da coleção e de uma análise de discurso acerca das representações contidas nas imagens, textos e atividades. Esta pesquisa surgiu da inquietação pessoal da autora, como mulher, pesquisadora e futura professora, objetivou realizar uma análise acerca de como a história das mulheres e de gênero, atreladas ao ensino de história, estão presentes nos livros didáticos de história distribuídos no município. Concluímos, a partir das análises, a importância de um ensino de história que aborde a temática da história de gênero e história das mulheres, como um aspecto fundamental nas aulas de história que tem muito a contribuir na desconstrução das desigualdades existentes e na universalização das mulheres como sujeitos históricos dentro da história oficial. Constatamos a importância da representação feminina no cotidiano escolar dos alunos, através imagens, atividades, textos, sugestões de filmes e livros propostas pelo material didático. Verificou-se que há uma preocupação em incorporar a história das mulheres nos conteúdos dos livros, através de uma perspectiva crítica, evidenciamos isso, pela quantidade de representações encontradas ao longo dos capítulos. No entanto, ainda temos muito o que avançar no tocante a integralização da história das mulheres a história oficial, tendo em vista que muitas representações citadas aparecem à margem dos conteúdos dos livros, por meio de quadros e imagens.

Fonte: Autoria própria.

No quadro a seguir, é apresentado um levantamento de conceitos e expressões identificadas nos TCC's examinados, relacionadas à teoria da história, a saber: *teoria da história*; *teórico* e *conceito*.

Quadro 2 – Menções à conceitos e teorias

Autor(a)	Tema	Conceitos	Quantidade expressão "teoria da história"	Quantidade da palavra "teórico"	Quantidade da palavra "conceito"
Ana de Paulo	Ensino de história e alunos autistas.	Educação inclusiva.	0	4	6
Antônia Miranda	Gênero e violência	Gênero. Masculinidade hegemônica	0	2	5
Anderson Sousa	BNCC e Ensino de História	Cultura escolar. Colonialidade do poder. Estratégia.	1	3	10
Maria Moraes	Escola indígena Cariri Tabajara	Consciência histórica. Tática. Luta. Resistência.	0	1	23
Camila Rodrigues	Violência de gênero e processos judiciais.	Gênero. Poder. Violência.	0	2	3
Túlio Jander	Programa Ronda do quarteirão. Agentes policiais e violência.	Violência. Poder e polícia.	1	6	33
Leidiane Portela	Representações femininas no livro didático	Gênero. Representação	0	7	22

Fonte: Autoria própria.

A partir desse levantamento, é possível perceber a transversalidade do conceito *poder* presente nas principais grandes temáticas: educação; gênero e violência policial. Ademais, chama à atenção o fato de que o número de ocorrência da palavra *conceito* é muito superior à ocorrência dos termos *teoria da história* e *teórico*, o que pode indicar uma busca de autonomia reflexiva articulada a pensamentos consagrados da historiografia.

Na gama de autoras e autores elencados como referenciais teóricos, destacam-se expoentes da Escola dos Annales, como Fernand Braudel e Michel de Certeau; representantes da *New Left* britânica como Eric Hobsbawm e Edward Thompson; bem como Carlo Ginzburg da Micro-história e pensadores consagrados como Pierre Bourdieu e Foucault, ambos inseridos nos mais calorosos debates sobre estruturalismo e pós-estruturalismo. Por outro lado, a evidente presença de referências decoloniais como Aníbal Quijano, Gayatri Chakravorty Spivak, ou ainda de leituras como Boaventura de Souza Santos indicam a demanda por reflexões entre referenciais teóricos que dialoguem com/nos espaços não-hegemônicos. Isso inclui perspectivas baseadas nos estudos de gênero como as de Joan Scott, bem como pensadoras e pensadores brasileiros, como Paulo Freire e Circe Bittencourt, no campo da educação, e José da Assunção Barros e Durval Muniz de Albuquerque Jr., nas discussões da teoria da História, propriamente dita. Este último se destaca ainda na reflexão de gênero com a obra *Nordestino: a invenção do falo* (2013) utilizada em três dos sete trabalhos.

Dentre as fontes escolhidas, em linhas gerais, estão as documentais como legislação, processos judiciais, laudos médicos, livros didáticos; bem como relatos orais, questionários e

diários de campo. Também foram notadas com recorrência, abordagens que lançaram mão da análise de discurso, e focaram no exame de narrativas.

De modo particular, ao examinar criticamente o uso que os discentes realizaram das fontes, evidencia-se que o material utilizado sugere certo amadurecimento, mesmo que os documentos levantados sejam basicamente fontes consagradas na pesquisa histórica. Contudo, o escrutínio e o manuseio da documentação poderiam ter sido mais rigorosos no sentido de problematizar as condições históricas, sociais e econômicas das fontes, uma vez que, em algumas partes, há certa naturalização da documentação. Especialmente, podemos sublinhar, na ausência da discussão teórica sobre a metodologia da História Oral a respeito do trabalho sobre a memória envolvido na produção das entrevistas.

Dos sete TCC's defendidos na FAEC, vale salientar que os objetos de estudos investigados não foram inquiridos através das fontes digitais, o que pode ser explicado por diferentes perspectivas, da ausência de necessidade ao domínio teórico do debate. Porém, em tempos digitais, é sintomático que nenhum dos concludentes do curso, por mais que o número seja diminuto, não referencie ou reflita o lugar da pesquisa e da teoria históricas no mundo virtual.

A inovação digital abriu novos campos de pesquisa e novíssimas perspectivas para o historiador. Mas inovação digital por si mesma não basta para dissipar a bruma dos relatos e a confusão em nossas sociedades, atualmente bastante divididas por mitologias em competição. Todo software criado até agora é algo frágil e uma civilização acorrentada a esse software herdará essa fragilidade. Para dar sentido a questões causais e construir relatos persuasivos ao longo do tempo, a formação humanística possibilita aos historiadores retomar a sua mais digna vocação, como árbitros para julgar as falsidades, os mitos e o confuso ruído de fundo desta época submersa pelos Big Data (Saliba, 2023, posição 41).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise, foi possível observar que a produção selecionada, embora ainda muito inicial na trajetória do curso de História da FAEC, sinaliza um interesse por estabelecer protagonismo das experiências locais na produção de conhecimento historiográfico. Protagonismo esse, como observado ao longo deste artigo, direcionado tanto ao recorte espacial do objeto de pesquisa, quanto ao seu espaço institucional de produção, exercido ao mesmo tempo em que privilegia grupos subalternos. A esse movimento, imputamos o termo *espaços não-hegemônicos*. Isso se dá em uma dinâmica relacional entre demandas expressas em problemáticas de ordem local e global.

Isto posto, concordamos com Àvila (2019) ao apontar sobre a necessidade de encontrarmos teorias da história que digam respeito aos problemas globais de nossos dias. Em

seus termos, dialogando e confrontando com Simon (2019): “talvez seja imperativa uma (re)política explícita da teoria da história como não só uma reflexão sobre o que historiadores e historiadoras fazem, mas como um discurso francamente crítico acerca do tempo em que nos coube viver” (Ávila, 2019, p. 15).

Desse modo, entendemos que pensar em uma historiografia no e para os Sertões de Crateús não se encerra nesta breve análise. Como encaminhamentos futuros, propomos (1) a observação de quais especificidades sobre o que é tempo, espaço, temporalidade, entre outras categorias, são encontradas nas percepções e vivências de atores locais; (2) como teoria(s) canônicas da história são entendidas, digeridas e relacionadas a abordagens mais contemporâneas e críticas. (3) como esse diálogo pode resultar em perspectivas autônomas sobre o que é História e sua produção/reprodução em *espaços não-hegemônicos*.

AGRADECIMENTOS

A escrita deste artigo remete à colaboração do corpo discente e dos docentes do Curso de História da FAEC/UECE. Os autores deste trabalho agradecem carinhosamente a disponibilidade e a colaboração da comunidade universitária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. Aprender História hoje. Como? Para quê? In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Etnografando e construindo modos de olhar: o ensino de teoria da história. In. GONÇALVES, Marcia de Almeida (org.). **Teorizar e aprender e ensinar História**. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

AVELAR, Alexandre de Sá. Apresentação. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

BENTIVOGLIO, Julio. História no Brasil, para que(m)? In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

ÁVILA, Arthur Lima de. Sobre (im)possibilidades, invenções e a recorrência de uma velha indagação. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

BAUER, Caroline. (Prof) História hoje, para quê? In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

BENTIVOGLIO, Julio. História no Brasil, para que(m)? In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

CEZAR, Temístocles. A história face ao cinismo contemporâneo. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

FREIXO, André de Lemos. Crise crônica ou crônicas de (mais) uma crise: as humanidades diante do abismo. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

GONTIJO, Rebeca. Para que teoria? In. GONÇALVES, Marcia de Almeida (org.). **Teorizar e aprender e ensinar História**. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

MENESES, Sônia. A história frente aos negacionismos e fake news serve para quê? In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos do futuro-presente: histórias sem humanos, histórias pós-humanas ou histórias desumanas. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

REVEL, Jacques. Introdução. In. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMON, Zoltán Boldizsár. **Os teóricos da História têm uma teoria da história?** Reflexões sobre uma não-disciplina/ Zoltán Boldizsár Simon. Tradução Arthur de Lima Avila. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 1. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

SCHIMIDT, Benito Bisso. A história é feita de som e fúria. In. **História para quê? Para quem?** [livro digital] / Alexandre de Sá Avelar (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

SALIBA, Elias Thomé. Teoria da história em tempos digitais. In. GONÇALVES, Marcia de Almeida (org.). **Teorizar e aprender e ensinar História**. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

SOBRE OS AUTORES:

Caio Lucas Morais Pinheiro: Professor Adjunto do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAEC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente preside a Associação Nacional de História (ANPUH) - Seção Ceará. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) em regime parcial. E-mail: caio.lucas@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9176-8637>.

Aline Duarte da Graça Rizzo: Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e professora adjunta de história da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5480-0914>. E-mail: alinedgrizzo@gmail.com.

COMO CITAR:

PINHEIRO, Caio Lucas Morais; RIZZO, Aline Duarte da Graça. Qual o lugar da teoria da história na historiografia dos sertões de Crateús? Notas Sobre Teoria Em Espaços Não Hegemônicos. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (Orgs.). **História do Ceará: Cultura, sociedade e política do sertão ao litoral**. Campina Grande: Amplla Editora, 2025, p. 123-136. DOI: 10.51859/amplla.hcc802.1125-9

